

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP**

**FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - FAAC**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
PPGARQ**

**Érica Lemos Gulinelli**

**O SANEAMENTO E AS ÁGUAS DE BAURU:  
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA (1896 -1940)**

**BAURU**

**2016**

Érica Lemos Gulinelli

O SANEAMENTO E AS ÁGUAS DE BAURU:  
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA (1896-1940)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Bauru, para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Prof. Dr. Nilson Ghirardello

BAURU

2016

GULINELLI, Erica Lemos.

O Saneamento e as águas de Bauru: Uma Perspectiva Histórica (1896-1940) / Érica Lemos Gulinelli, 2016.

185 f.

Orientador: Nilson Ghirardello

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2015.

1. Saneamento. 2. Infraestrutura. 3. Bauru. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de ÉRICA LEMOS GULINELLI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO.**

Aos 29 dias do mês de fevereiro do ano de 2016, às 14:00 horas, no(a) Sala de Vídeo Conferência da Diretoria Técnica de Informática, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. NILSON GHIRARDELLO - Orientador(a) do(a) UNESP/Bauru / Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação, Prof. Dr. NORMA REGINA T CONSTANTINO do(a) Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, PROFESSORA DOUTORA MARIA ANGELA PEREIRA DE CASTRO E SILVA BORTOLUCCI do(a) INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO / ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS-USP, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE Mestrado de ÉRICA LEMOS GULINELLI, intitulada **O saneamento e as águas de Bauru: uma perspectiva histórica (1896-1940)**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: AB - Voto DA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

  
Prof. Dr. NILSON GHIRARDELLO

  
Prof. Dr. NORMA REGINA T CONSTANTINO

  
PROFESSORA DOUTORA MARIA ANGELA PEREIRA DE CASTRO E SILVA BORTOLUCCI

*A meus pais, irmãs e Danilo.*

## AGRADECIMENTOS

Durante a trajetória desta pesquisa, muitos foram os momentos de dúvidas, angústias, descobertas, alegrias, cansaço, crescimento, satisfação. A cada material encontrado, uma enorme alegria e a certeza de estar indo em direção certa. Foram muitas experiências compartilhadas, com professores, amigos, familiares, pessoas que passaram em minha vida. Meus sinceros agradecimentos a todos vocês. Em especial:

Ao Professor Doutor Nilson Ghirardello, exemplo de referência intelectual nos estudos da cidade de Bauru, por toda orientação, atenção e discussões penitentes que fundamentaram os caminhos traçados neste estudo. Muito obrigada pelo apoio oferecido durante todos os momentos da pesquisa.

À CAPES, pelo apoio financeiro que me permitiram dedicação a este trabalho.

Aos amigos de curso, Juliana, Ewerton, Priscila e Wilton, muito obrigada pela agradável convivência, amizade, companheirismo, principalmente nos momentos mais difíceis.

Às Professoras Doutoras Norma Regina Truppel Constantino, Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci, pelas importantes contribuições no exame de qualificação, que contribuíram para o amadurecimento deste trabalho.

Aos funcionários da pós-graduação Helder, Camille, Silvio e Luís pela recepção e atenção em todos os momentos.

Aos professores do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, por todos os ensinamentos e apoio oferecidos.

À dedicação e eficiência dos funcionários de cada museu, biblioteca, repartição pública, departamento e núcleo visitados: Museu Histórico Municipal (Sérgio Losnak), Museu Ferroviário (Cíntia), Departamento de Água e Esgoto de Bauru (Fernando Alonso, Cesar Augusto, Nathalia, Ana Augusta), Câmara de Bauru (Matheus), Núcleo de Pesquisa Histórica Universidade do Sagrado Coração (um agradecimento especial a Terezinha Zanlochi).

Aos meus pais (Shirley e José) e as minhas irmãs (Jéssica, Rebeca e Bianca) pelo apoio, ausências e saudades sentidas.

Ao Danilo, pessoa que sempre me incentivou, ajudou e me acompanhou por todo este desafio, compreendendo a minha ausência e por um companheirismo inigualável.

## RESUMO

O Saneamento e a questão das águas urbanas são pertinentes e importantes para as cidades na atualidade. Entendendo as origens, problemas e conflitos do passado, pode-se discutir possíveis soluções para as adversidades diárias no momento contemporâneo. Desta forma, muitas poderiam ter sido as perspectivas para analisar o percurso pela história do saneamento da cidade. Contudo, o olhar dado a esta pesquisa parte de um questionamento central: o princípio estruturador para a coleta de referências e informações, como também, serviu de base para análises ao longo do texto. Tal questão pode ser formulada assim: como se deu a trajetória histórica do saneamento na cidade de Bauru atrelada aos aspectos do desenvolvimento econômicos, sociais, políticos e culturais, no período de sua formação urbana até a década de 1940? Percebe-se que o saneamento é visto como medida higienizadora e de embelezamento do ambiente construído, com a finalidade de prevenir doenças e manter a assepsia. A infraestrutura de água e esgoto constituiu-se como um meio de minimizar as questões relacionadas com a higiene urbana da cidade. A literatura que trata a história de sanear a cidade de Bauru é fragmentada e escassa, baseada em relatos de memorialistas. Assim, opta por uma análise integrada dos setores da história urbana, do saneamento e da saúde (por meio de ações sanitárias) com a finalidade de entender sua intrínseca relação com a demanda social, embasando-a em fatos históricos e documentação primária e técnica tais como Atas de Câmara, Códigos de Posturas, outras leis, iconografia e fontes primárias.

**Palavras-chave:** Saneamento. Infraestrutura. Águas urbanas. História urbana. Bauru.

## **ABSTRACT**

Sanitation and urban waters are greatly relevant and important to the cities nowadays. Understanding the origins, problems and conflicts of the past, we can discuss possible solutions for everyday adversities. The perspectives concerning to the analysis of this matter could have been done by many ways throughout the city's sanitation history. However, the overview aimed at this research is a part of a central question, which concerns to the structuring principle of collecting references and information to make it serve as basis for analysis throughout the dissertation. This hypothesis can be formulated as the question that follows: how did the historical trajectory of sanitation in the city of Bauru tied aspects of economic, social, political and cultural development, from its urban conformation in the 1940s? It is perceived that sanitation regards both to hygiene and to environmental beautification, a concept built for the purpose of prevention of diseases and asepsis. The infrastructure of water and sewage constituted a means to minimize issues related to the urban hygiene of the city. The literature on the history of cleansing up the city of Bauru is fragmented and scarce, based mainly on memoir reports. That is why this research aims to present an integrated analysis of the sectors of urban history, sanitation and health (through sanitary actions) in order to understand its intrinsic relationship to the social demand, basing it on historical facts and technical documentation such as Board Minutes, Postures Codes, other laws, iconography and primary sources.

**Keywords:** Sanitation. Infrastructure. Urban water. Urban history. Bauru.

## Sumário

Introdução .....	5
Capítulo 1 - Percurso Histórico.....	12
1.1    Conceitos .....	13
1.2    Um percurso pela história do saneamento.....	14
1.3    História do Saneamento no Brasil .....	22
1.3.1 <i>A importância do engenheiro Saturnino de Brito</i> .....	33
1.3.2 <i>As ações para o saneamento em São Paulo</i> .....	36
1.3.3 <i>O estado nacional e as políticas de saneamento</i> .....	41
1.4    Olhares sobre a cidade de Bauru.....	43
Capítulo 2 – Bauru: processo de construção urbana .....	52
2.1    Legislação vigente – O primeiro Código de Posturas (1897) .....	60
2.1.1 <i>O papel das ferrovias</i> .....	69
2.2    Melhoramentos urbanos: primeiras ações higienizadoras .....	76
2.3    As primeiras redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário .....	95
Capítulo 3 – Consolidação urbana e expansão dos serviços de água e esgoto .....	108
3.1    Crescimento urbano e a crise do saneamento .....	113
3.2    Percalços da Modernização: A firma Barros, Oliva e Cia .....	125
3.3    Consolidação e Modernização dos serviços de Água e Esgoto .....	147
Considerações Finais .....	159
Referências .....	162
Anexos .....	170
Anexo I – Lista de Fontes Pesquisadas .....	170
Anexo II – Quadro esquemático cronológico dos documentos consultados .....	175

## Índice de Figuras

<i>Figura 1- Cloaca Máxima (Roma)</i> .....	16
<i>Figura 2 - Carregadores de Água - Rugendas (1835)</i> .....	23
<i>Figura 3 - Pretos de gancho - Chamberlain</i> .....	24
<i>Figura 4 - "Os tigres" - Revista: A Semana Ilustrada, 1861</i> .....	24
<i>Figura 5 - Arcos da Carioca - Sec. XIX</i> .....	26
<i>Figura 6 - Arcos da Carioca</i> .....	26
<i>Figura 7 - Chafariz Mestre Valentim - Praça XV - Rio de Janeiro</i> .....	28
<i>Figura 8 - Rua Araújo Leite – 1908</i> .....	54
<i>Figura 9 - Mapa da primeira doação</i> .....	56
<i>Figura 10 - Mapa da Segunda Doação</i> .....	58
<i>Figura 11 – 1º Legislação Vigente (1897)</i> .....	60
<i>Figura 12 - O Primeiro Código de Posturas (1897)</i> .....	60
<i>Figura 13 - Decreto Estadual nº233 - Código Sanitário de São Paulo (1894)</i> .....	64
<i>Figura 14 - Largo da Matriz (Atual Praça Rui Barbosa) - 1910</i> .....	68
<i>Figura 15 - Rua Araújo Leite (1907)</i> .....	71
<i>Figura 16 - Vista Geral de Bauru (1906)</i> .....	72
<i>Figura 17 - Rua Batista de Carvalho (1910)</i> .....	79
<i>Figura 18 - Rua Batista de Carvalho (1910)</i> .....	79
<i>Figura 19 - Iluminação Pública Elétrica</i> .....	82
<i>Figura 20 - Iluminação Pública - Uso de Lampião (1908)</i> .....	82
<i>Figura 21 - matriz do Divino Espírito Santo (1910)</i> .....	85
<i>Figura 22 - Praça da Matriz do Divino Espírito Santo (1910)</i> .....	85
<i>Figura 23 - Praça Rui Barbosa (década de 1940), configuração implantada em 1914</i> .....	86
<i>Figura 24 - Praça Rui Barbosa – década de 40</i> .....	87
<i>Figura 25 - Avenida Batista de Carvalho, 1922</i> .....	93
<i>Figura 26 - Primeiros serviços de abastecimento de água e rede de esgoto.</i> .....	105
<i>Figura 27 - Utilização de Poços Artesianos</i> .....	109
<i>Figura 28 - Bebedouros para animais próximo à estação da paulista</i> .....	109
<i>Figura 29 - Detalhe da Planta de Residência de 1912 com Banheiro</i> .....	112
<i>Figura 30 - Estudos para abastecimento no Córrego Vargem Limpa, 1917</i> .....	120

<i>Figura 31 - Orçamento para novo abastecimento e redes de esgotos</i> .....	123
<i>Figura 32 - Captação vargem Limpa</i> .....	124
<i>Figura 33 - Captação vargem Limpa</i> .....	125
<i>Figura 34 - Correio da Noroeste – Anúncios</i> .....	127
<i>Figura 35 - Correio da Noroeste - 29 de janeiro de 1934 – Anúncios</i> .....	127
<i>Figura 36 - anuncio</i> .....	128
<i>Figura 37 - Anuncio Empresa de Agua e Esgoto de Bauru</i> .....	128
<i>Figura 38 - construção da captação vargem limpa</i> .....	130
<i>Figura 39 - Avenida Rodrigues Alves década 1920</i> .....	133
<i>Figura 40 - Rua Batista de Carvalho 1925</i> .....	134
<i>Figura 41 - Planta Cadastral de Bauru, 1924</i> .....	134
<i>Figura 42 - Vista Parcial, 1934</i> .....	139
<i>Figura 43 - Planta da cidade, 1930</i> .....	140
<i>Figura 44 - Vista Geral, 1930</i> .....	140
<i>Figura 45 – metragem de redes implantadas, 1930</i> .....	142
<i>Figura 46 - Folhetos sobre fossas</i> .....	145
<i>Figura 47 - Recibo de pagamento a empresa de agua e esgoto</i> .....	147
<i>Figura 48 - mapa da cidade com os rios urbanos – 1938 (modificado)</i> .....	151
<i>Figura 49 - Manancial Rio Batalha</i> .....	152
<i>Figura 50 - Planta</i> .....	153
<i>Figura 51 - sistema de captação e Adução</i> .....	154
<i>Figura 52 - Recorte - sistema de captação e Adução</i> .....	154
<i>Figura 53 – planta da estação de tratamento</i> .....	155
<i>Figura 54 - Prédio da Estação de Tratamento de Água e Esgoto – Eta -1943</i> .....	155
<i>Figura 55 - Estação de Tratamento de água, 1943</i> .....	156
<i>Figura 56 - Construção das adutoras</i> .....	157

## BAURU

*Moro na entrada do Brasil novo. Bauru,  
nome-frisson que acorda na alma da gente  
ressonância de passos em marcha batida  
para a conquista soturna do Desconhecido!*

*Acendi meu cigarro no toco de lenha deixado na estrada,  
no meio da cinza ainda morna  
do último bivaque dos Bandeirantes...*

*Cidade de espantos!  
Carros de bois geram desastres com máquinas Ford.  
Roll-Royces encalham beijando a areia.  
Casas de tábua mudáveis nas costas;  
bungalows comodistas roubados da noite para o dia,  
às avenidas paulistas...  
Cidade de espantos!*

*Eu canto a estesia suave dos teus bairros chiques,  
as chispas e os ruídos do bairro industrial,  
a febre do lucro que move os teus homens nas ruas do centro,  
e a pecaminosa alegria dos teus bairros baixos...*

*Onde é que estão brasileiros ingênuos,  
as úlceras feias de Bauru?*

*Vi homens fecundos que fazem reclamo da Raça!  
Eu sei que há mulheres fidalgas que ateiam incêndios  
na mata inflamável dos nossos desejos!  
Mulheres fidalgas que já transplantaram  
o Rio de Janeiro para este areal...*

*A alegria buzina e atropela os trustes nas ruas.  
A cidade se faz a toque de sinos festivos,  
a marchas vermelhas de música, ao riso estridente,  
de Colombinas e de Arlequins.*

*Por isso, cidade moderna, a minha tristeza de tuberculoso,  
contaminada da doença da tua alegria  
morreu enforcada nos galhos sem folhas  
das tuas raras árvores solitárias...  
Eu já tomei cocaína em teus bairros baixos,  
onde há Milonguitas de pálpebras murchas  
e de olhos brilhantes!*

*Rua Batista de Carvalho!  
O sol da manhã incendeia ferozmente  
a gasolina que existe na alma dos homens.  
Febre... Negócios... Cartórios... Fazendas... Café...  
Mil forasteiros chegaram com os trens da manhã,  
e vão, de passagem, tocados da pressa,  
para o Eldorado real da zona noroeste!*

Rodrigues de Abreu

## Introdução

*Não raro se tem a decepção de abrir uma torneira, na esperança de ver jorrar a *lympha chrystaina*, indispensável a uma infinidade de misteres, mas apenas um estrepitar grotesco dela, misturado a simples burrifos, ou um tênue fio tristonho e lento, atestam logo a tímida presença do precioso líquido no fundo do reservatório*

O BAURU, 18 de abril de 1915

*Falta d'Água: o grande problema que assombrou Bauru durante décadas* - muitas foram as vezes em que os jornais utilizaram estas palavras como chamada de suas matérias. Se por um lado a falta de água assombrou Bauru durante décadas, a cidade vivia um antagonismo dos discursos da *Modernização, Higienização e Embelezamento*. O saneamento e a infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram questões permanentes de ações da municipalidade.

O saneamento e a questão das águas urbanas são problematizados, discutidos, analisados e considerados assuntos importantes atualmente para a gestão das cidades. No entanto, não são marcas exclusivas da contemporaneidade. No campo de estudo da história urbana percebemos preocupações com as águas desde a formação da urbe. No Brasil, a história do saneamento se confunde com a formação das cidades. No início o abastecimento de água era realizado por meio da coleta em bicas e fontes nos povoados que estavam se formando, assim como na Europa. As primeiras ações sanitárias se resumiam a drenagem dos terrenos e a instalação de chafarizes nas cidades. Em Bauru seguiu-se o mesmo modelo.

É esta condição pretérita o assunto desta dissertação, focando a formação urbana a partir de 1896 e, quando entre as décadas de 1910 e 1940, a cidade de Bauru passou por um processo de modernização pautado em ações higienistas, de melhoramentos e embelezamentos, norteados por códigos de Posturas Municipais. As iniciativas tiveram como finalidade equacionar os problemas surgidos e agravados devido ao rápido crescimento da urbe - o qual fora incentivado pelas atividades econômicas e intensificado com a instalação das três ferrovias: Estrada de Ferro Sorocabana, Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e Companhia Paulista. Tais questões caracterizavam-se pela insalubridade das ruas e dos edifícios, pelo adensamento demográfico, por problemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, pela precária infraestrutura urbana e pela ausência de áreas de lazer.

Olhares populares, técnicos, médicos, políticos e estéticos passaram a reivindicar uma Bauru saneada, sadia, bela e arborizada. Assim, no período estudado,

ocorreram transformações na paisagem urbana. As vias públicas foram ordenadas, alinhadas, saneadas, pavimentadas e drenadas. Os serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos foram implantados. As praças surgiram como áreas de lazer e de descanso para uma população elitizada.

A implantação da infraestrutura urbana terá um papel essencial no quadro de melhorias da cidade, reduzindo as doenças crônicas que as assolavam com frequência. A implantação de água e esgoto e a drenagem e retificação dos córregos, fazendo-os fluir com maior rapidez e com isso evitando enchentes calamitosas, bem como o aterro de brejos, serão obras relativamente comuns nas cidades paulistas mais prosperas, demonstrando um bom grau de profilaxia urbana, ao menos para os seus setores mais nobres e para aqueles mais bem aquinhoados (GHIRARDELLO, 2010, p.183).

Assim, o objetivo deste trabalho é entender a história urbana da cidade de Bauru pelo viés do saneamento, entendendo-o como forma de embelezamento, limpeza urbana e agência de saúde; avaliando a sua importância no processo de expansão da cidade; como também, verificar as intervenções urbanísticas estruturadas por programas de melhoramentos e embelezamentos urbanos desde o período de sua formação até os anos de 1940. O intuito é compreender como os discursos médicos e técnicos da época modificaram a formação e o uso da cidade.

O recorte temporal pretende analisar a formação de Bauru concomitantemente às primeiras redes de infraestrutura, delineando as ações higienistas dos melhoramentos urbanos. Somado ao fato de localizar muitos registros históricos primários, conseguimos uma narrativa mais linear e com poucas lacunas. O final da pesquisa, em 1940, condiz com data simbólica, uma vez que ela é o eixo divisor no tocante ao gerenciamento das águas da cidade, constituindo-se como o momento em que a municipalidade passa a gerir os serviços de fornecimento de água e coleta de dejetos.

Para a construção do cenário de Bauru entre os anos de 1896 a 1940, embasamos os estudos principalmente em pesquisa documental de fontes primárias. Na busca por informações da história urbana da cidade e da questão do saneamento, visitamos arquivos da Câmara Municipal, Prefeitura Municipal e Departamento de Água e Esgoto, bem como frequentamos o Museu Ferroviário, o Museu Histórico da Cidade de Bauru e o Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Sagrado Coração (NUPHIS-USC). Juntamos mais de três mil imagens digitais de documentação: jornais, leis, atas de câmaras, decretos, relatórios, fotos antigas, mapas, projetos de

redes de água e esgoto, recibos de pagamentos, folhetos de empresas, memórias, abaixo-assinados. Todo este material foi importante para delinear as conjunturas históricas e entender todo o processo de modernização urbana. O caminho foi longo e árduo, ainda que se mostrasse gratificante mediante o êxito na busca e subsequente encontro de cada fonte a ser compreendida.

Importante ressaltar que preocupação inicial foi a busca de fontes bibliográficas sobre o tema. Encontramos muitos trabalhos que tratavam da formação urbana de Bauru, no entanto, não havia estudos focados, especificamente, na questão do saneamento. Assim sendo, sentiu-se a necessidade de buscar documentos históricos para embasar os estudos. Portanto, este trabalho pode ser considerado pioneiro no estudo de saneamento de Bauru.

Como bibliografia complementar, focados na temática da pesquisa, utilizamos outras fontes tais como: livros, artigos, teses, dissertações. Todo este material de informações foi organizado e analisado para delinear a escrita desta dissertação, sempre apoiados nos dados do material primário.

Para tanto, observamos a literatura existente e como nosso trabalho se insere nela. Com relação ao binômio *águas urbanas & história das cidades*, foram estudados autores como MUMFORD (1982), BENÉVOLO (2011) e VITRUVIUS (2007). Em seu trabalho sobre o *Tratado de Arquitetura*, VITRUVIUS (2007) se torna referência no que se refere à arquitetura da Antiguidade Clássica, e já no ano 27 a.C. discorria sobre planejamento urbano e a importância da água para a formação urbana, em seu livro VIII, como também descreve a forma que deveria ser o processo de adução de água para a época, indicando até o material utilizado: "(...) processos utilizados na adução, com efeito, executam-se de três maneiras as aduções de água: por canais, por meio de condutos, por canos de chumbo ou por tubos cerâmicos (...)" (VITRUVIUS, 2007, p. 416). Em outro momento o mesmo autor explica a técnica para a construção do sistema de abastecimento de água, detalhando o tipo de encaixe conhecido hoje como ponta-bolsa.

Se, todavia, quisermos diminuir a despesa, utilizaremos a metodologia que a seguir se indica. Serão construídos tubos cerâmicos com pelo menos dois dedos de espessura de parede, ficando afunilados de um lado, de modo a poderem ajuntar-se e encaixar-se uns nos outros. As juntas deverão ser vedadas com cal viva amassada com azeite (...) (VITRUVIUS, 2007, p. 420).

É importante entendermos que a técnica utilizada e os tipos dos materiais hidráulicos são de grande interesse para este trabalho, pois nos ajudarão a compreender o processo e a evolução do sistema.

No que diz respeito ao saneamento no Brasil e a história da técnica empregada, visto pelo viés do abastecimento de água e esgotamento sanitário, os seguintes autores trazem considerações importantes sobre o tema: VARGAS (1994), TELLES (1984), MORAES (2005), TSUTIYA (2006), AZEVEDO NETO (1998), BAPTISTA (2010). Nesta etapa houve a necessidade de entender a fundo o sistema hidráulico. Por isso o estudo da história da engenharia hidráulica e sanitária foi essencial. Para tanto, investigamos o processo de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, onde a grande obra colonial foi o primeiro sistema de canalização de água: o famoso aqueduto da Carioca (os Arcos da Lapa). NOGUEIRA (1994), na obra *Contribuições para a história da engenharia do Brasil*, afirma que no plano original do aqueduto da Carioca faziam parte “(...) os Arcos Velhos que de uma só tacada desciam pelo caminho do Desterro (atual rua Evaristo da Veiga) até o chamado Campo de Ajuda(...)” (VARGAS, 1994, p. 184)<sup>1</sup>. O autor discorre que a obra foi finalizada em 1723 e que terminava em um chafariz no Largo da Carioca.

Há uma grande variedade de trabalhos voltados à questão das águas. Para estes estudos merecem destaque, como as análises sobre o papel das águas nas cidades. Para representar estas investigações pode-se citar SAIDE (2004), SANT’ANNA (2007), SALGADO e FERREIRA (2010), REZENDE, HELLER e QUEIROZ (2009) e BOSI (2007).

Outro ponto relevante neste estudo foi o papel do sanitarismo e a questão da saúde pública. Para tanto, foram analisados os autores: HOCHAMAN (1998) que discute as bases das políticas públicas no Brasil na era do saneamento nas duas últimas décadas da Primeira República; CHALHOUN (1996) na sua obra *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, o autor discute a formação das políticas de saúde pública no Brasil e trata da concepção de uma ideologia da higiene, como instrumento de ação do poder público sobre o ambiente urbano e o modo de sanear a cidade, assim como também o fazem REZENDE e HELLER (2008). Tornou-se evidente, assim, a necessidade de entender esta relação para compreender como se

---

<sup>1</sup> A obra *Contribuições para a História da Engenharia no Brasil* é um compendio de depoimentos de diversos autores coordenados por Milton Vargas. O texto citado foi de autoria de Antônio Augusto dos Santos Nogueira.

deu o processo de embelezamento das cidades brasileiras do final do sec. XIX e início do sec. XX, período em que ocorreu a formação urbana de Bauru.

Um grande número de trabalhos tomou como tema motriz o papel do saneamento e do embelezamento para estruturar o espaço urbano. Alguns autores que se destacam neste tema: CAMPOS (2007), CASTRO (1993), FARIA (2003). Outro autor a ser lembrado nesta pesquisa é ANDRADE (1992) que em *A Peste e o Plano*, estuda o higienismo, a engenharia sanitária na virada do século XIX para o XX na instituição das primeiras intervenções, que pensaram a cidade como uma totalidade. Além de verificar os melhoramentos urbanos por meio de projetos de saneamento realizados pelo engenheiro Saturnino de Brito. Focado no saneamento das cidades brasileiras, FARIA (2003) analisa a cidade de Ribeirão Preto sob o prisma do discurso da higiene e do embelezamento, discutindo o processo de modernização urbana.

No quesito sobre a história urbana outros autores trataram de analisar a história da cidade de Bauru, incluindo o papel da ferrovia na expectativa de desenvolvimento da vila e a temática do abastecimento de água. Para CASTRO (1993) a vinda da ferrovia foi importante para o desenvolvimento econômico, social e urbano do município. Dentre estes estudos, tem-se interesse especial nos trabalhos de CONSTANTINO (2005), GHIRARDELLO (1992), BASTOS (1994).

Assim, apresentamos como o objeto desta dissertação a história do saneamento de Bauru. Contudo, durante a pesquisa de material bibliográfico sobre o urbanismo sanitário do município, raros foram os trabalhos encontrados e não há muitas referências bibliográficas com este olhar. Em sua maioria, há apenas algumas citações sobre o tema, por meio de lembranças de fatos contados por memorialistas a partir de suas vivências pessoais ou de terceiros, ou ainda narradas por estes a partir de outras fontes orais e documentais. Os trabalhos de PELEGRINA (2007), PAIVA (1975) e PIRES<sup>2</sup> (1988) trazem considerações importantes com suas memórias históricas. Conforme TUON (1997), os memorialistas são importantes para a pesquisa de cunho histórico:

(...) a pesquisa histórica utiliza-se das mais diversas fontes para sua construção. Consideramos que as obras dos memorialistas são importantes porque, de alguma forma, foram eles que tiveram a preocupação de “guardar”

---

<sup>2</sup> O trabalho do editor Luciano Dias Pires foi encontrado em jornais Bauru Ilustrado (números 1 a 145), no período de 1974 a 1988.

na memória e depois publicar um pouco da história da forma como eles percebiam (TUON, 1997, p.15).

Faz-se importante ressaltar que buscamos uma posição crítica ao analisarmos os textos dos memorialistas. Foi fundamental um olhar técnico ao estudar os relatos, a fim de que a análise não fosse construída das afetividades e emoções abordadas pelas visões saudosistas dos memorialistas.

Assim, quanto à estrutura formal desta dissertação, no primeiro capítulo abordamos o contexto do saneamento por meio de conceitos, da história, dos movimentos sanitaristas e higienistas, e das políticas de saúde pública; explanamos sobre como se deu o sanitarismo no Brasil, indicando os aspectos de sua evolução e a relação direta com a saúde pública por meio das legislações; e, por fim, procuramos compreender os temas e abordagens investigados, presentes tanto em pesquisas acadêmicas quanto em narrações memorialistas, referentes à história urbana de Bauru e sobre as pesquisas que envolviam a urbe.

Os outros dois capítulos estão focados na discussão da cidade de Bauru. No segundo capítulo analisamos a urbanização e a modernização na área central da cidade, sob o olhar da higiene e dos melhoramentos urbanos implantados para aqueles inseridos no perímetro urbano, abordando o processo de formação urbana, desde o período de sua constituição como vila, até a década de 1940. No cenário da cidade salubre e sem epidemias, investigamos como se deu o processo das primeiras redes de água e esgoto de Bauru.

No terceiro capítulo procuramos compreender o processo de implantação do sistema de infraestrutura do abastecimento de água e esgotamento sanitários, bem como as tecnologias empregadas e as legislações pertinentes. Além de analisar como as políticas públicas influenciaram na consolidação da modernização, embelezamento e saneamento da cidade de Bauru.

---

## Percorso Histórico



## Capítulo 1 - Percurso Histórico

O que nos admira é que este estado de cousas continua por mais tempo, sem encontrar pessoa competente, que, saneando esta cidade antes de chegar á agua e exgoto, ponha um termo a esta triste moléstia, antes que sejam registrados efeitos bem peiores. É tempo já; mais tarde tornar-se-á mais difficil. Conde Negro.

O Bauru, 1910<sup>3</sup>.

Foi assim que o jornal *O Bauru* tratou o problema da moléstia que crescia na cidade. Bauru tinha que ser saneada, limpa e embelezada em todos seus domínios públicos e privados. Os melhoramentos de água e esgoto eram necessários na vida urbana. Todavia, era antes importante haver ações higienistas com relação aos lixos nas ruas, água empossadas nas vias e quanto à melhora da saúde pública. O saneamento vinha, então, para atender esta demanda.

As ações de saneamento estão relacionadas às intervenções físicas do homem no meio, para seu conforto, bem-estar, proteção e de sua salubridade, e evoluem a medida que as civilizações se tornam mais complexas (REZENDE E HELLER, 2008).

É importante que haja uma reflexão sobre a história do saneamento, na medida em que tais considerações nos forneceram subsídios para entendermos os problemas de higiene e infraestruturas precárias, ainda enfrentados nas cidades de hoje. Problemas como a falta de água de abastecimento, de esgotamento sanitário, de higiene urbana, surtos de doenças e tantos outros, particularmente nos países menos desenvolvidos, não são privilégios da contemporaneidade.

Este capítulo visa resgatar, de forma sintética, o desenvolvimento das ações do saneamento desde as civilizações antigas, Idade Média, ao longo do período da Revolução Industrial, até chegar no século XX, com objetivo de introduzir elementos essenciais para a interpretação da evolução do saneamento no Brasil.

Assim sendo, investigamos o processo de estruturação da sociedade brasileira, com o contexto socioeconômico e político-cultural, e a evolução das ações sanitárias, tanto no plano individual - com as primeiras povoações, quanto no coletivo – a partir do século XVIII, quando o Estado passa a executar e administrar os serviços

---

<sup>3</sup> Ver matéria completa sobre a crítica feita em relação ao saneamento da cidade de Bauru com a saúde da população. O artigo é intitulado Triste Moléstia, e foi impresso no dia 04 de setembro de 1910. O exemplar encontrasse arquivado no Núcleo de Pesquisa e História da Universidade do Sagrado Coração – NHUPIUS-USC.

de saneamento. Além de executar uma análise integrada do setor de saneamento com a saúde da população.

## 1.1 Conceitos

Na Antiguidade o homem observou que água suja, lixo e outros detritos podiam transmitir doenças, passando a adotar medidas para minimizar os problemas daí decorrentes. O conceito de saneamento vem sendo construído ao longo da história da humanidade, mediante as condições materiais e sociais de cada período, o avanço do conhecimento e sua apropriação pela população.

Sanear vem do latim *Sanu*: tornar saudável, tornar habitável, higienizar, limpar, podendo ainda, definir outros sentidos, como: 1) tornar são, habitável ou respirável; 2) curar, sarar, sanar; 3) remediar, reparar; 4) restituir ao estado normal, tranquilizar; 5) por ou estabelecer em princípios morais estritos; 6) por cabo a desfazer; 7) perdoar, desculpar; e 8) reconciliar-se, congregar-se (BORJA, 2004).

Outro conceito trabalhado, consiste em que o saneamento seja o conjunto de medidas que preservam as condições do meio ambiente, previnem doenças e melhoram as condições de saúde pública. É o elemento fundamental para a medicina preventiva (BORJA, 2004).

Em relação aos preceitos da Constituição Brasileira de 1988, as responsabilidades quanto às ações de saneamento estão definidas pelo Inciso IV, do Art. 200, que estabelece a atribuição do Sistema Único de Saúde (SUS) de "(...) participar da formulação de políticas e da execução das ações de saneamento básico" (BRASIL, 1988, p. 116).

Deste modo, a Constituição relaciona o setor de saneamento ao campo da saúde, e conseqüentemente, ao âmbito da política social. As medidas de saneamento passam a ser vistas, constitucionalmente, como uma atividade de prevenção e de proteção à saúde da população.

De maneira específica, a Lei federal 11.445 de 05 de janeiro de 2007 define saneamento básico como:

O conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água

potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição,

b) Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente,

c) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas,

d) Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas (BRASIL, 2007a).

Os serviços de saneamento básico são considerados serviços de infraestrutura, juntamente com os de outros tipos, tais como energia elétrica (geração e transmissão), telecomunicações, transporte coletivos, entre outros. Para entendermos a importância em sanear as cidades iremos compreender primeiramente seu processo de evolução e a relação direta com a saúde, fatores sociais e econômicos e as tecnologias.

## 1.2 Um percurso pela história do saneamento

A questão do saneamento não se delinea como uma visão contemporânea da cidade. A arqueologia nos dá indícios, por meio de escavações das ruínas, que cidades primitivas já se preocupavam em resolver tais problemas, tal como nos apresenta MUMFORD (1982):

Durante milhares de anos, os moradores das cidades dispuseram de recursos sanitários deficientes, muitas vezes inteiramente vis, refocilando no lixo e na imundície que certamente tinham meios de remover, pois a tarefa ocasional de remoção dificilmente poderia ter sido mais odiosa do que caminhar e respirar na presença constante daquele mal cheiro (MUMFORD, 1982, p. 89).

Assim, as ações de saneamento foram traduzidas no modo de vida das populações com diferentes repercussões ao longo da história. A fim de percebermos tais ações, foi preciso buscar na história a compreensão dos fatores que demonstraram destaque no processo de execução dos serviços de sanear. Com isto, podemos notar o saneamento nas suas distintas formas; o modo, técnica e tecnologia

empregados; as políticas sociais envolvidas; e a relação saneamento-saúde, de acordo com a sociedade num dado período de tempo.

Desde a formação das primeiras aglomerações urbanas, procurou-se efetuar sua implantação em sítios próximos a cursos d'água, que pudessem proporcionar suprimento de água para o consumo e higiene da população. Este líquido passou a ter papel fundamental neste contexto. Entretanto, nem sempre a água estava disponível em dado local na quantidade demandada. Desta forma tornou-se essencial a implantação dos primeiros artefatos e obras de condução da água (BAPTISTA; COELHO, 2010).

As necessidades das sociedades modificaram-se e se intensificaram ao longo do tempo, porém, as ações que visavam a garantia da salubridade são vistas desde as civilizações antigas, há mais de 6.000 mil anos, sob a forma de soluções para o abastecimento de água e a disposição de efluentes de esgotos (REZENDE E HELLER, 2008). Desenvolveram-se projetos de engenharia para a condução e armazenamento, por meio de aquedutos e perfuração de poços procurando fontes de águas. Além de criar, também, canais de escoamento para a água servida que corriam em dutos ou esgotos.

As civilizações greco-romanas estabeleceram associação entre a falta de saneamento e a presença de doenças. REZENDE E HELLER (2008, p. 54) discutem esta associação: "(...) estes povos foram os primeiros a utilizar o pensamento científico racional no campo das ciências exatas, notadamente a geometria, tendo também estabelecidos critérios sanitários importantes na busca pela saúde".

Com relação ao esgotamento sanitário, Benévolo (2011) enfatiza:

Os esgotos, iniciados no século VI a. C., foram continuamente ampliados e aumentados; em algumas galerias podem passar até dois carros de feno lado a lado, e Agripa pode inspecionar de barco toda a rede. Destinam-se a recolher as águas de chuva, a água em excesso dos aquedutos, as descargas dos edifícios públicos e de algumas das domus nos andares térreos; muitos outros edifícios, por demais afastados dos esgotos, descarregam seus refugos nos poços negros ou nas lixeiras abertas, que nunca foram de todo eliminados (BÈNEVOLO, 2011, p. 174).

A grande contribuição romana, em relação as redes de esgoto, foi a "Cloaca máxima". Esta obra é um conduto executado com pedras, datado do ano de 514 a.C., que permanece em operação integrada no sistema de esgoto atual (AZEVEDO NETTO, 1984).

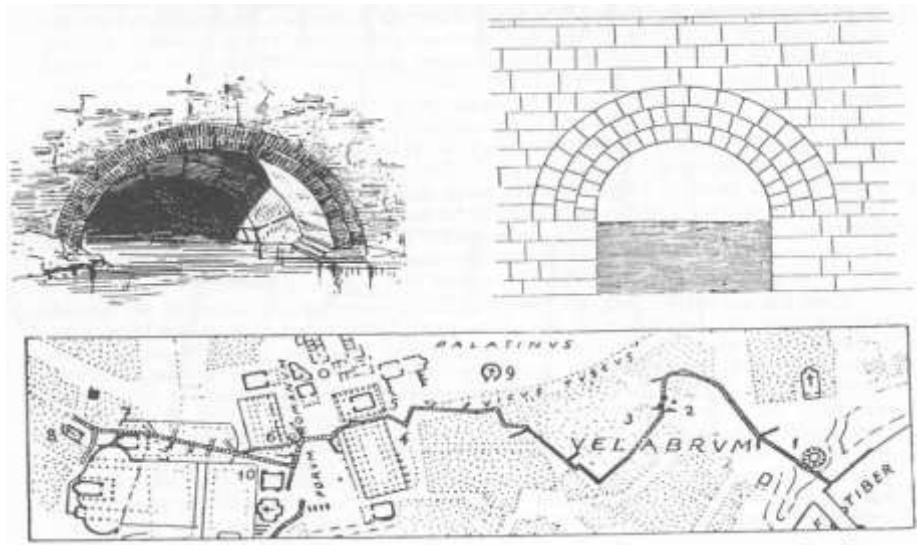


Figura 1- Cloaca Máxima (Roma)

Fonte: <http://pt.slideshare.net/eloambiental/a-histria-do-saneamento-basico>. Acesso em 20 de março de 2014

Na figura, a Cloaca Máxima romana, foi construída com finalidade de drenar as águas residuais e o lixo para o rio Tibre. A imagem nos mostra a elevação dos dutos, podendo ver os arcos de sustentação do teto, os degraus inferiores para inspeção e o canal por onde percorre as águas residuais. Notamos, também, na planta da cidade o traçado da rede de esgoto, saindo do ponto mais alto e percorrendo o espaço urbano até desembocar no rio.

No caso do abastecimento, foram projetados aquedutos que traziam água de mananciais afastados para a cidade de Roma. Os aquedutos romanos eram considerados um serviço público, já que foram construídos em todas as cidades pelo Estado para satisfazer os usos coletivos.

(...) a água é reservada para os usos públicos, e somente os excedentes das fontes – aqua caduca – pode ser cedido aos particulares. Todo o restante serve para alimentar as instalações públicas: as fontes e as latrinas espalhadas em todos os bairros, e as grandes termas que servem vastas zonas das cidades. A abundância e grandiosidade dos serviços higiênicos públicos compensa a falta dos serviços privados na maior parte das casas (BENEVOLO, 2011, p. 174).

Com relação à técnica empregada nos aquedutos romanos, por meio de seus conhecimentos em relação à água pressurizada, preferiam que a mesma chegasse na cidade com pressão reduzida, a fim de não superar os limites de resistência da tubulação de distribuição e evitando-se, assim, rupturas nos tubos. Para

tanto, quando o aqueduto atravessava um vale era elevado por uma série de arcadas e mantinha o nível durante todo o percurso.

Os romanos utilizavam, de preferência, água de nascente, ou água fluvial filtrada; canalizavam-na num conduto regular (*specus*) revestido com reboco de tijolos em pó (*opus signinum*) coberto, mas passível de ser inspecionado e arejado, com declive o mais constante possível (de 10 a 0,2 por mil, segundo as características do percurso) de maneira que a água flua livremente (BENEVOLO, 2011, p. 188).

Outro ponto importante que analisamos, foi a forma de tratamento desta água de abastecimento:

Ao longo do percurso e na chegada dos aquedutos se encontram os reservatórios de decantação (*piscinae limariae*), onde a água deposita as impurezas; em seguida passa pelos tanques de distribuição onde é medida passando por meio dos cálices de bronze, e daí às tubulações da cidade, feitas de pedaços de tubos de chumbo (*fistulae*) com 10 pés em média, ou seja, cerca de 3 metros (BENEVOLO, 2011, p. 188).

É notória a preocupação com a pureza deste líquido, e os processos utilizados para captação, condução, tratamento, armazenamento e distribuição. O conhecimento técnico e científico romano foi exposto por VITRUVIUS (2007), que descreve a técnica de construção de aquedutos, sistemas de abastecimento de água e sistema de esgoto. Esta obra é necessária para este estudo pois mostra tanto a técnica como os materiais usados no modo de sanear as cidades por meio das redes. Assim, entendendo o processo utilizado no passado podemos fazer uma releitura e aplicar nas obras da atualidade. O autor especifica a técnica em forma de manual, mostrando como se fazer. Com relação ao processo de adução tem-se:

Faz-se do seguinte modo: se for por condutas, a construção será o mais sólida possível, e o lastro deverá ser nivelado com uma inclinação não menor que um silício por cada cem pés, devendo essas estruturas ser abobadadas, para que a água seja o menos possível tocada pelo sol. Ao chegar as muralhas, levanta-se uma arca-de-água e junto serão feitos 3 tanques emissários para receber o líquido, dispondo-se nessa arca 3 canos com igual débito de água para dentro daqueles 3 tanques, de tal modo que,, enchendo os das extremidades, a água transvase para o do meio (VITRUVIUS, 2007, p. 416).

No caso da distribuição de água, o arquiteto trata das políticas públicas, norteando para onde deve ser conduzido o líquido e indica a forma de pagamento do mesmo de acordo com seu uso.

Em seguida, no tanque médio, colocam-se as canalizações para todos os reservatórios e fontanários; de um dos outros [tanques] sairão canos para os banhos, de que anualmente se paga ao Estado uma taxa; e do terceiro, para as casas privadas, para que não falte no uso público; com efeito, estas não poderão retirar água pública se tiverem canalizações próprias com origens naqueles emissários. Pois mencionei essa norma pelo simples fato de que aqueles que retiram água para as suas casas particulares deverão garantir a manutenção das condutas de água, por meio do pagamento de taxas aos publicanos (VITRUVIUS, 2007, p. 417).

ANDRADE (1992) comenta que, outro ponto relevante trabalhado pelo arquiteto e engenheiro VITRUVIUS, em sua obra *Os dez livros da Arquitetura*, consiste da importância de se determinar a salubridade de um sítio e nos indica como escolher lugares apropriados para a fundação de cidades e a construção de prédios, levando-se em conta a orientação e o sistema de drenagem das moradias. Desta forma mostra uma preocupação com a saúde da população. Podemos perceber que as civilizações antigas aplicaram técnicas e leis, visando o saneamento.

Durante a Idade Média, as cidades possuíam a necessidade de se defenderem de agressões, o que levava as fortificações. Assim, consistiam de um conjunto agregado de edificações com ruas estreitas, densamente povoadas e sujas. Em sua maioria, as ruas não possuíam pavimentação e nem obras de drenagem, portanto recebiam toda a imundície.

Do ponto de vista do equacionamento sanitário, essas fortificações impunham dificuldades, pois a população aumentava e amontoava-se em cortiços que iam sendo construídos dentro das paredes fortificadas. A maioria dos habitantes das cidades conservou ainda por um tempo características da vida rural, mantendo animais dentro das cidades e depositando seus dejetos onde houvesse espaço (REZENDE E HELLER, 2008, p. 56).

Este modo de vida da população medieval e os problemas relacionados com a saúde urbana trouxeram a necessidade de criação de instituições responsáveis pela higiene, culminando uma nova forma de administração sanitária. Desta maneira fica claro que a história do Urbanismo possui uma estreita relação com a saúde por meio de um olhar sanitário do espaço.

Após a queda do sistema feudal há uma nova ordem política e social: formaram-se os Estados Nacionais, onde o poder é centralizado na mão de um monarca; e surge uma nova classe social, a burguesia. No renascimento, o conhecimento entre saúde e saneamento se fortalece, por meio o desenvolvimento científico e tecnológico, voltado para as ações sanitárias.

REZENDE E HELLER (2008) apontam o aperfeiçoamento das bombas hidráulicas e o desenvolvimento de metodologias de medição das velocidades de escoamento e das vazões dos corpos de água.

Outro ponto foi a fabricação de tubos de ferro fundido, a partir de 1664, fato que teve participação importante no aumento considerável na distribuição de água canalizada a população (ROCHA, 1997). Em 1664, uma adutora de mais de 22 km foi construída na França, em ferro fundido para abastecer o Palácio de Versailles, a maior linha de tubos da época, sendo que ainda hoje parte desta tubulação permanece em serviço (AZEVEDO NETTO, 1984).

No início do século XVI, nas bases tecnológicas do saneamento, vimos que Leonardo da Vinci iniciava uma nova fase no desenvolvimento da hidráulica, apresentando outras ideias sobre o princípio de conservação de massas, efeito do atrito no escoamento e velocidade de ondas (BAPTISTA; COELHO, 2010).

Neste momento, o Estado passava a administrar as cidades e conseqüentemente seus problemas. As ações coletivas tornavam-se responsabilidade do poder público, assim como saneamento e saúde da população. Há a arrecadação de impostos pelo poder constituído para oferecer assistência aos pobres.

Os preceitos de higiene da época eram inadequados em todas as classes sociais, corroborando para que a situação de imundície das cidades se perpetuassem por um longo período, sendo que a administração da saúde pública nas urbes renascentistas assemelhava-se à medieval.

A situação do suprimento da água era problemática, pois em função do aumento populacional e do crescimento das cidades, fontes e poços que eram usados desde o período medieval, tornam-se insuficientes. REZENDE E HELLER (2008, p. 60) apontam que: "(...) para o enfrentamento do problema, foram criadas companhias particulares de abastecimento de água, sendo a New River, em Londres, a primeira a operar". As companhias utilizavam-se de inovações tecnológicas a fim de ampliarem os sistemas hidráulicos nos séculos XVII e XVIII. No entanto o saneamento se consolidou com a Revolução Industrial.

Entendemos que as preocupações sanitárias aumentaram com a chegada da indústria nas cidades. Ficava claro a relação entre a produção da cidade, o saneamento e a saúde urbana. Para isto as reformas sanitárias focavam na modernização do sistema, tanto na questão tecnológica, quanto na questão de

gerenciamento. As ideias reformistas do século XIX fizeram com que o Estado interferisse nas ações de saneamento, por meio de normatização e coordenação dos serviços. Como o caso do saneamento de Londres que “numa primeira etapa, trata-se frequentemente de companhias privadas que obtém ou pelo menos procuram obter monopólios”, e “numa segunda etapa, o Estado que muitas vezes substitui as companhias privadas e torna-se o principal gestor destes serviços”. A evolução de controle dos serviços sanitários urbanos<sup>4</sup> por parte do Estado, assumia aspectos técnicos, econômicos e políticos (BEGUIN, 1991, p. 44).

No século XIX as doenças provenientes da falta de saneamento atingiram todas as classes sociais. Este fato deu luz à necessidade de sanear todos os setores com a finalidade de preservar a saúde coletiva. Conforme COSTA (1994), a implantação de sistema de esgotamento sanitário nas grandes cidades acontecia logo após o aparecimento de epidemias de cólera. Em Londres, o ano de 1854 foi o da epidemia e, em 1855, foi criada a Oficina Metropolitana de Obras, órgão responsável pela construção do sistema de esgoto.

No que diz respeito ao aspecto tecnológico, muitos avanços ocorreram ao longo do século XIX. Com relação ao urbanismo e remodelação das cidades, ruas foram drenadas, alargadas, pavimentadas e iluminadas; e grande parte dos cortiços foram eliminados. Muitos dos encanamentos de madeira para conduzir água foram sendo substituídos por tubulação de ferro fundido e, a partir de 1827, este material passou a ser utilizado em vários países. Além disto, em 1867, foram introduzidos tubos de concreto armado. Outro ponto importante foi a obrigatoriedade da filtração no sistema de abastecimento público (AZEVEDO NETTO, 1984).

O progresso, identificado pela sua própria história e personificado na burguesia, serviu para justificar e tornar aceitável as mudanças que ocorreram ao longo do século XIX, como o crescimento populacional desenfreado e os problemas de doenças e falta de saneamento nas cidades. ANDRADE (1992) afirma que o século XIX foi o da higiene para o mundo europeu, a difusão do higienismo implicou em enormes rupturas nas formas de sociabilidade urbana.

---

<sup>4</sup> Para BEGUIN, o Sistema Sanitário Urbano consiste em; “sistema cuja base essencial é uma circulação incessante de água: água pura que chega a cidade e água servida que, em movimento perpetuo, sai, também, da casa e da cidade sem ter engendrado cloacas ou reservatórios que são, como já assinalamos, formas congênitas de estagnação pestilenta (BEGUIN, 1991, p. 42).

A razão, a ciência e a técnica se tornaram instrumentos para chegar ao progresso. Desta forma, percebemos a maior valorização dos portadores de conhecimentos especializados, ou seja, técnicos, médicos, sanitaristas e engenheiros. CASTRO (1993) entende que grande parte das mudanças físicas no aspecto das cidades e da paisagem rural foram possível a partir da técnica utilizada pelos engenheiros e homens empreendedores da época.

Embora as classes menos favorecidas e dominadas tenham sido objeto das ações higienistas (estipulando modo de ser, viver, morar, de se comportar em público), tais ações atingiram outros setores da sociedade. Neste sentido a higiene é uma determinação de uma cultura, que necessita normatizar modos de uso do corpo em relação ao meio e suas percepções sobre doenças e modos de cura, atingindo toda a sociedade.

A evolução da ciência da saúde - por meio da criação das vacinas no final do século XIX das práticas da saúde pública e das reformas sanitárias - trouxe uma diminuição das taxas de mortalidade da população. No entanto, REZENDE E HELLER (2008) afirmam:

O desenfreado crescimento industrial da primeira metade do século XX gerou cidades congestionadas e com condições sanitárias precárias. Milhares de imigrantes foram atraídos por trabalhos nas indústrias e, como as cidades não estavam preparadas para recebê-los, a doença, o desemprego, a criminalidade e o vício passaram a fazer parte da realidade urbana. Para os industriais, não importavam as consequências de suas ações sobre o meio ou sobre a comunidade e os impactos que estas produziam sobre o ambiente. Justificavam-se como sendo um mal necessário (REZENDE E HELLER, 2008, p. 73).

Assim sendo, no século XX, notamos uma nova visão da saúde pública e o saneamento é inserido na visão de educação sanitária. Entendemos que a manutenção da saúde das pessoas e das cidades, e a prevenção de doenças, só poderiam ser alcançadas com o combate à ignorância, no sentido da falta de informação.

Importante ressaltar que a consciência da relação saneamento-saúde não pode ser vista como único objeto responsável pela promoção das ações de sanear. Deve-se levar em conta os contextos econômicos, políticos, sociais para a realização destas ações. Desta forma é importante uma análise abrangente visto que o saneamento é uma questão de políticas públicas.

### 1.3 História do Saneamento no Brasil

As ações de saneamento no território brasileiro possuem traços marcantes das culturas indígena, europeia e africana, que contribuíram para uma identidade sanitária nacional e foram incorporadas ao cotidiano da população (REZENDE E HELLER, 2008).

O saneamento propriamente dito teve seu início no período colonial com o crescimento do número de vilas e cidades brasileiras. No entanto, vimos indícios de que as comunidades indígenas já se preocupavam com o abastecimento de água e a disposição dos esgotos. Possuíam conhecimento sobre o perigo da falta de saneamento e por isso armazenavam água em vasos de barro e argilas e em grandes caçambas de pedra.

Além de existir, na aldeia, lugares determinados para suas necessidades fisiológicas, desta maneira utilizavam a técnica de separar águas servidas. Podemos perceber que são ações de sanear voltadas ao plano individual das aldeias e não para todo o território.

Do indígena provem hábitos salutareos como os banhos diários, a utilização de água pura, o uso de ervas medicinais e uma vasta cultura centrada no respeito pela natureza. Esses povos demonstram ter conhecimento da relação saneamento e a saúde pelo seu hábito de destinar locais específicos para a realização das necessidades fisiológicas e a disposição de coisas sem serventia (REZENDE E HELLER, 2008, p 87).

A chegada dos europeus, assinala o início da integração ao chamado mundo civilizado. No Brasil, a história do saneamento se confunde com a formação das cidades. No período do Brasil Colônia – que vai desde a colonização até o início do século XIX, a política econômica era baseada no comércio exterior, não havendo políticas específicas que conduzissem ações visando a melhoria da vida dos brasileiros.

As primeiras fundações se fizeram no litoral para sua ligação com a metrópole lusitana e com o resto de um império voltado, conformado e cimentado pelo mar. Por isso o porto foi essencial e decisivo para situar uma feitoria nova (MARX, 1980, p. 19).

Os europeus fixaram-se na costa brasileira a partir do século XVI, com o intuito de extrair matéria-prima para abastecer seus mercados consumidores. A

exploração do pau-brasil, expedições visando a escravidão indígena, a procura por metais preciosos e a agromanufatura açucareira impulsionaram o povoamento e o desenvolvimento da urbanização.

As casas eram simples e a produção e o uso da arquitetura e dos núcleos urbanos baseavam-se no trabalho escravo (REIS FILHO, 2002). Sobre a mão-de-obra escrava no tocante aos serviços de infraestrutura, este autor ainda comenta: “(...) para tudo servia o escravo. É sempre sua presença que resolve os problemas de bilhas d’água, dos barris de esgoto (os “tigres”)<sup>5</sup> ou do lixo (...)” (REIS FILHO, 2002, p. 26).

A ausência de equipamentos adequados nos centros urbanos, quer para o fornecimento de água, quer para o serviço de esgoto e, mesmo, a deficiência do abastecimento, eram situações que pressupunham a existência de escravos no meio domésticos; a permanência dessas falhas até a abolição poderia ser vista, até certo ponto, como uma confirmação desta relação (REIS FILHO, 2002, p. 28).

Encontramos várias obras do artista Rugendas, o qual detalhou este período. Outros artistas que traduziram em suas obras este período colonial foram Debret e Chamberlain. Pode-se perceber, na figura, os escravos despejando os dejetos diretamente nas águas, demonstrando a falta de higiene dessa sociedade.



*Figura 2 - Carregadores de Água - Rugendas (1835)*

*Fonte: REZENDE E HELLER (2008).*

---

<sup>5</sup> “Os chamados “tigres” eram escravos negros que esvaziavam potes onde eram despejados os dejetos das casas-grandes ou sobrados e também que abasteciam as casas com água para uso diário” (REZENDE E HELLER, 2008).



Figura 3 - Pretos de gancho - Chamberlain

Fonte: REZENDE E HELLER (2008).

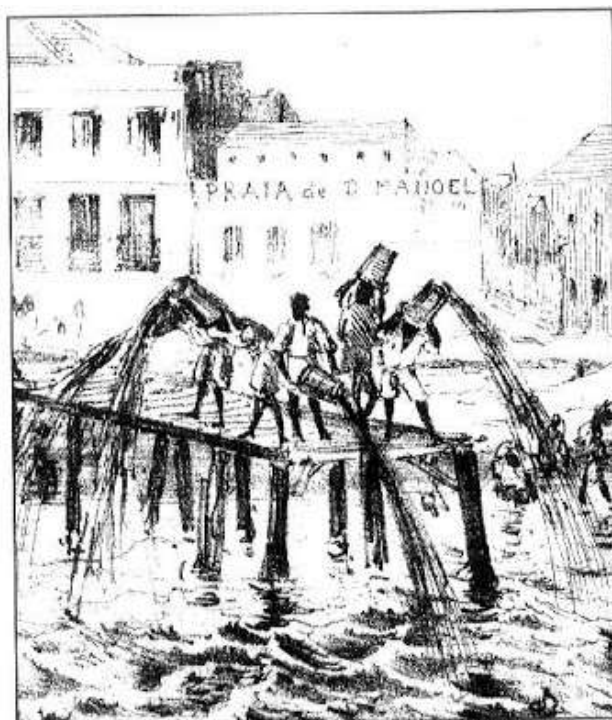


Figura 4 - "Os tigres" - Revista: A Semana Ilustrada, 1861

Fonte: REZENDE E HELLER (2008).

Podemos perceber, na figura, os escravos despejando os dejetos diretamente nas águas, demonstrando a falta de higiene dessa sociedade.

Com relação ao sanitarismo neste momento; "(...) A maior parte das ações sanitárias durante o período colonial tinha caráter individual, havendo poucas

intervenções realizadas no plano coletivo até meados do século XVIII” (REZENDE E HELLER, 2008, p. 84). Contribuiu para isso a baixa densidade demográfica das cidades e vilas, que ainda não haviam atingido um grau de importância econômica, social e política para atrair a atenção da metrópole.

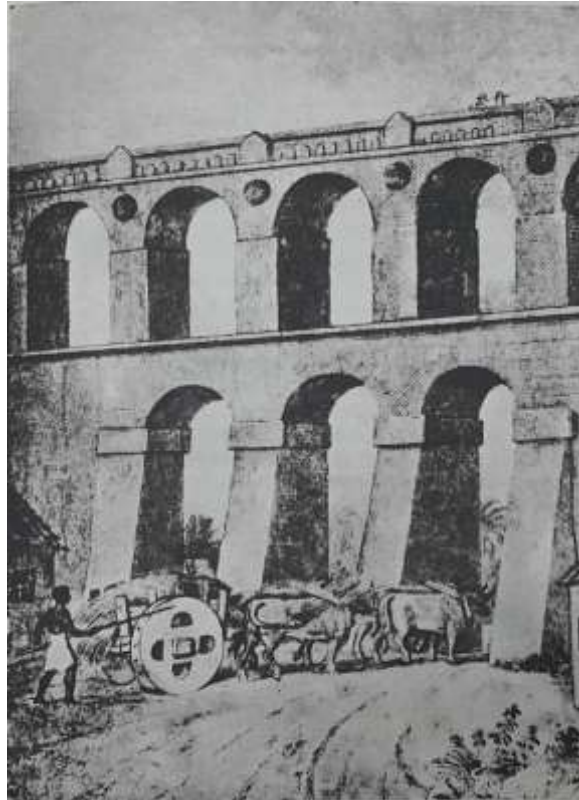
Com a descoberta do ouro no final do século XVII, o Brasil passava a atrair imigrantes em busca de enriquecimento. Desta forma podemos perceber um aumento populacional nas vilas e cidades, gerando demandas de ações coletivas no que diz respeito a suprimento de água e disposição dos dejetos. No entanto, estas ações privilegiaram os centros econômicos daquele momento: cidades litorâneas e cidades das Minas Gerais.

Apenas uma parcela reduzida da população teve acesso às melhorias, representadas pela construção de chafarizes para abastecimento de água e pelo trabalho escravo ou pago para coletas de dejetos, mostrando-se, logo, insuficientes e não contendo a insalubridade das cidades. Desta forma, abriu-se espaço para as epidemias (REZENDE E HELLER, 2008).

Em relação ao desenvolvimento tecnológico no Brasil-Colônia, este foi atrasado e entravado por dois fatores: proibição de instalação de indústrias e a economia baseada na escravidão, que desestimulava a inovação técnica (TELLES, 1984).

As obras mais antigas de saneamento no Brasil foram realizadas com Maurício de Nassau (1637-1644) no período de ocupação holandesa no Nordeste, para onde trouxeram técnicos de hidráulica para realizarem construções de canais, diques e aterros em Recife. Só a partir de meados do século XVIII que os chafarizes começaram a ser implantados no Brasil (AZEVEDO NETTO, 1984).

A cidade do Rio de Janeiro foi a pioneira no tocante ao sistema de abastecimento de água no país. Em 1561 teve seu primeiro poço escavado e em 1673 foram iniciadas as obras de adução de água (AZEVEDO NETTO, 1984). Uma das obras mais importantes para o saneamento da cidade foi o aqueduto do Carioca, construído em 1723, que aduzia a água do Rio Carioca por meio dos arcos até o chafariz público localizado no centro da capital.



*Figura 5 - Arcos da Carioca - Sec. XIX  
Fonte: KATINSKY (1976).*



*Figura 6 - Arcos da Carioca*

*Fonte: <http://www.riototal.com.br/riolindo/tur007.htm>, Acesso em 20 de julho de 2015*

Esta obra fora solicitada pela população desde 1602 e realizada em duas etapas: primeiramente foram executados os arcos velhos, que em 1723 começaram

a distribuir água para a população em um chafariz no atual Largo da Carioca; e a obra definitiva, incluindo o aqueduto como se encontra hoje, que foi inaugurada em 1750 (TSUTIYA, 2006).

(...) o sistema consistia, basicamente, em um canal com cerca de 6.600m de comprimento total, recolhendo vários mananciais. O trecho pela encosta das montanhas tem paredes laterais de alvenaria com 1,8m de altura e 2m de largura. Próximo ao fim, o canal vence o vale entre os morros de Santa Tereza e Santo Antônio, em um belo aqueduto com 270m de comprimento e altura máxima de 17,6m com duas fileiras superpostas de 42 arcos de volta completa. O aqueduto é do tipo romano, construído em cantaria e alvenaria ciclópica de pedra, com rejuntamento de argamassa de óleo de baleia. O canal tinha cobertura em abobadas de tijolos, para evitar a incidência do sol, mantendo a água fresca, e numerosas aberturas de visita. Havia, ainda, várias caixas d'água para acumulação e regularização de vazão (TELLES, 1984, p. 34).

Tal sistema de abastecimento consistia na condução das águas dos mananciais por calhas de barro convergindo para as caixas de alvenaria, de onde o líquido saía por condutos livres, acompanhando o declive do terreno.

As linhas de alimentação dos chafarizes, que seguiam pelas ruas da cidade, eram constituídas de canos de chumbo embutidos em pedras perfuradas (TELLES, 1984, p. 281).

Com relação à canalização de esgoto, KATINSKY (1976) descreve: (...) só conhecemos uma, junto ao chafariz do Rio de Janeiro. Os dejetos humanos eram reunidos em grandes tinhas e despejados por um escravo, geralmente a noite, nos cursos de água ou em “casinhas” com “fossas negras”.

Importante frisarmos que no período colonial, o saneamento era precário e reduzido a aquedutos, chafarizes e drenagem nos terrenos. A figura mostra o Chafariz Mestre Valentim, localizado na Praça XV, Rio de Janeiro.



Figura 7 - Chafariz Mestre Valentim - Praça XV - Rio de Janeiro

Fonte: <http://aquafluxus.com.br/?p=3863> acessado em 02 de julho de 2015.

A vinda da Corte portuguesa e a abertura dos portos, no início do século XIX, trouxeram importância social e econômica às cidades e em particular a capital, o Rio de Janeiro. Motivou o poder central a dar os primeiros passos em direção às políticas sanitárias, no entanto ainda tímidas: “(...) essa abertura gerou uma demanda por melhoria na higiene dos portos, o que mobilizou a centralização destes serviços pelo governo, a fim de garantir as relações comerciais” (REZENDE E HELLER, 2008, p 85). Desta forma a população crescia e a cidade desenvolvia-se, juntamente com os problemas de saúde pública e higiene, surgindo, assim, a necessidade de criação de políticas de saneamento coletivo.

Em meados do século XIX o Brasil passava por importantes mudanças, principalmente motivadas pela expansão do capitalismo. Os reflexos da revolução industrial ocorrida nos países da Europa, chegava ao Brasil, e com ela mudanças socioeconômicas e político-culturais.

Percebemos situações de calamidade que se instalavam nas cidades, em função da insalubridade, e de uma série de epidemias, somadas à necessidade de adequar as condições sanitárias existentes aos padrões internacionais de comércio. Desta maneira, o Estado passava a intervir por meio de políticas sanitárias, visando o avanço da economia.

As mudanças de ações sanitárias fizeram parte de um contexto histórico assinalado pela transição do sistema escravista para o sistema capitalista de produção, e substituição do regime da monarquia para a república. Diante de todo este quadro de mudanças surge uma nova classe social: o trabalhador assalariado.

(...) a saúde do trabalhador e as suas condições de moradia, saneamento e higiene passaram a ser entendidas como fatores preponderantes para o desenvolvimento e melhoria na produção, após um período em que as condições absolutamente insalubres demonstraram seu óbice a produção, tendo levado as autoridades a priorizarem as políticas públicas, principalmente as promotoras de saúde (REZENDE E HELLER, 2008, p 116).

No Império (1722 – 1889), a economia baseava-se na produção voltada às demandas do mercado externo e grande produção de subsistência. O poder político estava nas mãos dos grandes proprietários de terra e o café se consolidara como produto de exportação. Os lucros da expansão cafeeira, a partir de 1850 e até a década de 1930, foram os responsáveis pela industrialização que desenvolveu o sudeste do Brasil e fizeram com que o estado de São Paulo ganhasse relevância econômica.

GHIRARDELLO (2010, p. 30) comenta que: “Em 1850, o fim do tráfico de escravos provocou o deslocamento dos capitais investidos nesse negócio, considerado o maior do país à época, para outros setores, como o da formação de novas lavouras de café no interior paulista”.

Desta maneira o crescimento populacional intensificou-se no Brasil, os imigrantes vieram em busca de terra e trabalho e, desta forma, “viu-se como os progressos da cultura cafeeira e o desabamento do regime servil tinham levado os plantadores a buscar trabalhadores livres, apelando para a imigração europeia” (MONBEIG, 1984, p.146).

Mostra-se importante ressaltarmos que, devido à riqueza trazida pelo café, possibilitou-se a expansão da rede urbana brasileira. E, também, numerosos núcleos urbanos com características próprias e diferentes das cidades brasileiras tradicionais (MARX, 1980).

No entanto, a expansão populacional gerada pela abolição da escravatura e aumento do número de imigrantes, trouxe graves problemas sociais, relacionados à insalubridade, falta de moradia, higiene pública e epidemias nas cidades.

A população brasileira aproximadamente triplicou durante o Império. Segundo dados de REZENDE E HELLER (2008), o número de habitantes passou de

4,6 milhões, em 1819, para 14,3 milhões em 1890. Tal aumento contribuiu para novas demandas relacionadas as infraestruturas urbanas. As cidades não acompanharam este inchaço da população, o saneamento era escasso e as doenças se alastravam. A cada nova epidemia ficava clara a vulnerabilidade de toda a população às doenças e enfermidades, não importando se faziam parte das classes ricas ou pobres (HOCHMAN, 1998).

No tocante às políticas públicas de saúde, conforme relatam REZENDE E HELLER (2008), a partir de 1849, foi criada a Comissão Central de Saúde Pública seguida pela Comissão de Engenheiros e pela Junta de Higiene Pública em 1850. Podemos notar uma preocupação com o sanitarismo das cidades brasileira.

O completo desconhecimento, na época, da verdadeira causa das doenças tornava difícil o equacionamento geral do problema, no entanto, médicos e engenheiros sanitaristas entendiam a necessidade de obras de drenagem e saneamento, visando melhorias nas condições higiênicas nas cidades.

Antes de 1860, não havia sistemas de distribuição de água, coleta de esgotos ou captação de águas pluviais nas cidades brasileiras. O abastecimento de água, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo e outras capitais, era feito por chafarizes alimentados por dutos a céu aberto, provenientes de fontes naturais de água. Os esgotos sanitários consistiam em simples poços ou no antigo sistema de barricas, cujo conteúdo era lançado em locais predeterminados, ou nos rios próximos. Os esgotos pluviais eram os próprios leitos das ruas (UEHARA, 2005, p.86).

Projetos e obras sanitárias de abastecimento de água foram executados em várias cidades do Brasil no século XIX. Tomemos o caso da cidade do Rio de Janeiro, onde, além da adução das águas do Rio Carioca, que abasteciam os chafarizes no centro da cidade nos tempos coloniais, outras obras de captação e adução de água foram realizadas na primeira metade do século XIX.

Em 1809, é feita a captação das águas do Rio Comprido, conduzidas a princípio em calhas de madeira até os chafarizes do Catumbi e do campo de Sant'Ana. Em 1839, foram usados, pela primeira vez, canos de chumbo importados da Inglaterra, na linha que abastecia o chafariz do Largo de Santa Rita, vinda do Largo da Carioca. Depois de 1840, começaram a ser empregados tubos de ferro fundido, permitindo assim maiores pressões nas linhas (TELLES, 1984, p. 281).

No que se refere às tubulações de ferro, a indústria nacional passou a produzi-los em 1848, pela fábrica de Ponta d'Areia do Visconde de Mauá (AZEVEDO NETTO, 1984). Ainda segundo AZEVEDO NETTO (1984), a cidade do Rio de Janeiro

dispôs de uma rede de abastecimento domiciliar de água a partir de 1876, quando o Governo Imperial contratou o engenheiro Antônio Gabrielli para projetar e executar a construção dessa obra pública “(...) para acabar com o ‘antigo barril carregado à cabeça e as incomodas e imundas bicas das esquinas’ bem como a medição d’água fornecida, para coibir o desperdício (TELLES, 1984, p. 281)”. Tal obra foi construída em 1878 e foram ligados à rede 8.334 prédios.

Por volta de 1870, com o crescimento da cidade, houve a necessidade de mais água e para sanar este problema, buscou-se a captação de mananciais mais distantes. Neste contexto, surgem as adutoras e os reservatórios.

Em 1877, foi construída pelo eng. Jerônimo R. de Moraes Jardim, a adutora de São Pedro, captando o rio do mesmo nome na encosta da Serra do mar. Tinha 57,6km de extensão, e tubos de ferro de 80 cm. Essa obra marcou uma nova fase no sistema de abastecimento de água da cidade: a captação dos mananciais distantes, “prevendo maiores exigências não só do presente como do futuro”. Em 1880 fica pronta a segunda adutora longa, do Rio do Ouro, também desde a encosta da Serra do Mar, com 48,4 km, em tubos de ferro de 80cm. Em maio de 1880, na presença do imperador, é inaugurado o novo sistema de abastecimento de água e o grande reservatório de Pedregulhos, com 80 milhões de litros, magnífica obra de cantaria e alvenaria de pedra, com arcadas tetos abobadados que até hoje causam admiração; tinha duas caixas, em níveis diferente, entre as quais haviam quatro cascatas para arejamento da água. Esse reservatório, com mais quatro outros em vários pontos da cidade, concluídos em 1877 e 1878, constituíam o grande sistema abastecedor de água planejada pelo engenheiro (TELLES, 1984, p. 283).

Para os engenheiros desta época, as águas trazidas de longe eram consideradas puras, portanto dispensavam qualquer tratamento. Desta forma elas eram armazenadas em reservatórios e distribuídas para a população (VARGAS, 1994).

No que concerne às obras de esgotamento sanitário, apenas em 1835 o Governo foi autorizado a contratar o inglês John Frederic Russel para realizar os serviços de esgoto e pluvial do Rio de Janeiro. No entanto passaram anos para este melhoramento ser realizado (TELLES, 1984). Assim, a cidade, em 1864, foi dotada de serviço modelar de esgoto. Importante ressaltar que cidades como Nova York, Praga, Buenos Aires ainda não possuíam este sistema (VARGAS, 1994).

O sistema adotado era o denominado misto, ou parcial inglês, com duas redes independentes, uma para esgoto sanitário e outra para o esgoto pluvial das ruas, recebendo a primeira também as águas pluviais dos prédios; o esgoto sanitário era devidamente tratado antes de ser lançado ao mar. Dirigiu as obras o engenheiro inglês Edward Gotto, que era também o autor do

projeto. A companhia concessionária era o Rio Improvments City, popularmente conhecida como City (TELLES, 1984, p. 290).

No ano de 1835, a rede de esgoto possuía mais de 24km, com 780 prédios servidos, número que se elevou a mais de 1.500 em 1870 (TELLES, 1984).

Com a Proclamação da República, foi promulgada uma nova constituição para a República Federativa do Brasil, no ano de 1891, que reafirmava a autonomia dos Estados para prestarem serviços de saúde, incluindo a vigilância sanitária, que visava as questões de saneamento.

As ações sanitárias interferiram no dia a dia da população, principalmente das classes sociais menos favorecidas, pois as doenças aumentavam em grandes proporções. Assim surge a polícia sanitária, com a finalidade de garantir a salubridade das residências (REZENDE e HELLER, 2008).

É no final do século XIX e início do século XX que o Estado começa a assumir os serviços de saneamento como atribuição do poder público, porém transfere os mais importantes deles para a iniciativa privada, principalmente as empresas de capital inglês que, na época, tinham hegemonia no mercado brasileiro (REZENDE E HELLER, 2008, p 120).

Ficava evidente esta nova política de modernização do Estado, implementada por meio de melhorias na infraestrutura urbana e nos meios de produção. No entanto, as companhias privadas de saneamento atuavam nos locais onde residiam as elites sociais, nas regiões centrais das cidades, onde os habitantes eram capazes de restituir os investimentos.

O saneamento era visto como instrumento para prevenção de doenças, assim sendo, devido ao grave quadro de doenças enfrentado na maioria das cidades brasileiras e que ameaçava o desenvolvimento da indústria e do comércio, e o fato do Estado não estar bem organizado, contribui para a concessão destes serviços ser passada para a iniciativa privada.

No entanto, as concessionárias só atendiam os núcleos centrais das cidades e, as reclamações por parte da população eram muitas, havendo reivindicações para o aumento dos serviços prestados. Desta forma, o Estado optou pela encampação da maioria das concessões privadas, constituindo serviço como forma de administração direta (REZENDE E HELLER, 2008).

Sobre as concessões dos serviços de saneamento, COSTA (1994, p. 77) analisa: "(...) a criação de serviços públicos foi então uma consequência da má

qualidade dos serviços prestados pelo setor privado e da falta de fiscalização do próprio Estado, num processo inverso ao que se pretende hoje com as privatizações”.

### 1.3.1 A importância do engenheiro Saturnino de Brito

O engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito foi pioneiro no projeto e execução de uma nova concepção do urbanismo voltado a construir cidades higiênicas, definindo um programa de engenharia sanitária a ser implantada de acordo com o meio, por meio de suas obras de saneamento.

As necessidades de saneamento, o agravamento dos problemas urbanos e a urgência da expansão das cidades foram os problemas enfrentados pelo engenheiro, nas cidades brasileiras.

Brito atuou primeiramente como engenheiro ferroviário. Com os estudos e análises do terreno e sua topografia e com o entendimento da paisagem, aprofundou seus trabalhos na área sanitária e passou a exercer a função de engenheiro sanitarista. A experiência com o levantamento topográfico possibilitou o desenvolvimento de um dos principais elementos de sua intervenção de na paisagem da cidade: o traçado sanitário. Saturnino de Brito defendia a obrigação de prever a expansão da rede sanitária e dos arruamentos, tanto nas cidades planas, como no caso das cidades acidentadas.

Segundo ANDRADE (1992), Brito afirmava que a necessidade de elaboração de planos gerais de expansão deve-se a três fatores: evitar que o crescimento ocorra ao acaso, extinguir os embates entre interesses privados e públicos e conceder maior longevidade as obras de saneamento, evitando que sejam comprometidas posteriormente.

Nesse sentido, BRITO (1944), em sua obra *Urbanismo - Estudos Diversos – volume XX*, enfatizava que a tarefa consistia em:

1. Levantar as plantas das cidades existentes e dos terrenos adjacentes, para estudar os melhoramentos da parte construída e os planos de saneamento e de expansão;
2. Este trabalho metódico deve ser regulamentado por lei e exigido também para os pequenos núcleos populosos que progridem.

No que diz respeito ao saneamento de uma cidade, este não dependia unicamente das modificações saneadoras do meio físico, mas seria resultado da atmosfera moral que envolve o meio social (BRITO, 1944). Dentro da visão organicista, pensava em todos os detalhes do projeto levando sempre em consideração a expansão da cidade.

Um dos elementos que se destacava na paisagem construída pelo urbanismo sanitaria de Brito eram os canais de drenagem a céu aberto, que deveriam evitar a estagnação das águas e drenar as áreas pantanosas e alagadiças.

Sobre o projeto de saneamento da cidade de Santos, em São Paulo, temos que:

Seus projetos constituíam uma nova paisagem urbana, marcada pela presença de equipamentos sanitários e pela configuração de uma cidade ordenada e limpa, instaurando novos espaços públicos em uma nova cenografia urbana. Da neoclássica avenida-parque, Brito formulará a concepção de avenida ao longo dos canais de drenagem, muitas vezes navegáveis, com pontes e calçadas arborizadas e exigências de grandes recuos frontais para os edifícios (ANDRADE, 1992, p.78).

Saturnino de Brito delineava as linhas gerais tanto das propostas sanitarias, quanto dos projetos urbanísticos e de melhoramentos urbanos. Nos melhoramentos urbanos a paisagem estava presente na implantação dos serviços urbanos, como a abertura e alargamento de vias, calçamento e pavimentação de ruas e avenidas, sistemas de saneamento e drenagem, iluminação, também pela arborização e criação de praças, e elementos ligados à paisagem.

Segundo CONSTANTINO (2005), a partir das obras sanitarias de Brito, há o surgimento de uma nova forma urbana que irá marcar o desenho do traçado das cidades brasileiras, delineada por meio de canais e avenidas de fundo de vale.

Sanear a cidade, no que tange ao afastamento dos líquidos superficiais e subterrâneos que prejudicam a saúde dos habitantes, são exemplos de questões discutidas pelo sanitaria:

1º Ação sobre as águas naturais superficiais, isto é, a retificação dos cursos e o enxugamento de águas superficiais estagnadas; para o esvaziamento da bacia que contem estas águas recorre-se ao deflúvio pela gravidade, o qual pode ser superficial (valas) ou subterrâneo (condutos), a elevação por sifonagem e a elevação mecânica.

2º Ação sobre as águas subterrâneas ou freática, isto é, a drenagem, pela qual se obtém o enxugo e a aeração do solo. Um pântano depois de “enxaguado” pode ser drenado, e o conjunto dos dois serviços consiste em o

“dessecamento”. Distingue-se a drenagem a céu aberto ou superficial (valas, canais) e a drenagem subterrânea (drenos de várias espécies); as águas recolhidas pelos drenos coletores são reunidas no emissário, que as descarrega, defluindo pela gravidade, em um dos reservatórios naturais – mar, lago ou curso; quando esta solução econômica não pode ser aplicada o efluente dos drenos é recolhido a um poço de acumulação, de onde é retirado por elevação mecânica.

3 ° Ação sobre os líquidos que desservem a cidade, depois de lhe terem servido em vários misteres, e sobre as águas pluviais que caem na área a beneficiar; com os líquidos que desservem a cidade virão os dejectos humanos; como obra dependente do esgoto das águas pluviais, compreende-se também o desvio pelos canais de contorno ou pela simples circunvalação, daquelas que caem fora da área a beneficiar e que para esta difluem, devido aos acidentes do terreno. São estes os serviços de esgoto propriamente ditos; eles compreendem a coleta, o transporte e o destino conveniente dos líquidos infra discriminados; quando para este destino não possam ser descarregados, defluindo continuamente pela gravidade, serão elevados de um ou vários poços de acumulação e emitidos pela ação da gravidade em um conduto forçado (BRITO, 1943, p. 38).

No aspecto do abastecimento de água da cidade defendido por Brito, vimos que a higiene permitia utilizar para o abastecimento da urbe as águas subterrâneas, superficiais ou de curso, contanto que antes da distribuição fosse verificado que a água posta à disposição conservava pureza absoluta ausência de qualquer fator nocivo (BRITO, 1943). Quando se recorre às águas superficiais, era necessário proteger tais águas em toda sua extensão e bacia. Além do uso de reservatórios para armazenar estas águas, era importante a filtragem prévia antes da entrega para consumo.

Talvez o trabalho de maior notoriedade tenha sido o sistema de esgoto adotado para a cidade de Santos, com o sistema separador absoluto, em que separava-se dos esgotos sanitários os de águas pluviais. A área plana da cidade foi dividida em distritos, cada um dos quais tendo uma estação elevatória equipada com motores-bombas elétrico-automáticos, em lugar da adoção do sistema de ar comprimido. Os tubos, cimentos, usinas, bombas, motores e os outros equipamentos foram importados. Os efluentes<sup>6</sup>, depois de elevados, eram descarregados em coletores, que os conduziam, por gravidade, a um emissário<sup>7</sup> que despejá-los-ia no mar, a cerca de 10km. Com relação aos esgotos pluviais, passaram a ser constituídos por galerias e pelos Canais de Santos (BRITO, 1993).

---

<sup>6</sup> Conforme o dicionário tecnológico de engenharia de Saturnino de Brito (1943) a palavra “efluente” significa: “o que sai para despejar”.

<sup>7</sup> Conforme o dicionário tecnológico de engenharia de Saturnino de Brito (1943) a palavra “emissário” significa: “canalização que recebe os líquidos de esgoto e os conduz a um destino”.

Podemos perceber sua contribuição com a abordagem do problema do saneamento ao considerarmos aspectos da engenharia sanitária, medicina (saúde pública), questões urbanísticas e sociais. Desta forma, suas obras se tornaram referências para projetos em todo o Brasil. Entendia que: “(...) a higiene só se exercerá eficientemente pela educação e pelo saneamento preventivo e corretivo” (BRITO, 1943, p. 35)

ANDRADE (1992, p. 223) define: “Adequar as soluções técnicas de saneamento às condições locais das cidades brasileiras constitui, para Brito, um dos princípios básicos da racionalidade técnica de seu urbanismo”.

É notória a participação deste engenheiro na evolução urbana das cidades brasileiras, pois atuou em várias delas, aplicando seus preceitos técnicos em infraestrutura e disseminando as ideias sanitaristas. Partindo da premissa de sanear as urbes e embelezar a paisagem urbana, modificou o modo de morar e viver nas cidades brasileiras, tais como Recife, Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, entre tantas outras.

Com Brito é a própria forma da cidade brasileira que se redefine, adquire um desenho moderno, funcionalista, como a arquitetura de seus edifícios sanitários, com uma volumetria geometrizada e ausência de adornos. Moderniza-se a cidade e o modo de se viver nela, em uma euforia que se dá a partir da higiene. É esta que é moderna e condição primeira para o progresso (ANDRADE, 1992, p. 165).

### *1.3.2 As ações para o saneamento em São Paulo*

É de interesse para esta dissertação, o estudo da evolução do saneamento da cidade de São Paulo, uma vez que este serviu como modelo para muitas cidades paulistas, incluindo nosso objeto de estudo, a cidade de Bauru.

No início do século XIX a cidade era pequena, pacata e de importância secundária. Os primeiros abastecimentos de água da urbe eram feitos por meio de chafarizes em pontos estratégicos. SANT'ANNA (2007) afirmava que a coleta de água e o despejo do lixo e das águas servidas eram, geralmente, tarefas de escravos, trabalhadores pobres e crianças.

Dos chafarizes as moradias, trabalhadores pobres e escravos marcavam o cotidiano da cidade com seus itinerários relacionados à coleta de água. Funcionavam como uma espécie de “aparelhos vivos” para o conforto e a

limpeza das residências, função que, mais tarde, caberia aos canos e tubulações (SANT'ANNA, 2007, p. 98).

O primeiro encanamento de água foi executado pelos frades do seminário de São Francisco para abastecimento próprio, em 1774. No ano de 1770 foram construídos os Chafarizes da Misericórdia, no centro da cidade - proximidades da Rua Direita e Rua do Palácio; e no Jardim Botânico da Luz. Somente em 1814, outros 2 foram construídos: o da Ladeira da Memória e do Piques. Segundo NOGUEIRA (1994), neste mesmo ano: "(...) executou-se o primeiro aqueduto público, num canal aberto que transportava água do tanque Rennó (na parte baixa da atual Avenida 9 de julho) até o jardim Botânico (atual Jardim da Luz)" (NOGUEIRA, 1994, p. 196). Tais águas eram trazidas por valas abertas e corriam por gravidade até os chafarizes.

No ano de 1854, o governo da província contratou obras com o engenheiro inglês Willian Elliot, e para substituir os antigos aquedutos e valas abertas, utilizou o sistema de encanamento por tubos de ferro fundido. A população crescia e muitos serviam-se diretamente das águas do Rio Tamanduateí, cujas águas eram consideradas sujas (TELLES, 1984).

Durante os anos, mesmo aumentando os números de chafarizes, o problema de falta de água era constante, a água continuava escassa, e o sistema existente era precário. Para resolver o problema, foram planejadas obras maiores, nas quais a pretensão era trazer a água em maior quantidade e de mananciais mais distantes. Assim, a atenção é voltada para a Serra da Cantareira. Telles descreve o sistema:

A adutora da Cantareira, com 14,5 Km, só foi afinal construída a partir de 1878, por uma companhia inglesa, que construí também a barragem de captação, formando um reservatório com 500 milhões de litro. Pelo fim do século, foram ainda construídos o reservatório da Av. Paulista, com 6 milhões de litros, no ponto mais elevado da cidade, e do alto da Consolação, com 18 milhões de litros. Em 1890, já eram cerca de 5 mil os prédios servidos por água encanada, e a rede de água nas ruas contava com mais de 50 km. Quando o serviço de águas passou para o governo, em 1893, a rede havia sido muito ampliada e construída a nova adutora do Ipiranga (1984, p. 287).

No final do século XIX, a cidade de São Paulo possuía uma população estimada na ordem de trezentos mil habitantes e sofria um crescimento constante. No entanto, o sistema de abastecimento de água era ineficiente e apenas vinte mil prédios eram abastecidos (UEHARA, 2005).

O sistema de esgotamento sanitário foi implantado a partir de 1883, a cargo da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, mesma empresa que fazia a distribuição de água (TELLES, 1984).

No entanto, a Companhia se considerou impossibilitada de continuar realizando as obras contratadas e, em 1890, o Estado encampou os serviços. Como o município não tinha condições de dar continuidade e gerir os serviços, foi criada a Repartição do Serviços Técnicos de Água e Esgoto da Capital, em 1893.

Importante ressaltarmos que os serviços de água e esgoto eram inicialmente de responsabilidade dos municípios, com recursos próprios ou dotações orçamentárias do Estado (fase de projeto à fase de construção e de operação e manutenção dos sistemas de águas e esgotos) (NOGUEIRA, 1994).

São Paulo crescia motivada pela produção do café e a preocupação com a salubridade urbana, além da qualidade e da quantidade da água eram constantes nas cidades paulistas, em geral. Na capital, o acelerado crescimento populacional fragilizava a parca disponibilidade de recursos hídricos para o provimento de água e a geração de energia. Devemos lembrar que, neste momento, a cidade alcançava importância econômica e vislumbrava impulsionar a indústria. Visando resolver estes problemas consolidou-se o uso de novas técnicas da engenharia para atender as aspirações do governo, custeado pelas oligarquias cafeeiras (REZENDE E HELLER, 2008).

Partindo da premissa de melhorar o sistema de abastecimento, a adução de água da Cantareira, que inicialmente recebia 3.000m<sup>3</sup>/dia, passou por diversas ampliações. Em 1893, voltaram-se para as águas do Guaraú (12.000 m<sup>3</sup>/dia) e construiu-se a adutora do Ipiranga de 3.000 m<sup>3</sup>/dia, com 15" polegadas de diâmetro, que partia da Água Funda para abastecer a parte mais baixa da cidade como Cambuci, Brás e outros bairros (NOGUEIRA, 1994).

Em 1894, o Serviço Técnico de Águas e Esgotos organizou uma planta geral da cidade com suas redes. Por meio destes dados, podemos entender a grandiosidade do sistema para a época. Faz-se importante ressaltar que, hoje em dia, o diâmetro mínimo de rede de água continua sendo de 2", indicando o quanto o sistema era evoluído.

Os dados desta época são os seguintes: vazão de água aduzida (média) 27.000m<sup>3</sup>/dia; extensão de rede de água 73km; número de prédios abastecidos 8.642; diâmetro mínimo da rede 2"; diâmetro máximo da rede

24"; número de hidrantes 100; extensão das redes de esgotos 90km; número de prédios ligados 6.217; diâmetro mínimo 6"; tamanho máximo (ovoide) 1,50x2,25m (Nogueira, 1994, p.197).

O início do século XX constitui-se como um período de discussões em torno do problema da água. Estas discussões agrupavam políticos, administradores, professores, engenheiros e médicos, e giravam em torno de 2 temas básicos: adução por gravidade e adução por recalque; aproveitamento de águas próximas com processo de purificação versus a utilização de água mais distantes, porém de melhor qualidade.

Assim sendo, o Sistema Rio Claro - outra obra importante para o abastecimento de águas de São Paulo, representava a vitória dos que defendiam a "águas puras" de fontes distantes (a saber, os governantes) contra o aproveitamento de águas do Rio Tietê, com tratamento, ideia defendida pelos professores da escola politécnica de São Paulo e compartilhada pelo engenheiro Saturnino de Brito (NOGUEIRA, 1994). O engenheiro UEHARA (2005) detalha este importante projeto:

O projeto foi elaborado pelo engenheiro Henrique Novaes e é composto por uma barragem regularizadora de poço preto, uma adutora de 86 km de extensão e 3 reservatórios já na área urbana de São Paulo: Penha (26mil m<sup>3</sup>), Mooca (72 mil m<sup>3</sup> e Lapa 26 mil m<sup>3</sup>. Em 1929, o ERA completou a captação de Aguas do Garapiranga. Apenas nos anos 1962 que a barragem foi concluída, do tipo concreto armado. O sistema, ainda, constava com uma estação de tratamento de água (ETA), que possui: decantadores, filtros rápidos, tratamento químico e cloração (UEHARA, 2005, p. 92).

Com relação a rede de esgoto, o sistema sempre foi deficitário. Com base nos levantamentos de dados da coletânea de Saturnino de Brito, indicava-se que no ano de 1943 o sistema de esgoto era separador parcial, com existência de bairros populosos sem canalização de esgotos. Havia 15 pontos em que o lançamento do esgoto era feito *in natura* no Rio Tiete, sendo que 13 desses pontos eram por gravidade e 2 desses pontos eram por elevação mecânica. Ainda, os levantamentos mostravam que as redes do sistema eram mal lavadas e mal ventiladas, com a instalação domiciliar defeituosa. Como solução, o engenheiro sugeriu modificação do sistema para separador absoluto, com interceptor para descarga a jusante da cidade (BRITO, 1943, p. 221.)

Outro ponto a ser abordado refere-se às ações sanitárias empreendidas pioneiramente pelo Estado de São Paulo foi o pioneiro nas ações de atendimento às demandas sanitárias, cuja motivação era, principalmente, minimizar as constantes

ameaças de doenças que acometiam a mão-de-obra e prejudicavam a produção, seguindo os interesses a elite cafeicultora. Além disso, o saneamento foi realizado afim de melhorar as condições de salubridade das cidades para não prejudicar o processo de imigração.

A insuficiente estrutura dos governos municipais, os quais não dispunham de aparelhamento técnico e financeiro para a realização das políticas sanitárias, fez com que o governo estadual tomasse medidas de prevenção. Já que possuía estrutura de governo e recursos suficientes para intervir em regiões mais pobres e com condições sanitárias precárias (HOCHMAN, 1998).

Com a república oligárquica, São Paulo foi palco de avanços científicos e tecnológicos, proporcionando o desenvolvimento de institutos de pesquisa e produção de soros, vacina e medicamentos.

O primeiro serviço público no Estado de São Paulo, a Repartição de Águas e Esgotos (RAE – 1893 a 1954), foi uma grande contribuição para a engenharia sanitária no Brasil (UEHARA, 2005), visto que a expansão urbana levou à necessidade de investimentos em saneamento, deixando de ser interessante para o capital privado.

O governo de São Paulo, desde 1892, interferiu no processo saúde-doença em seu território, conseguindo mudanças significativas no seu quadro sanitário. No entanto,

A competência do Estado de São Paulo na resolução de problemas sanitários dificultou a organização dos serviços pela União, que enfrentou resistência por parte deste Estado para ampliar sua capacidade de intervenção. Esse impasse prejudicava os demais Estados brasileiros, que eram incapazes de solucionar sozinhos os seus problemas sanitários (REZENDE E HELLER, 2008, p.137).

Neste aspecto, HOCHMAN (1998) defende a importância do movimento sanitário:

Nas décadas de 1910 e 1920, o movimento sanitário difundiu sua interpretação sobre as bases da comunidade nacional e ofereceu soluções políticas e institucionais para transformar uma comunidade fundada nos efeitos negativos da transmissibilidade da doença em uma sociabilidade sustentada na saúde e na higiene de sua população (HOCHMAN, 1998, p. 49).

Na década de 1920 mais da metade dos municípios paulistas apresentavam sistemas de esgotamento sanitário e a maioria já possuía sistema de

abastecimento de água (UEHARA, 2005). É importante entendermos a formação e evolução destas ações de saneamento e assim, com os erros do passado, gerenciar e melhorar os serviços prestados à população.

### *1.3.3 O estado nacional e as políticas de saneamento*

O problema do saneamento geral do Brasil e da sua população é mais do que higiênico e medico, mais do que regional, mais do que social e humanitário: ele é o magno problema nacional, e só começará a ter execução no dia em que a nação compreender a necessidade inadiável de sair da desorganização e da desmoralização política, em que se deixou afundar, e estabelecer as bases de uma verdadeira "Organização nacional"... (HOCHMAN, 1998, p. 109).

No início do século XX, a situação sanitária da população brasileira era de completo abandono, visto que havia predominância da população rural e ausência do poder público em ações de políticas sociais, tornando o território um local de doenças e misérias.

Por meio de viagens ao interior do Brasil, realizadas pelas comissões sanitárias, descobriu-se um país tomado por doenças como Malária, Doença de Chagas, entre outras. Sendo assim, surgiram movimentos no país, como por exemplo a Liga Pró-Saneamento do Brasil, atuando nos anos de 1918 e 1919. O movimento uniu médicos, engenheiros, políticos, entre outros, afim de buscar melhorias na saúde. Foi visto como instrumento importante no combate às endemias que atingiam a população rural. (REZENDE E HELLER, 2008).

Neste contexto, surge a figura do Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato, visando enfatizar a relação doença-pobreza, defendida pelo movimento. O personagem representava o habitante do interior, doente e preguiçoso, e que, após receber ajuda para combater as enfermidades e a ignorância, progredia (HOCHMAN, 1998).

Foi necessária uma política pública centralizadora para resolver as questões de saneamento e saúde na quais o país atolava. Até este momento, os estados tinham autonomia para gerir problemas de caráter local, sob a Constituição de 1891. No entanto as epidemias de peste e febre amarela aumentavam e as autoridades estaduais não tinham capacidade de resolver a questão.

O governo propôs a realização de um convênio entre União e Estados para financiamento de ações sanitárias pelo país. Segundo HOCHMAN (1998), em 1922 havia 88 postos de saneamento rural no país.

ANDRADE (1992, p. 73) comenta que: “(...) mais que higienizar com o fim de evitar ou eliminar a peste, a cidade moderna procura implantar um modo de vida moralmente higiênico”.

É importante lembrarmos que a má experiência com companhias privadas de saneamento aliada às ações de saúde públicas empregadas contribuíram para o processo de encampação dos serviços pelo Estado. REZENDE e HELLER (2008) ressaltam: “(...) a maior parte das companhias privadas, nas quais sobressaia-se o capital estrangeiro, teve atuação bastante acanhada na realização dos serviços de saneamento que se obrigavam” (REZENDE E HELLER 2008, p. 194).

No Governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, ocorrem grandes reformas, a começar por centralizar a máquina governamental, livrando o Estado do controle político das oligarquias regionais. Assim sendo, as ações de saneamento passaram a ser de responsabilidade da Inspetoria de Engenharia Sanitária, que remodelou os serviços sanitários e passou a zelar pelo bem sanitário da população (REZENDE E HELLER, 2008).

A redescoberta dos sertões foi um instrumento capaz de consolidar a presença do Estado nas unidades federais. Desta maneira, o governo federal assume seu papel de fazer cumprir normas de higiene e educação sanitária. A partir da década de 1950, surgem novas diretrizes para os setores de saneamento e a saúde, visto que:

(...)ampliou-se a dicotomia entre a saúde e o saneamento, caminhando a saúde rumo a privatização e o saneamento em direção a uma maior autonomia, pela via de novos modelos de gestão, como as autarquias e as empresas de economia mista” (REZENDE E HELLER, 2008, p. 209).

Durante os capítulos 2 e 3, iremos analisar como estes fatos ocorreram no município de Bauru no que se refere às questões de sanear, embelezar e implantar a infraestrutura de água e esgoto na cidade.

## 1.4 Olhares sobre a cidade de Bauru

Muitos são os olhares voltados à cidade de Bauru, que embora direcionados a dois pontos de vista distintos: o ato de ver e o de conscientemente conferir valor ao que é visto, àquilo que é espontaneamente observado. O olhar dirige o foco e os ângulos de visão para o objeto a ser analisado, de forma ampla e geral. Para GOMES (2013, p.20): “(...) ao assumirmos uma posição, estamos sempre privilegiando um campo de observação. (...) a ideia do ponto de vista é a de um privilégio do olhar sobre algo”.

São muitas perspectivas sobre as abordagens do olhar: a da história da arquitetura e da cidade, a da habitação popular, a da ocupação e uso do solo, a dos sistemas de infraestruturas, a de gestão e planejamento urbano, a questão da ferrovia, das áreas livres, dos parques urbanos, entre tantas outras. Os enfoques, a periodização e focos de interesses da percepção da cidade foram trabalhados por meio das narrativas memorialistas e dos trabalhos acadêmicos.

Nas produções memorialistas, os textos foram elaborados por moradores de Bauru: jornalistas, políticos, historiadores, advogados, professores, entre outros; que relataram a história da cidade desde a formação do primeiro núcleo urbano, do tempo da ocupação mineira e dos confrontos com os indígenas, percorrendo o processo de demarcação de terras, até chegar à doação do Patrimônio Religioso.

Como podemos identificar na narrativa de PAIVA (1975), em sua obra intitulada *Narrativas sintéticas dos fatos que motivaram a fundação de Bauru*.

Nesse mesmo ano de 1856 Felicíssimo Antônio de Souza Pereira e Antônio Teixeira do Espírito Santo, repletos de coragem de batedores sertanistas, para cá vieram com suas famílias localizando-se em suas posses, o primeiro com a responsabilidade ainda de abrir um picadão pela densa mata até o Salto de Avanhandava, no rio Tiete. Estes dois guapos desbravadores trataram logo de abrir claro na mata agreste limpando terreno junto as águas, construindo cabanas e ranchos para moradas suas e dos parentes, cultivando o chão virgem com a esperança de recompensa colheita.

(...) operando-se então, uma pequena paragem de pessoas com o mesmo objetivo, lutar contra todos e quaisquer óbices que surgissem no lugar, para solidificar a posição de cada um como legítimo posseiros.

Sucedendo a vinda de mais gente atraída pela feracidade das terras, corporificando-se, assim, o lugarejo. Em 1884 Teixeira do Espírito Santo e herdeiros de Felicíssimo Pereira que já havia falecido, concordaram, a instancias dos homens do lugar, em doar parte de suas terras a formação do patrimônio, sob a égide do Divino Espírito Santo e São Sebastião, inferindo-

se então terem sido esses dois pioneiros, os fundadores de Bauru (PAIVA, 1975, p. 21).

No relato percebemos a abordagem do passado com minuciosas descrições, por meio de uma narrativa em forma de verdade absoluta. Para BREFE (1993) “os relatos são, portanto, muito descritivos – tentando abranger pequenos detalhes e dar conta do maior número de fatos possíveis – como também profundamente afetivos” (BREFE, 1993, p.7 apud FARIAS, 2003, p. 46). Como exemplos de abordagens memorialistas focados na história de Bauru, temos os trabalhos: *Bauru: Notas Históricas, de Gabriel Luiz Pelegrina* e *Narrativas sintéticas dos fatos que motivaram a fundação de Bauru*, de PAIVA (1975); que muitos contribuíram para o entendimento dos acontecimentos históricos ocorridos na cidade.

No entanto, os textos trabalham no campo da memória e não em abordagens com critérios historiográficos e comprovação por meio de documentos e dados, apenas são fatos contados ou vividos. Outra questão importante a ser discutida é que os relatos memorialistas podem dar entendimento que o desenvolvimento da cidade ocorreu sem percalços, principalmente os relacionados a doenças, pobreza, sujeiras. Na narrativa, a cidade saudável embelezada e higiênica é sempre apresentada como cenário ideal. A história urbana é contada enfatizando a evolução das técnicas e da modernização. Como podemos perceber neste trecho, relacionado a história da infraestrutura de abastecimento de água em Bauru:

Bauru crescia assustadoramente, e isto obrigou o prefeito a voltar suas vistas para o serviço de abastecimento de água, então ineficiente, por ter sido construído sem bases e muito mal orientado. O prefeito Figueira de Mello considerava que aquele serviço público era por demais importante para ser explorado sem objetivos pertinentes a saúde do povo, ao progresso da cidade e muito menos com o conforto que os habitantes mereciam (PELEGRINA, 2007, p. 26).

Os relatos memorialistas ainda traziam lacunas em suas narrativas, muitas vezes porque o que foi preservado na memória passa como registro no texto, e se caracteriza como história: “tiveram a preocupação de guardar na memória e depois publicar um pouco da história da forma como eles a percebiam” (TUON, 1997, p.15). Foram estes lapsos temporais que procuramos preencher na história do saneamento de Bauru, nos capítulos 2 e 3. É importante entendermos estas conjecturas dos textos memorialistas, tecer posição crítica sobre os relatos ao analisar a problemática envolvida, e assim aplicá-los como referências no trabalho. Além disso, é necessário

manter o distanciamento entre o olhar e os relatos, para que a análise não se construa carregada de emoções e sentimentalismo, como os textos memorialistas.

Os autores PELEGRINA (2007) e PAIVA (1975) desenvolvem suas narrativas a partir de lembranças e fatos observados e preservados na memória. Os dois trabalhos adotam uma estrutura narrativa, sem necessariamente estarem seguindo uma linearidade evolutiva ou cronológica dos fatos. Tratam de conjuntos de fatos ocorridos na cidade.

No relato de PELEGRINA (2007), o trabalho foi dividido em temáticas sobre comércio, comunicação e transportes, educação, energia, lazer e meio ambiente, religião, saúde, segurança pública, serviços públicos e urbanos sociais. Do conjunto dos fatos trabalhados para engrandecer a cidade, por meio dos melhoramentos urbanos executados pela municipalidade, com finalidade de embelezar, higienizar e modernizar a cidade, o que nos chamou a atenção refere-se nos primeiros serviços de abastecimento de água, tratados no item Comércio. Iniciava o relato assim: “data de 1912, quando da gestão do prefeito Maj. José Carlos de Figueiredo, a construção do primeiro serviço de abastecimento de água para a cidade de Bauru” (PELEGRINA, 2007, p. 25).

O autor não trazia toda a problemática que foi implantar o sistema, nem tão pouco as pistas para entendermos como a população fazia para ter o líquido em sua residência. A água era retirada diretamente do rio e carregada em baldes? Existiam bicas ou chafarizes? O texto se propõe a mostrar, apenas, as ações de melhoramentos na cidade. No entanto esta narrativa nos ajudou a entender como era a situação do abastecimento naquele momento:

A situação do abastecimento, bastante crítica, vinha causando preocupação a Câmara municipal, levando o prefeito Figueira de Mello a contratar os serviços profissionais do Eng. Manoel Luiz Martins, fiscal federal junto a Cia Noroeste do Brasil, que assessorado pelo então quartanista de engenharia Júlio Pinto Noronha, empreendeu a execução de todo o serviço de campo e levantamento topográfico dos locais de captação de água” (PELEGRINA, 2007, p. 26).

Outro trabalho considerado memorialista é o de PAIVA (1975), que também produziu várias narrativas sem uma linearidade histórica, apenas contando fatos ocorridos no passado da cidade. Se preocupava em mostrar a Bauru que se modernizava, as ações de saneamento, a ferrovia, os melhoramentos urbanos. Neste relato, o autor se empenhou em contar a história da água na cidade, antes das

primeiras redes. No trecho, percebemos uma narrativa detalhada, e até poética, de onde vinham as águas.

Primitivamente os moradores do incipiente lugarejo bauruense serviam-se das águas do ribeirão Bauru que, nascendo nas terras da Fazenda denominada – Campo Redondo -, ali do lado de Piratininga, deslizavam murmurantes pelo leito sinuoso que descia por entre a mata densa, sob a cúpula das ramagens entrelaçadas, que lhes cobria a virgindade. Eram águas cristalinas, puras como a flor agreste que desabrocha nos campos, sem ter sido tocada pela mão do ser humano, ondeando-se no declive do seu leito em marcha afluyente ao caudaloso Tiete. Serviam-se, também, das águas dos Córrego das Flores cuja fonte se abria nas terras que tinha o primitivo nome “Fazenda Grande” correndo pela colina abaixo, em sonoridade musical, sinfronizando com o chirreal da passarada miúda, que nelas se banhavam nas tardes quentes, e ainda de algumas minas de boa água, descobertas mais tarde, as margens dessas correntes por pesquisadores insatisfeitos (PAIVA, 1975, p. 76).

No entanto, o seu discurso era pautado em Atas de Câmara, para compreender como as decisões para o desenvolvimento urbano foram tomadas pelo poder local. No relato, o autor faz uma comparação com a imagem urbana: “Antes, um pequeno burgo, com palhoças de pioneiros! Agora, uma bela e vibrante cidade, com bangalôs e arranha-céus. Isto é o Brasil! ” (PAIVA, 1975, p. 133). Para o autor uma cidade modernizada era uma cidade bela.

Retomando o olhar das produções, voltados aos estudos acadêmicos sobre a cidade de Bauru, nos interessa traçar um panorama dos conjuntos de trabalhos e suas perspectivas sobre a cidade. O que dirigiu a escolha dos estudos foi a abordagem sobre a história urbana sob seus vários aspectos, para nos dar subsídios para o entendimento do cenário que se desenvolvia e urbanizava. Neste sentido, GHIRARDELLO (1992) trabalhou a formação urbana da cidade de Bauru, bem como a implantação do patrimônio religioso com seu traçado reticulado e ordenado pelos Códigos de Posturas vigentes: “as quadras são regulares medindo 88x88 metros divididos em oito datas com dimensões de 22,00m x 40,00m, totalizando 968 metros por lote” (GHIRARDELLO, 1992, p. 98). Na visão de GHIRARDELLO (1992), a chegada das três ferrovias foi fator determinante para a modernização de Bauru:

Elas vão mudar a feição do lugarejo alterando todas suas características. Nesses anos o traçado urbano das áreas patrimoniais se desfigura em função das ferrovias e intervenções “modernizadoras” do poder local. Essas alterações praticamente definirão a malha urbana desse setor, como a conhecemos hoje.

É nesse curto espaço de tempo, também, que Bauru passará a contar com quase toda infraestrutura presente numa cidade do começo do século.

Ao mesmo tempo que se implantam as ferrovias, são dadas as bases para sustentação do crescimento econômico da cidade, ainda basicamente dependente do café... (GHIRADELLO, 1992, p. 82).

A ferrovias foram propulsoras do crescimento populacional, responsáveis por transformações e melhorias urbanas, e foram importantes para direcionar o crescimento urbano e formar novos bairros. Em sua pesquisa, o autor estudou a modificação do traçado inicial com a vinda na ferrovia e toda a infraestrutura que os trilhos trouxeram a cidade, incluindo as redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Outro trabalho importante foi realizado por CONSTANTINO (2005), em seu doutorado intitulado: *A construção da Paisagem de Fundos de Vale em Bauru*, o olhar da autora volta-se à compreensão da paisagem urbana da cidade marcada pela presença do Rio Bauru e de seus afluentes. Ao reconstruir a paisagem da cidade antes da urbanização, constatou que o fundo de vale podia ser considerado um fator de permanência na paisagem, visto que coincidia com os limites das antigas fazendas dos pioneiros. Tais áreas podem ser consideradas barreiras para a ocupação e acabam virando áreas de vazios urbanos. Sendo assim, “o quadriculado contínuo da malha urbana se detém ao encontrar os fundos de vale dos córregos que cortam a cidade, os trilhos da ferrovia ou as rodovias, independentemente da topografia existente” (CONSTANTINO, 2005, p. 07).

Aqui a ferrovia é vista, não como símbolo de modernidade, mas como uma paisagem degradada, “quase os fundos da cidade”. Com a finalidade de transformar esta paisagem, a tese trabalha com planos de ocupação e usos dos fundos de vale como áreas de parques lineares, ou grandes áreas de conservação e proteção dos córregos e rios (CONSTANTINO, 2005, p. 109).

Continuando os estudos sobre Bauru, com vistas voltadas à ferrovia, BITTENCOURT (2008), em seu artigo *A dimensão urbanística dos leitos, edifícios e pátios ferroviários da cidade de Bauru*, trabalhou a paisagem ferroviária inserida na malha urbana da cidade, e todo o conjunto de edifícios e estrutura que se encontram obsoletos e abandonados. Estes acervos “necessitam de tratamento linear ao longo dos traçados dos leitos e pontual nas áreas de pátios de manobras e oficinas”, como também, “existem os edifícios, galpões, as vilas ferroviárias e bairros inteiros formados

a partir do universo da ferrovia”. O autor ainda discutiu como as políticas públicas deveriam enfrentar essas questões:

(...) entendê-los como elemento urbanísticos na agenda dos planos urbanos. Integrá-los ao processo de urbanização contemporânea como fato histórico contido no imaginário coletivo e na cultura urbana, dota-los de capacidade interativa, permeando aos sistemas de deslocamentos e visibilidade interurbanos, como objeto participante da paisagem, com reserva para futura integração regional em quadro de retomada das ferrovias como equipamento viável de transporte coletivo (BITTENCOURT, 2008, p.46).

Neste caso, a municipalidade precisa trabalhar melhor a questão da ferrovia como área inserida no perímetro urbano e não como área obsoleta da cidade.

Inseridos na temática da história da arquitetura, os trabalhos são desenvolvidos pelas leituras das tipologias das edificações, permitidas pela análise de plantas, fachadas e perspectivas de cada obra, tendo a finalidade de compreensão da organização do espaço. No trabalho de FERRAZ (2003)<sup>8</sup> encontramos um estudo sobre a atuação dos arquitetos modernos na cidade de Bauru, e a análise das construções modernas na cidade na década de 50, quando tal modernidade se consolidou. O que nos chamou a atenção neste trabalho foi o olhar sobre a cidade, apresentado no capítulo um, entendido sob o processo de desenvolvimento da cidade e da arquitetura que se desenvolveu ao longo dos períodos de formação, desenvolvimento e crescimento até a década de 50. O olhar da modernização é concebido pela evolução das construções e da estética.

Até o final dos anos 20 o perfil arquitetônico da cidade foi marcado pelo ecletismo nos diversos tipos de edifícios construídos para atender a demanda dos inúmeros benefícios que a cidade recebeu com a chegada da ferrovia. Muitos destes edifícios foram reformulados na década de 30 e 40, e passaram a refletir o espírito da modernidade da cidade (FERRAZ, 2003, p. 26).

Na década de 1930 a modernidade estava em processo, uma vez que os melhoramentos urbanos já estavam implantados, tais como luz, água e esgoto, praças públicas, teatro, matadouro. O mercado municipal ainda era um problema para a municipalidade, pois não havia sido implantado, mesmo depois de várias tentativas. Com relação à arquitetura, “ o espírito da modernidade de Bauru vai se tornando marcante através da nova arquitetura, utilizada principalmente na prestação de

---

<sup>8</sup> Em sua obra de conclusão de mestrado: *Marcas do Moderno na Arquitetura de Bauru*.

serviços e comércio” A tipologia destes edifícios “revela uma um tratamento de fachada futurista, com linhas retas e geométricas” (FERRAZ, 2003, p. 28).

Partindo de uma concepção coincidente a essa desenvolvida por FERRAZ (2003) sobre estudo de edificações, ALVES (2008) trabalha a questão da habitação social em Bauru. Sob o olhar espacial da cidade, as moradias populares se localizam nas periferias, uma vez que estas são vinculadas às condições econômicas e sociais dos moradores.

A mancha urbana começa a se expandir, e ganhar uma nova configuração morfológica. Esses processos de periferização, estratificação social e segregação espacial das classes mais pobres, muitas vezes contribuíram para gerar os vazios urbanos, porções de terra a espera de valorização com a chegada da infraestrutura (ALVES, 2008, p. 85).

Encontramos, também, trabalhos acadêmicos sob o olhar dos espaços públicos abertos em Bauru. Tais espaços constituem lugares de encontros entre as pessoas e mostram-se importantes para a qualidade ambiental, estética e funcional da cidade, constituídas de ruas, praças, parque, entre outras áreas, e são áreas onde há relação direta com a infraestrutura urbana.

O artigo de Fontes (2008), intitulado: *A qualidade de espaços públicos abertos: estudos em praças de Bauru*, estudou 8 espaços públicos abertos da cidade, sendo sete praças (incluindo a Praça Rui Barbosa, trabalhada no capítulo 2) e um parque, e tinha por objetivo “investigar as características microclimáticas e de uso e ocupação; identificar possíveis relações entre uso e microclima” (FONTES, 2008, p. 130), por meio de avaliação pós ocupacionais das áreas. Concluiu-se que havia muitos problemas quanto à conservação e manutenção destes locais (em pisos, bancos, paisagismo, fontes, espelhos d’água), comprometendo a sua qualidade estética. E neste conceito de estética, abordaremos o tema entre a dialética da estética, modernização e saneamento no capítulo 2.

É importante deixar claro que este trabalho não está dentro do nosso recorte temporal, no entanto, na falta de estudos sob este olhar no nosso recorte temporal, achamos interessante mostrar este estudo sobre a relação das áreas verdes e a infraestrutura.

Contudo, é preciso dizer que os trabalhos apresentados de cunho histórico, apresentavam a descrição do processo de formação urbana da cidade, da doação de terras para o patrimônio religioso, mostrando as datas de elevação desde a vila até a

cidade. No caso deste trabalho, o estudo inicia-se com processo de formação, apenas para contextualizar o leitor sobre a cidade, no ano de 1896, e finalizam o período estudado com a construção da Estação de Tratamento de Água, em 1942, quando a infraestrutura passa a ser gerida pela municipalidade. Dentro do recorte temporal várias ações foram realizadas pelo poder público com a finalidade de dotar a cidade de melhoramentos urbanos, e água e esgoto estão entre eles. E son esta perspectiva da cidade de Bauru, tal trabalho é pioneiro.

Os olhares sobre a cidade de Bauru são diversos e variados, contudo pode-se facilmente verificar que a questão do ponto de vista do saneamento ainda não foi estudada. E neste olhar sobre a cidade de Bauru, este trabalho é pioneiro, e tem a intenção de suprir esta demanda.

## Bauru: processo de construção urbana



## Capítulo 2 – Bauru: processo de construção urbana

Nos primórdios da sua história, a região em que se estabelecera o município de Bauru era tomada por fazendas<sup>9</sup> que se originaram de posses de terras por famílias migrantes, principalmente de Minas Gerais, os denominados pioneiros.

A partir de 1850, motivados pelo declínio da produção de pedras preciosas e do ouro de Minas Gerais, muitos se dirigiram para a província de São Paulo. Procuravam se fixar onde a produção cafeeira já estava consolidada. Tal ação ficou conhecida como frente de expansão.

Vieram quase todos de Minas Gerais, os pioneiros que, a partir de 1850, se chocaram com os índios. Sua província não se restabelecera da crise econômica, acarretada pela decadência da mineração. Crescia a pobreza e contra isso o único remédio era a emigração (MONBEIG, 1984, p. 133).

Concomitantemente com a diminuição das atividades extrativistas, a Lei de Terras contribuiu para a vinda destes migrantes para a região do oeste paulista, ainda pouco habitada pelo homem branco. Com esta lei, a propriedade fundiária seria efetivada com a compra legalizada. Este processo acabou gerando a constituição de grandes latifúndios em poder de poucas famílias.

Embora a lei tivesse sido criada, em parte, para estancar a ocupação de terras devolutas por posseiros, acabou por incentivá-la. Os prazos dados para o registro de terras ocupadas anteriormente a lei, por posse ou concessão governamental (sesmarias), e a impossibilidade de ocupação de terras devolutas posteriormente a ela, a não ser por compra direta do Estado, acabaram por estabelecer um espaço de tempo àqueles que desejassem ocupar ilegalmente terras devolutas (GHIRARDELLO, 2002, p. 68).

A formação das cidades situadas no centro e centro-oeste paulista se deu por volta da segunda metade do séc. XIX. O café foi importante neste período de formação urbana, pois deu condições para a ocupação e o desenvolvimento do oeste paulista, já que os migrantes iriam em buscas das terras devolutas procurando

---

<sup>9</sup> Podemos citar as fazendas: Val de Palmas, Faca, Acampamento, das Flores, Violanta, Sucury, Grande ou Água Parada, Aureópolis. A indicação das fazendas que fizeram parte da formação urbana da cidade de Bauru foi pesquisada em fontes de referências de trabalhos. Nesta pesquisa, as informações foram retiradas do nosso trabalho de iniciação científica, desenvolvido em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – Fapesp. Ver: GULINELLI, E.L. *Análise do desenho do parcelamento rural na região de Bauru: compreendendo o período entre o final do século XIX e início do século XX*. 2002. 110 f. Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica – Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), São Paulo, 2002.

terrenos férteis para o cultivo do grão. Devido à riqueza trazida pelo café, ocorreu uma expansão da rede urbana brasileira.

A vigorosa marcha dos cafezais para o oeste promove centenas de novas fundações em São Paulo, Paraná e Minas. As matas virgens cedem lugar a fazendas e povoados. Um e outros vão retalhar a terra roxa, tendo em vista as peculiaridades geográficas e as vantagens de comercialização das glebas e dos lotes urbanos. O tipo de sítio disponível, numa paisagem muito homogênea, o trem, novo meio de transporte com suas exigências de trajeto, e a rápida divisão e venda dos terrenos geram uma cena urbana nova, monotona e repetida e regular (MARX, 1980, p. 36).

Em 1880 a ocupação da região denominada bairro de Bauru acelerava. É perceptível quando o binômio café-ferrovia fez a articulação do território e a cidade, favorecendo a urbanização por meio da “corrida para o Oeste” (GHIRARDELLO, 2002).

Das fazendas que envolviam a área do município de Bauru, a formação do patrimônio religioso<sup>10</sup> do Espírito Santo de Fortaleza<sup>11</sup> somente aconteceu em 1885, quando Antônio Teixeira do Espírito Santo havia doado uma parte da sua Fazenda das Flores aos santos de sua devoção: Divino Espírito Santo e São Sebastião de Bauru (PELEGRINA; ZANLOCHI, 1991), para que fosse erigida uma capela em louvor ao Espírito Santo. Tal gleba de terra destinava-se a formação de um patrimônio para o arruamento urbano, com o nome de São Sebastião de Bauru.

Com relação à terra para o santo, o patrimônio ou mesmo a capela eram doados por um ou mais possuidores de gleba para determinados fins, como o de cunho religioso com finalidade de rezar missa para o doador e sua família, periodicamente e após sua morte. As doações também permitiam a construção de uma capela, sua manutenção e funcionamento. Além de uma administração que se impunha (MARX, 1991, p. 26)<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup>Os Patrimônios religiosos eram formados a partir de doações de glebas privadas para a Igreja católica, em nome de um santo, para se tornar base de vila ou cidade. Segundo Ghirardello: “A nomenclatura desses patrimônios expressa claramente sua origem religiosa: quase sempre se iniciava pelo nome do santo ou da santa padroeira, precedida do acidente geográfico que caracterizava a área, em geral o rio” (2010, p. 74).

<sup>11</sup>Vale ressaltar que não pretendemos fazer uma abordagem detalhada da formação urbana do núcleo original e o processo de formação do Município de Bauru. Iremos tratar este assunto de maneira sucinta, a fim de contextualizar o leitor na formação histórica do patrimônio religioso. O estudo das primeiras ocupações e divisões das fazendas, bem como questões relativas a origem da cidade, podem ser encontradas em diversas pesquisas, como: GHIRARDELLO, N. *Aspectos do direcionamento urbano da cidade de Bauru*. 1992. 187 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 1992. PAIVA, C.F. de. *Narrativas sintéticas dos fatos que motivaram a fundação de Bauru*. Bauru, 1975. PELEGRINA, G. R.; BASTOS, I. A. *Bauru: origens históricas*. Bauru, SP: Canal, 2015.

<sup>12</sup>O autor Murilo Marx explica que os fazendeiros doavam parte de suas terras para a constituição de um Patrimônio voltado, por tradição, ou por devoção, a algum santo. No entanto, eram livres de controles e obrigações legais: “atingindo o modo enfitêutico de detenção do domínio direto das terras por parte de uma capela” (1991, p. 105).

No lugarejo de Bauru, as primeiras casas foram construídas contíguas à estrada, que conectava os sertões a Fortaleza e Lençóis (núcleos urbanos vizinhos), hoje conhecida como Rua Araújo Leite. A quantidade de casas na área urbana crescia de forma precária, improvisada e desordenada (GHIRARDELLO, 1992, p. 52). Ainda segundo o autor, esta estrada situava-se em sentido norte-sul, próximo ao Ribeirão da Flores, no entanto em cota alta o suficiente para evitar enchentes.



*Figura 8 - Rua Araújo Leite – 1908*

*Fonte: Museu da História Municipal*

Nota-se que a escolha do local de implantação da cidade era salubre, situada em uma encosta suave, e que a proposta do traçado se distanciava um pouco dos córregos e rios como forma de evitar as inundações.

As doações de terra, particularmente aquelas além dos meados do século XIX, se davam numa gleba única, sem acidentes geográficos a lhe cortar, córregos ou rio serviam como limites e raramente centralizavam ou cruzavam a área. Com frequência, dois dos limites eram feitos pela água, um pelo rio e o outro pelo córrego que desaguava nele. O patrimônio formava, grosseiramente, o desenho de um triângulo, e o curso d'água, o de uma forquilha (GHIRARDELLO, 2010, p. 90).

Podemos perceber claramente esta descrição no mapa de doação do patrimônio. É notória a preocupação com a salubridade da área para a formação da vila, o local era escolhido com certo declive para garantir a drenagem e minimizar os

riscos de enchentes. Desta forma, vemos indícios de cautela com as águas pluviais no início do traçado urbano da cidade. Outro ponto em destaque é a presença da água potável, para que o bairro pudesse se desenvolver. Estas e outras questões de infraestrutura futuramente culminariam na necessidade do saneamento para o “embelezamento” e higienização da cidade, por meio da criação de códigos de posturas.

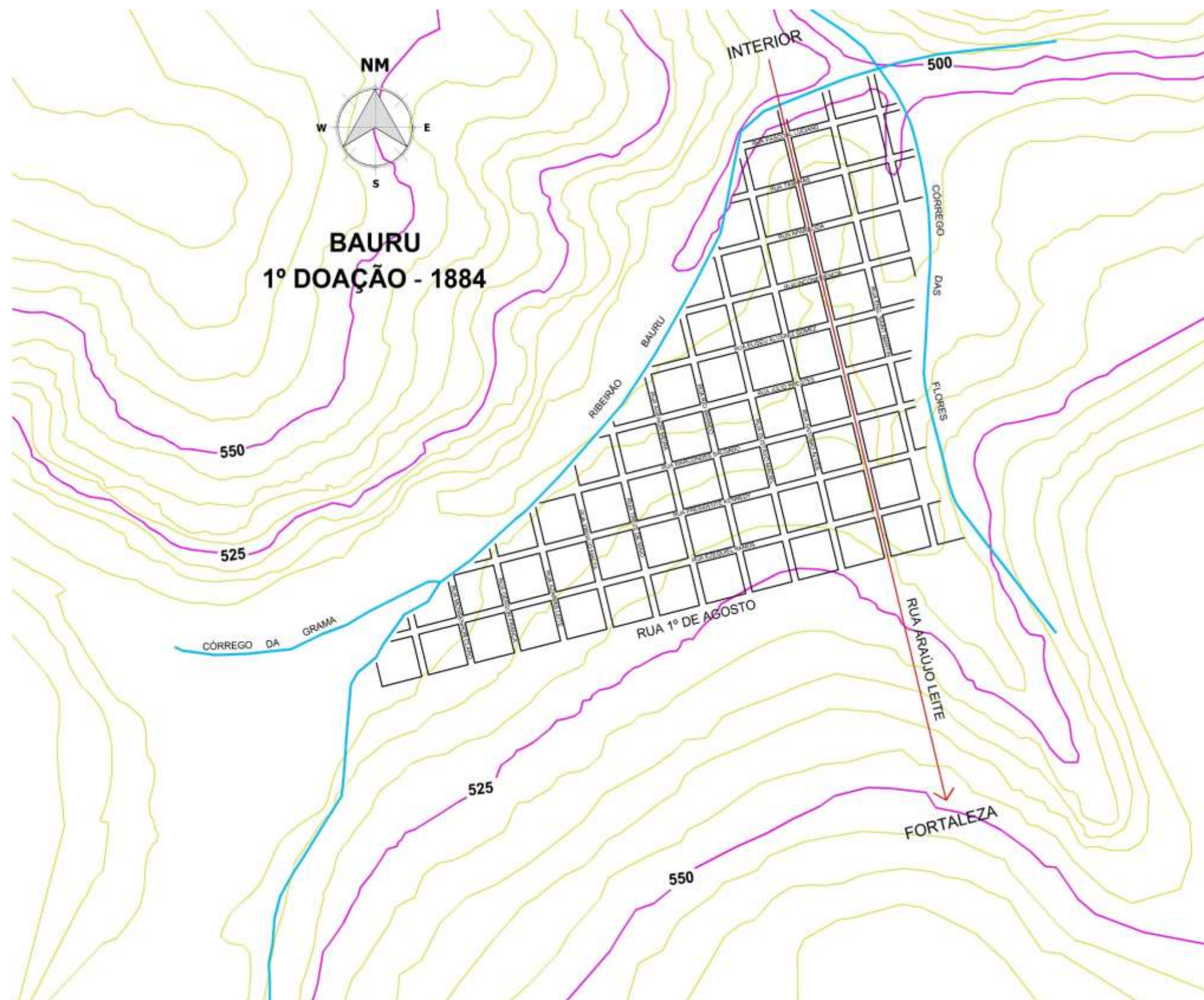


Figura 9 - Mapa da primeira doação

Fonte: Ghirardello, 1992, modificado pela autora.

O patrimônio de São Sebastião de Bauru prosperava e, entre a área do Ribeirão Bauru e o Córrego das Flores, novos moradores chegavam à cidade em busca de terras e trabalho. Caracterizada pelas suas condições agrárias e população dedicada aos afazeres das fazendas, podemos dizer que a vida social neste momento se situava em torno das atividades religiosas, com as primeiras sendo realizada em torno de um cruzeiro.

João Procópio Garcia fez um cruzeiro de cedro e plantou-o onde se encontra o coreto da Praça Rui Barbosa. Após as festividades inaugurais as quais constituíram as primeiras manifestações públicas de religiosidade do povo bauruense, sucederam-se as missas e festas junto ao cruzeiro, as quais se realizavam no primeiro dia de cada mês, quando alguém com garrucha carregada com pólvora, dava a salva indicativa do evento cristão (PAIVA, 1975, p. 26).

No ano de 1892, a capela seria erguida, a pedido dos moradores de Bauru, o bispo de São Paulo<sup>13</sup>, autorizou a construção de uma capela, desde que fosse num lugar alto, livre de enchentes, com espaço para circulação de procissões.

VILLELA, BURGO E DIZARÓ (2008, p. 58) afirmam que a capela dedicada ao Divino Espírito Santo (posteriormente conhecida como Catedral do Divino Espírito Santo<sup>14</sup>) foi construída na atual Praça Rui Barbosa, em taipa com pilares de aroeira e obedecia às técnicas construtivas do início da colonização.

Mais tarde, foi ampliada a área do patrimônio. Em 03 de maio de 1893, houve uma segunda doação de terra feita pelos herdeiros de Felicíssimo Antônio de Souza Pereira, que ofereceram à Igreja mais 134 hectares e 80 ares de terra da Fazenda Grande, área tangente ao patrimônio (GHIRARDELLO, 1992).

---

<sup>13</sup> Bispo Dom Lindo Deodato. Ver: PELEGRINA, G.R. *Bauru notas históricas*. Bauru, SP: Canal 6, 2007.

<sup>14</sup> A capela foi demolida em 1913 pois encontrava-se em mal estado de conservação e bloqueava os dois trechos da Rua Batista de Carvalho. Segundo Villela, Burgo e Dizaró (2008, p. 59) no capítulo do livro: *Transformações arquitetônicas nas paróquias de Bauru*, “ A construção sucessora ocupou um terreno lindeiro de uma parte da quadra, observando, entretanto, o afastamento lateral, preservando o destaque da construção. ”

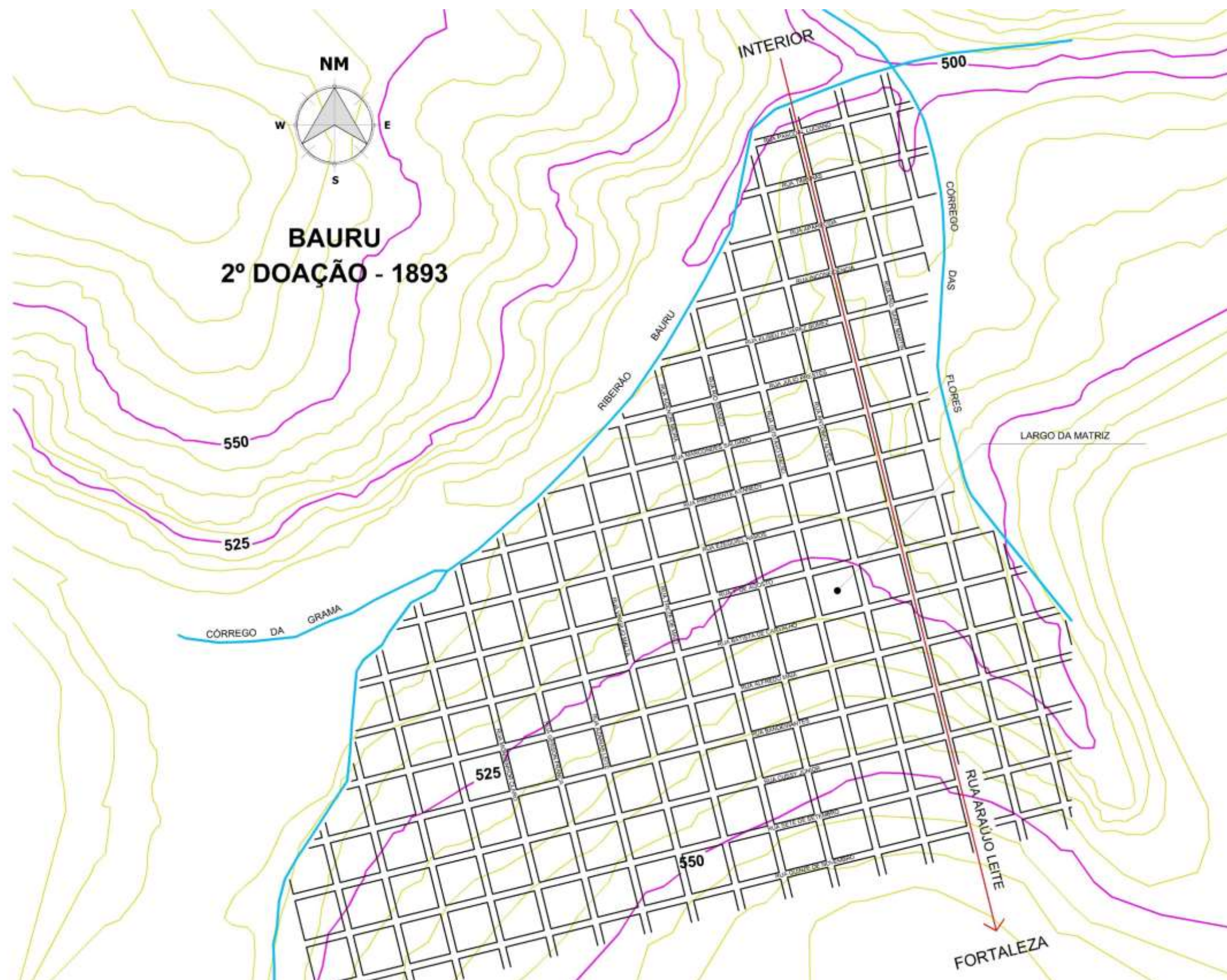


Figura 10 - Mapa da Segunda Doação  
 Fonte: Ghirardello, 1992, modificado pela autora.

Acreditando no crescimento da região, uma vez que esta receberia as estradas de ferro, pessoas se deslocaram para tais terras e iniciaram a formação de grandes fazendas como a do coronel Azarias Ferreira Leite e de seu tio Baptista de Araújo Leite, denominadas Aureópolis, Val de Palmas entre outros.

Nas lavouras, principalmente de café, centenas de imigrantes europeus vieram trabalhar e aos poucos foram adquirindo propriedades na vila de Bauru, onde se estabeleceram com casas e comércio (PELEGRINA; ZANLOCHI, 1991). Neste mesmo período, muitos moradores do município de Fortaleza transferiram-se para o distrito de Bauru, contribuindo para a decadência da sede do município, em razão do crescimento do distrito.

As questões relacionadas com o embelezamento ficavam restritas a limpeza e conservação de estradas, caminhos, ruas e praças. Na Ata de Câmara de 22 de fevereiro de 1896, os edis aprovaram “que se officiasse aos Inspectores de quarteirão a fim de que se commessasse a limpeza das estradas do Município”. E, em Ata de 5 de abril<sup>15</sup>, do mesmo ano, fora solicitado aos proprietários de terrenos que limpassem suas frentes de lote. A comissão de obras pública era responsável por esta fiscalização.

Somente em 1896, Fortaleza passava a ser um distrito de paz de Bauru. Tem-se na lei nº. 428 de 1 de agosto de 1896, que por meio do Art. 1 legislava: “O município de Espírito Santo de Fortaleza passa a denominar-se Bauru, mudando-se para esta última povoação, a sua sede”.

Desta maneira, a ordenação territorial relacionada ao desenvolvimento da vila, no que se diz respeito aos terrenos, localização dos equipamentos urbanos, higiene e salubridade da cidade, embelezamento, saúde, abastecimento, entre outros, seriam oficialmente elaborados pelos Códigos de Posturas Municipais.

MARX (1999, p.78) entende que: “A cidade se calça em normas que regulamentam as condutas, as atividades, as relações, que conformam a moldura em que se dá o convívio de todos”. Com relação às normas e códigos de posturas<sup>16</sup> estabelecidos por órgãos públicos, foram elaboradas e aplicadas leis a partir da

---

<sup>15</sup> Na Ata de Câmara de 5 de abril de 1896 tem-se que: “em additivo aos officos dirigidos aos espitores de caminho quea câmara de novo officiasse a todos os proprietários de terrenos que athe o dia do corrente fizesse limpar as suas testadas, e aquelle que não fizesse athe esse prazo encorreria na multa de 50\$000 e na reincidência pagará 100\$000.

<sup>16</sup> Ghiradello (1992, p. 69) entende que o código de postura nada mais era do que: “o único instrumento do poder público municipal que regulava a vida urbana nos seus vários aspectos”.

constituição da primeira Câmara Municipal em Bauru, datada de 20 de dezembro de 1897<sup>17</sup>.

Embora não tenhamos localizado o código de Postura de Fortaleza, ressaltamos que é provável que antes desta data, Bauru deva ter se utilizado do código da antiga sede da Comarca, datado de 1892<sup>18</sup>, uma vez que Bauru estava atrelada juridicamente ao município de Fortaleza, tornando-a dependente de serviços e jurisdição. Com relação às normas reguladoras<sup>19</sup> da cidade de Bauru, tivemos acesso aos códigos de posturas dos anos: 1897, 1906, 1913 e 1925.

## 2.1 Legislação vigente – O primeiro Código de Posturas (1897)



Figura 11 – 1ª Legislação Vigente (1897)  
Fonte: Câmara Municipal de Bauru, 2015



Figura 12 - O Primeiro Código de Posturas (1897)  
Fonte: Câmara Municipal de Bauru, 2015

<sup>17</sup> Esta lei número 1 era referente ao regimento da Câmara Municipal da Vila de Bauru, onde traziam dados sobre a organização, sessões, vereadores, presidente da câmara e atribuições ao intendente. Segundo o artigo 83: "A Câmara mandará confeccionar e publicar em folhetos as leis, resoluções e provimentos promulgados durante o anno, afim de serem distribuídos pelos vereadores, empregados municipais, empregados públicos residentes no município, comerciantes e lavradores que pagarem impostos".

<sup>18</sup> Não tivemos acesso a este Código. Todo material relacionado a esta postura foi extraído de livros e trabalhos históricos.

<sup>19</sup> A partir desta pesquisa de mestrado, o Serviço de Microfilmagem da Câmara de Bauru, passou a digitalizar e disponibilizar todo o material de leis e atas de câmaras antigos do município. Podemos encontrar estas e outras Leis no site: <http://www.bauru.sp.leg.br/legislacao/legislacao-municipal>.

A passagem da vila para o *status* de cidade significou a constituição de uma Câmara, com autonomia oferecida aos municípios que estabeleciam posturas, fixavam taxas, nomeavam juízes, recebedores de tributos, depositários públicos, avaliadores de bem de penhores, etc. (SAIDE, 2004).

Desta forma os interesses públicos locais passaram a ocupar espaço oficial na rotina da cidade, embora as normatizações sobre os aspectos físicos do espaço urbano ainda estivessem em gestação<sup>20</sup>.

A recente Comarca de Bauru passou a contar com uma Instituição, a Câmara Municipal, que estabeleceria ordem na vida urbana que se formava e implementaria políticas urbanas, gerenciando a sua expansão.

A princípio a Câmara Municipal, por meio de suas atividades legislativas, se depara com questões distintas. De um lado, temos as voltadas ao ordenamento urbano, em que a vila se expandia e era necessário controlar este crescimento. Na Ata de 02 de julho 1897<sup>21</sup> é possível verificar a solicitação de alinhar os novos edifícios:

(...) Indico que a Camara Municipal considerando de necessidade publica e mesmo para as novas edificações mande alinhar todas as ruas, praças e avenidas no perímetro urbano desta Villa para a que fica a Intendencia habilitada a nomear pessoa habilitada para o referido serviço e bem assim a custiar todas as despesas que o mesmo exija (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL, 1897, p. 45).

Por meio deste alinhamento, tentava-se criar uma nova paisagem urbana para a cidade. No entanto, teriam a dificuldade de trabalhar com as edificações já existentes e que por ventura atrapalhariam esta ordenação. Como solução, o vereador Carlos Marques, na mesma ata, sugere “desapropriar as benfeitorias que possam embaraçar a tão organização do alinhamento”.

De outro lado, havia as demandas voltadas à higiene e saúde pública, que apareceram nas pautas da Câmara. Com relação a um início de ações referentes a drenagem urbana<sup>22</sup>, em 1901, a Câmara autorizava o intendente a abrir ruas e becos para que as águas superficiais chegassem à praça. A indicação de limpeza geral na servidão pública dos Córregos das Flores e de suas nascentes fora solicitada em Ata de Câmara de 11 de novembro de 1899, para a limpeza da água devido às imundícies

---

<sup>20</sup> Surgimento dos Códigos de Posturas e Códigos de Obras, que iram nortear o crescimento e desenvolvimento do traçado da cidade.

<sup>21</sup> Importante informar que as Atas Municipais antigas se encontram guardadas nos arquivos da Câmara Municipal de Bauru.

<sup>22</sup> Ver Ata de Câmara de 25 de novembro de 1901.

no local. Tal ação foi requerida por Domiciano Silva, pois tais águas eram utilizadas pela população.

A questão do abastecimento de água foi tema entre os vereadores da sessão, em 03 de março de 1902. O objetivo era solicitar “materiaes para a canalisação de água potável nesta vila”<sup>23</sup> ao Governo do Estado como melhorias para Bauru. A preocupação com este aspecto sanitário era evidente, visto que a falta de água corroborava para os problemas de saúde urbana.

O tema relacionado à limpeza urbana também estava na pauta da Câmara. Na Ata de 02 de abril de 1906, percebemos a preocupação quanto a construção de sarjetas nas vias, para o escoamento das águas pluviais e evitar proliferação de doenças. “(...) Atendendo a necessidade que consta no sargeamento da rua Araujo Leite este acesso de quem proponho fazer o referido serviço com o pagamento em 15 prestações” (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL, 1906, p. 93).

Para auxiliar a gerenciar estes problemas foram constituídas as posturas. Por meio da lei número 8 de 20 de dezembro de 1987, o primeiro Código de Postura Municipal<sup>24</sup>, executado pela câmara do município, passou a normatizar questões voltadas aos: serviços urbanos (gerenciando ruas, praças e construções); polícia e a tranquilidade urbana; matadouros, açougues e mercados; comércio; agricultura; viação pública (mobilidade urbana); vacina, revacinação e varíola; cemitério municipal e enterramentos; iluminação pública; biblioteca municipal; empregados municipais (onde consta o papel do arruador)<sup>25</sup>.

Foi o momento de implementação de tais políticas com a finalidade de transformar este ambiente, ainda rural, por meio de projetos de melhoramentos e embelezamentos urbanos.

No capítulo 1 da citada Postura, fica clara a preocupação com as questões do traçado urbano e de higiene, como podemos ver no artigo 4: “As ruas deverão ser abahuladas, tendo maior elevação na parte central. A inclinação do centro para os lados será de três a cinco centímetros por metro corrente”.

E no artigo 7 era mostrada a importância de já pensar nas águas pluviais logo no início do desenho urbano:

---

<sup>23</sup> Ver Ata Municipal 03 de março de 1902 página 37, livro 6. A indicação foi feita pelo vereador Joaquim Chrispim.

<sup>24</sup> No texto da 1ª Ata de Câmara de Bauru, em 08 de janeiro de 1896 é possível verificar a indicação do cidadão Dr. Frederico Augusto Lair Ribeiro para advogar os interesses da câmara e, inclusive, confeccionar o Código de Posturas.

<sup>25</sup> Salientamos que as questões descritas foram retiradas do próprio Código de Postura. Tal código pode ser acessado no site: <http://www.bauru.sp.leg.br/legislacao/legislacao-municipal>.

As sarjetas lateraes, para facilitar o escoamento das aguas, terão 15 centímetros, pelo menos de fundo ao bordo externo dos passeios; e as pecintas<sup>26</sup> de pedras, nas esquinas e onde for necessário para segurança das terras, terão as dimensões necessárias, sendo ambas construídas por conta da Camara (BAURU, 1987).

Desta maneira, atuavam os profissionais agrimensores e os próprios funcionários municipais, que iriam projetar, fiscalizar e gerenciar o novo ordenamento da cidade. Para estas diretrizes o código<sup>27</sup> trazia um capítulo exclusivo, o de número XI, mostrando deveres e obrigações do secretário, procurador, vereador, fiscal, porteiro, arruador (também conhecido como agrimensor). Para este trabalho, é significativo o papel do arruador<sup>28</sup> no desenho do traçado da cidade, pois é a partir do desenho urbano que as diretrizes de projeto de infraestrutura do saneamento seriam redesenhadas e implantadas.

MARX (1999, p. 100) entende a função do arruador como a de executar o alinhamento, a demarcação e a medição de terrenos de acordo com a norma vigente. Para GHIRADELLO (1992, p. 54): “(...) o arruador define o traçado inicial sem preocupação nenhuma com pontos de maior declividade junto aos vales dos riachos”. Isto acabou prejudicando o escoamento das águas pluviais e, conseqüentemente, criando um problema de ordem higiênica.

Ainda, analisamos o fato de que os Códigos de Posturas de Bauru foram embasados no Código Sanitário de 1894<sup>29</sup>. Isto ficou claro no artigo 162 desta lei: “Nos casos omissos acerca de hygiene publica do município, recorrer-se-á ao Código Sanitário do Estado, no que for aplicável, sendo a multa de 10\$ a 20\$000” (Lei nº 8 de 20 de dezembro de 1897). Este código sanitário foi norteador para muitas posturas municipais e teve importância principalmente no tocante a embelezar e sanear as cidades que se formavam.

No entanto, percebemos que há uma tímida preocupação com as questões sanitárias. Analisando o primeiro código de Posturas de Bauru, constatamos que não

<sup>26</sup> Segundo o dicionário de engenharia civil, o termo percinta é referente a uma cinta de amarração.

<sup>27</sup> Murilo Marx (1999, p. 13) especifica a importância da legislação: “(...) e detalhada uma série de atribuições institucionais, de maneira concisa, como a especificação da função, sua característica de governo local, a composição típica de um concelho e sua divisão de trabalho, a divisão de classes que expressava”.

<sup>28</sup> Para demarcar o traçado urbano de Bauru, o arruador Vicente Ferreira de Farias só foi indicado pelo presidente da Câmara de Lençóis em 1888, segundo Ghirardello (1992).

<sup>29</sup> O código sanitário foi um instrumento jurídico para normatização de condutas relacionadas a saúde pública e princípios higienistas para as cidades. Foram tratados termos como: ruas e praças públicas; habitações em geral; habitações coletivas; hotéis e casas de pensão; habitações insalubres; fábricas e oficinas; escolas; teatros; alimentação pública; padarias, botequins e restaurantes; açougues; mercados; matadouros; abastecimento de água; cocheiras e estábulos; casas de banho, barbeiros e cabelereiros; lavanderias públicas; latrinas e mictórios públicos; esgotos; hospitais e maternidade; necrotérios; acidentes nas ruas; enterramentos; cemitérios; precauções imediatas contra moléstias epidêmicas e transmissíveis; vacinação e revacinação. Tais itens foram subtraídos do próprio código. Ver Decreto Estadual nº233 – Código Sanitário de 2 de março de 1894.

há nenhum capítulo destinado a águas e esgotos, como já existia no Código Sanitário do Estado. No entanto, é possível verificar pontos fragmentados sobre os pensamentos ordenadores, higienizadores e embelezadores para a vila que se desenvolvia, como no artigo 15:

Não será permitido dentro da vila:

1º Construção de latrina, estrebarias e chiqueiros de porcos junto das casas ou proximidades de cisterna, fonte, aqueductos e ribeiro de uso publico ou particular;

2º Construir dependências denominadas “meia-água” ou semelhantes, com frente para a rua ou largo (BAURU, 1987).



FIGURA 13 - DECRETO ESTADUAL Nº233 - CÓDIGO SANITÁRIO DE SÃO PAULO (1894)

Fonte:<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=18940308&Caderno=DO&NumeroPagina=9605>. Acesso em 05/01/2015.

Ou, ainda, a preocupação com as águas servidas e seu destino, no artigo nº 22:

O proprietário de terreno que não possa ter escoamento para as águas servidas ou pluviais, sem atravessar propriedade confinante, poderá requerer a Câmara para estabelecer servidão, mediante encanamento de tijolos e indenização do prejuízo que causar, segundo parecer de peritos nomeados pelos interessados, sem o que lhe será concedida licença (BAURU, 1987).

Nestes dois artigos, de caráter higienista, encontramos indícios de como seriam tratadas as questões relacionadas com as águas urbanas. Com relação às águas servidas (também conhecido como esgotos), estas deveriam passar por tubulações. Podemos perceber que os primeiros materiais a serem utilizados para essa finalidade foram os tubos de tijolos, depois manilhas cerâmicas, chegando hoje ao PVC.

Outro ponto que analisamos consistiu da imposição acerca da separação das águas, quando fica bem claro que latrinas não poderiam ser construídas próximas de cisternas e afluentes. Desta forma evitava-se a contaminação das águas e a proliferação de doenças. O engenheiro Saturnino de Brito<sup>30</sup> já defendia esta ideia.

(...) foi o responsável pelo surgimento da consciência técnica voltada para a realidade nacional, tendo um papel preponderante na adoção do sistema separador absoluto de esgotamento sanitário em substituição ao sistema unitário inglês e na criação e defesa das “bacias Protegidas”, além da utilização de tratamento físico-químico nas águas de abastecimento (REZENDE E HELLER, 2008, p 131).

COSTA (1994) comenta que Brito: “(...) foi um dos precursores da engenharia sanitária nacional, que teve uma grande participação nesta área entre os anos de 1893 e 1929”. Para ANDRADE (1992, p.196), o engenheiro foi o pioneiro “(...) de um método de levantamento das condições urbanas que marcou a gênese do planejamento urbano no Brasil”.

Brito defendia em seus projetos o traçado sanitário<sup>31</sup>, que tinha como princípio “procurar o traçado de novas ruas de modo a terem todas uma declividade favorável ao escoamento pluvial e à execução dos esgotos; estas ruas convergem para outras que seguem aproximadamente os “talvegues” ou depressões naturais do

---

<sup>30</sup> Quando o engenheiro iniciou seus trabalhos, na década de 1890, as cidades brasileiras estavam em estado precário, com as ações sanitárias ainda em processo de testes e amadurecimento. Sendo assim, foi o responsável por influenciar os projetos de sanitário do país.

<sup>31</sup> Andrade (1992) ressalta o pioneirismo das propostas elaboradas pelo sanitarista, introduzindo o planejamento urbano no Brasil e construindo as primeiras cidades modernas da República. Criando assim, uma paisagem urbana original com canais e equipamentos de saneamento, avenidas, parques e vielas sanitárias. Por meio de suas concepções e soluções técnicas, influenciou também, os projetos modernizadores de reformas urbanas em inúmeras outras cidades brasileiras.

terreno, onde passarão os coletores principais do esgotamento pluvial e sanitário” (BRITO, 1944).

O princípio do traçado sanitário das cidades, - isto é, feito de acordo com a topografia para facilitar-se o projeto e escavação dos serviços de água e esgoto, - é novo e, pode dizer-se, foi enunciado no Brasil nos seus termos precisos e está sendo aplicado nos projetos modernos de expansão das cidades. O sistema de elevação elétrica automática para os esgotos das cidades planas encontrou aqui (Santos, Recife, etc) os melhores exemplos de aplicação, a partir de 1905. O mesmo podemos dizer das bombas de reforço na economia do abastecimento de água em certas condições de adução e de distribuição (BRITO, 1943, p. 206).

Pode-se dizer que a paisagem sanitarista, tem como prioridade os sistemas de saneamento e os preceitos de saúde pública. A partir desta dialética, traz-se a luz o conceito de embelezamento às custas dos trabalhos sanitários, para a estruturação de uma cidade higiênica e bela.

Além de planejar, embelezar e sanear as cidades tomadas ou ameaçadas pelas epidemias, o urbanismo sanitarista de Saturnino de Brito aponta para as cidades brasileiras um novo padrão estético moderno. Bauru não foi contemplada com um trabalho do engenheiro, no entanto observamos muitos dos seus conceitos nas posturas da cidade.

Se o Código de 1897 não abordava efetivamente a problemática do saneamento, pelo viés das águas, não significa que os problemas relacionados a água potável e águas residuais não existiam. Contudo, neste período, as inquietações estavam voltadas para a epidemia que assolava a vila, a varíola. Desta forma, a salubridade pública, em torno da higiene e saúde, ficava evidente no artigo nº 107, onde “Toda pessoa até 45 anos é obrigada a ser vacinada e revacinada contra a varíola, de 7 em 7 anos, sob pena de multa de 10\$000”; e no artigo 114, que diz que:

Quando apparecer algum caso de varíola o dono da casa, chefe de família, medico ou enfermeiro, será obrigado a communicar immediatamente ao Intendente ou presidente da Camara e na falta ou ausência delles ao fiscal para ser providenciada a remoção ou isolamento do varioloso, sob pena de multa de 20\$000 ao infractor (BAURU, 1987).

Continuando neste objetivo, com a qualidade da saúde da população, um outro artigo define a proibição de lavagem de roupas de pessoas infectadas de moléstia em fontes de servidão pública, ribeirão, rio que banhava a vila. Caso não fosse cumprida, estabelecia um padrão rigoroso de multa de 20\$000, segundo o artigo

nº 45. Fica notório, nesta legislação, a linha tênue entre a salubridade urbana e a saúde pública. Nos anos de 1891, um surto de febre tifoide devastou a vila. SILVA (1957) relata a falta de ações e estruturas, em Bauru, no período:

Haja vista ao violento surto epidêmico de febre tifoide irrompido na vila em 1891. Botica no povoado não havia e esculápio, muito menos: a população carecia de elementos de combate ao terrível mal. As condições higiênicas dos moradores eram precaríssimas: águas poluídas, inexistência de fossas, proliferação de moscas (SILVA, 1957, p. 33).

É interessante percebermos que as relações da doença com a falta de higiene urbana eram bem evidentes. Neste sentido objetivou-se, por meio de medidas ou estratégias, que o discurso higienistas e sanitaristas passasse a fazer parte da prática da Câmara e das ações do poder municipal<sup>32</sup>.

Bauru não contava com médico ou farmácia. Havia a presença de curandeiros para realizar as tarefas de cura de todas as doenças, por meio de remédios caseiros ou as garrafadas (PELEGRINA, 2007). A primeira botica só abriu em 1895, sob cuidados de Adolfo de Oliveira Campos, prático em farmácia. Este fato mostra a preocupação com a saúde na cidade que se desenvolvia.

Na Ata de Câmara de 03 de abril de 1899, consta um requerimento de Gerson França, solicitando informações sobre a abertura de outra farmácia na vila:

Gerson França, prático de farmácia, querendo abrir nesta localidade um estabelecimento farmacêutico, e para que, precisando satisfazer as formalidades legais, vem requerer que vos digneis responder-me em sessão os itens seguintes: 1º - Se há ou não necessidade de mais uma farmácia nesta localidade; e 2º - Se desta localidade mais de 6 quilômetros da farmácia mais próxima. E sendo de justiça, o suplicante espera deferimento em 1º de abril de 1899. Gerson França (ATA DA CAMARA, 1899).

A Câmara responde de maneira positiva, informando a necessidade de mais uma farmácia, visto que “a existente nesta vila não preenche simples lacuna em tais fins de que se propõe”. O processo de melhorias urbanas ainda era lento e não acompanhava o crescimento populacional. Havia muitos outros assuntos de ordem da saúde para ser resolvida.

Nos primórdios da então Vila de Bauru, no que diz respeito ao saneamento e sistema de abastecimento de água, o líquido era retirado de poços particulares, por

---

<sup>32</sup> Para entender estas práticas higienistas em relação a saúde pública foram estudados os seguintes autores: Hochaman (1998), Chaloub (1996), Rezende e Heller (2008) e Andrade (1992).

meio de bicas ou mesmo direto do Rio Bauru e Córrego das Flores, visto que era a água mais próxima do núcleo populacional (DIÁRIO DE BAURU, 1972). Para maior comodidade, e destinados àqueles que podiam pagar, existiam os aguadeiros que vendiam água trazidas dos córregos e levadas de casa em casa, em barris transportados nas carroças.

Na Ata da Câmara, em sessão extraordinária, no dia onze de novembro de 1899, presidida por Francisco de Souza Barbosa, consta que Domiciano Silva fizera indicação para que mandassem fazer limpeza geral na servidão pública da Água das Flores. Tal solicitação se deve ao fato de que as águas estavam cheias de imundícies<sup>33</sup> e pelo fato de este manancial ser utilizado para fornecer água a população.

No cotidiano bauruense do final do séc. XIX não existiam: eletricidade, ruas pavimentadas, água encanada, rede de esgoto, veículos automotores, trens, bandas, clubes, escolas e hospitais como nos centros mais adiantados. Problemas com a higiene urbana, a saúde pública e início da construção da infraestrutura precária até o momento definia o cenário urbano da cidade. Na imagem podemos ver o terreno onde hoje encontramos a praça Rui Barbosa<sup>34</sup>, área central de Bauru.



*Figura 15 - Largo da Matriz (Atual Praça Rui Barbosa) - 1910*

*Fonte: NUPHIS*

---

<sup>33</sup> Ver Ata da Câmara do dia onze de novembro de 1899.

<sup>34</sup> Destaque, ao centro para o jornal "A Cidade de Bauru", de propriedade do Sr. Nelson Noronho Gustavo, a esquerda a farmácia "Alliança" de propriedade do sr. Custódio Araújo Leite e, ao lado, prédio da casa Fratogiane, de propriedade do sr. José Fratogiane (NUPHIS).

Esta comunidade, voltada para a economia agrícola, modificava-se e desenvolvia-se com a aproximação dos trilhos da Sorocabana. E as mudanças estruturais começavam a despontar neste distrito. No início do século XX chegava a expansão urbana e com ele todos os problemas oriundos do crescimento populacional desenfreado.

### 2.1.1 O papel das ferrovias

Quando alguma companhia ferroviária definia o patrimônio em que se instalaria uma estação, os ânimos locais certamente mudavam, novas perspectivas surgiam em vista de um futuro melhor para o lugar (GHIRARDELLO, 2010, p. 151).

A vinda da ferrovia foi importante para o desenvolvimento econômico, social e urbano de Bauru (CASTRO, 1993). Podemos considera-la como o momento de ruptura com o ambiente rural da então Vila de Bauru para a construção de uma cidade modernizada, embelezada e higienizada pelos trilhos do progresso que chegava, que seria idealizada pelas elites locais. Neste contexto podemos verificar o surgimento da Ideologia de Higiene (CHALHOUB, 2006) sobre este ambiente urbano, com a finalidade de sanear a cidade dos problemas da sujeira, das doenças e da pobreza.

O higienismo contribuiu para a proposta de novos planos urbanísticos em diversas cidades, por meio de abertura de vias, infraestrutura, redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, com conseqüente aumento da poluição hídrica, motivados pela crescente urbanização e industrialização (CONSTANTINO, 2005, p. 42).

A ampliação da rede ferroviária foi fundamental ao processo de ocupação e expansão, norteando o traçado da nova cidade que se formava. Entendemos que a ferrovia, possibilitou vida econômica ao futuro povoado, como também, garantiu acessibilidade e escoamento da produção, e influenciou nas alterações do desenho urbano do município de Bauru. MATOS (1990) entende o valor da ferrovia como:

A chegada dos trilhos é quase sempre um marco na história de uma cidade. Com a Estrada de Ferro vem todo o aparelhamento que ela exige, especialmente quando a cidade, por alguma razão, é escolhida para sede de qualquer atividade especial da estrada: armazém, oficinas, escritórios, ponto de cruzamento de trens ou local de baldeação (MATOS, 1974, p.197).

É importante ressaltarmos que na Europa as estradas de ferro eram construídas buscando interligar as cidades já consolidadas. No entanto, no Brasil, em diversas regiões, a ferrovia foi construída com o intuito de formar cidades.

(...) na Europa a estrada de ferro procura a cidade, isto é, o centro demográfico e o núcleo econômico já formado e estratificado. Aqui no Brasil, por uma fatalidade do continente, é forçada a procurar o deserto. (...) Em vez de unir centros fabris e agrícolas de vida já intensa e muito próximos uns dos outros, como na Europa, o caminho de ferro foi entre nós um criador de cidades (SILVA, 1957, p. 80).

Neste raciocínio, Marx completa que: “E a locomotiva representou, também, uma nova etapa no desenvolvimento das cidades que alcançou. Tanto pela porta que abriu – a estação ferroviária – como pelo impacto desta no tecido urbano pré-existente” (MARX, 1980, p. 114).

A ferrovia foi responsável pela viabilidade do patrimônio ou vila, agregando valor para sua existência, uma vez que tinha a responsabilidade de facilitar o escoamento dos produtos de exportação – principalmente o café. No caso de Bauru, a ferrovia propiciou a ligação da vila a São Paulo e as outras cidades do interior que estivessem ligadas a ela.

Já no primeiro Código de Postura Municipal de 1987, no Capítulo XII artigo 156, percebemos a menção do importante papel da ferrovia para o desenvolvimento da Vila:

A Camara entrará em accôrdo com a Companhia de Estrada de Ferro União Sorocabana e Ituana para o estabelecimento de uma linha telegráphica ou telephonica, que ligue esta via a estação mais próxima da mesma estrada, mediante favores, garantia de juros e condições que não onerem excessivamente o cofre municipal (Lei nº 8 de 20 de dezembro de 1897).

Com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana em 1905 estabeleceu-se a comunicação entre a capital paulista e o centro oeste do estado, que fazia fronteiras com Mato Grosso e Paraná. No mesmo ano, a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil iniciou suas obras na cidade de Bauru, seu quilometro zero, em direção ao Mato Grosso.

Neste momento temos a ruptura com a antiga condição rural que se encontrava a cidade. No início do século XX, em Bauru, surge a figura do engenheiro como norteador de políticas urbanas, e os responsáveis tanto na elaboração quanto na execução de planos de melhoramentos e embelezamentos para a cidade. Como

exemplo de atuação temos o engenheiro Saint Martin, responsável pelo primeiro projeto de água em 1912.

Nas figuras, o cenário de Bauru em 1906 e 1907, onde aparecem a região do povoamento inicial e o Ribeirão Bauru. A população do Município contava, nos anos de 1905, com aproximadamente 600 habitantes, e mais tarde, em 1908, com 8.000 habitantes<sup>35</sup>. A cidade crescia e surgiam outros problemas na vida cidadina. Um novo código foi sancionado: o Código de Posturas de 19 de fevereiro de 1906 (Lei nº1)<sup>36</sup>, no Governo de Azarias Ferreira Leite.



*Figura 16 - Rua Araújo Leite (1907)  
Fonte: DAE BAURU*

---

<sup>35</sup> Dados encontrados em recortes de jornal, no Núcleo de Pesquisa Histórico da Universidade Sagrado Coração (NUPHIS). Não há referências de nome do jornal ou data de publicação.

<sup>36</sup> Não foi tarefa fácil a tradução deste código, uma vez que a escrita à mão livre era rebuscada e de difícil leitura.



*Figura 17 - Vista Geral de Bauru (1906)*  
*Fonte: Museu Histórico Municipal*

Preocupações urbanas foram delineadas e trabalhadas neste código, que se tornava mais detalhado para a resolução das novas dificuldades e no qual delineava-se uma cidade que se desenvolvia. Temas importantes para a solução de problemas do município foram abordados: organização do município; questões relacionadas às ruas, avenidas, praças e edificações; também às intendências e profissões, balanças, pesos e medidas e aferições; fábricas e oficinas; agricultura; viação pública; matadouro municipal; mercado municipal; cemitérios e enterramentos; segurança pública, trânsito de veículos; pedreiras; animais soltos; costumes; armas e jogos proibidos; higiene nas ruas e praças; habitações insalubres, higiene da alimentação; cocheiras e estábulos; policiamento; precauções contra moléstias transmissoras; vacinação e revacinação. Estes itens compunham a estrutura principal da lei.

Os pensamentos higienizadores e embelezadores ganhavam força. A preocupação com as águas de abastecimento e a poluição das mesmas eram evidentes. O artigo 12, no parágrafo 4, já apontava a metragem de segurança para a construções poluidoras: “São proibidas dentro do perímetro urbano: (...) Parágrafo 4: Latrinas ou estrebarias próximas as casas, entornos, pontes ou ribeirões de uso público ou particular, a menos de 10 metros”.

Mantendo este enfoque da higiene urbana, fica evidente o cuidado com escoamento das águas superficiais, evitando seu acúmulo em locais públicos, o mal cheiro e a proliferação de doenças. O artigo 101 indicava que: “Ninguém poderá, sob qualquer pretensão, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelas calhas e sarjetas das ruas, praças, ou logradouros da vila e dos arrabaldes, desordenando, alterando, deteriorando ou obstruindo”.

A lei, ainda estabelecia uma punição rigorosa para os infratores, sendo multa de 10\$000 e obrigação de repor tudo ao estado primitivo, no período de até seis horas.

No quesito embelezamento urbano, podemos encontrar na lei artigos que tratavam a questão do lixo nas vias e praças públicas. Fica bem clara a preocupação, por parte do poder Municipal, com a paisagem urbana naquele momento, em criar regras para gerir o cotidiano da cidade que se modernizava.

No que se refere às questões sanitárias, percebemos que os códigos de posturas se transformaram em ferramentas no controle urbanístico, norteando a organização de crescimento da cidade, focando o funcionamento de suas atividades produtivas.

No entanto, as posturas de 1906 não apresentavam capítulos referentes às questões das águas de abastecimento e esgotamento sanitário, embora a população já reivindicasse estes serviços.

Na Ata de Câmara de 08 de novembro de 1906, constava que: “(...) Pelo Sr. Pitlet foi apresentada uma proposta<sup>37</sup> para o fornecimento de água, luz eléctrica e rede de telefonia nesta Villa” (ATA DE CÂMARA, 1906, p. 81). Neste contexto fica clara a atenção a estes melhoramentos por parte da população e da própria Câmara, já que foi indicada, na mesma sessão, a criação de uma comissão especial para “assessorar a referida proposta e dar parecer, com poderes de modifica-la de acordo com o proponente e sendo apropriada para a comissão”. Fizeram parte da comissão os vereadores: Gerson França, Álvaro de Sá e Mario Firmino.

Tal documento foi apresentado para a Comissão e redigido um contrato dando continuidade aos serviços. A Ata de Câmara de 13 de dezembro de 1906

---

<sup>37</sup> Não tivemos acesso a esta proposta. Não consta nada em Ata de Câmara e, muito provavelmente este documento tenha se perdido.

apresentava um requerimento do Sr. Charles Pitlet solicitando mudanças em relação ao contrato para os serviços de água a ser implantado na cidade:

Exmo. Sr. Presidente e mais membros da Camara Municipal da Villa de Bauru. O abaixo assignado sendo assignado com esta Camara Municipapl contracta para o abastecimento d'agua e leis nesta Villa, informo seguintes modificações no mesmo contracto: 1º Em na clausula 2º sejam marcado pela Camara Municipal os pontos em que devam colocar os chafarizes; 2º Em na clausula 4º em veis de - a juiso da câmara, diga-se conforme as necessidades da Villa; 3º Em na clausula 6º segmenta se – primarias uma em cada escola; 4º Em na clausula 7º suprima se – agua de 1º qualidade; 5º Em na clausula 17 acrescenta se – imediatamente (ATA DE CÂMARA, 1906, p. 119).

A partir deste documento, temos indícios de como seria esta proposta de abastecimento de água na cidade. Chama atenção o fato de que se pedia para suprir o termo água de primeira qualidade. Este fato nos causa estranheza, pois o serviço que estava sendo escolhido não iria apresentar padrão excelente do líquido a ser disponibilizado à população.

É notório que o tempo de debates relacionados com a implantação do sistema de abastecimento de água em Bauru foi longo, o que implicou em piorar a situação até sua definitiva solução. Estamos falando de uma primeira ação de proposta para o abastecimento, no entanto, a situação só começaria a ser resolvida em 1912, ou seja, seis anos depois.

A falta de água foi uma séria dificuldade enfrentada pela população, que era reclamada nos meios de comunicação, como por exemplo os versos encontrados no jornal O BAURU:

Água e Luz

Correm lagrimas a flux,

Aquem curte sua magua,

Somente, não corre a agua, que vem trazer-nos a luz! (O BAURU, 1907)<sup>38</sup>

E, nesta outra matéria, o jornal mostrava sua indignação com a falta do líquido e sua importância em relação ao estado sanitário do município, sugerindo à

---

<sup>38</sup> Ler Jornal o BAURU de 26 de maio de 1907, sessão Alfinetes, escrito por Ibiara.

municipalidade realizar um empréstimo para este melhoramento. A matéria relacionava a modernização da cidade com a implantação desta infraestrutura.

Dentre os melhoramentos que, força é reconhecer, mais precisamos, é a água para o abastecimento público. Sabe-se que esse precioso elemento não pode uma população em dado momento evitar a interrupção do seu bom estado sanitário, ou manter-se incólume dos perigos das moléstias infecciosas. E, assim sendo, procuramos lembrar a nossa municipalidade a necessidade que se está impondo de ser quanto antes obtido recursos para essa grande necessidade pública, que seja o abastecimento de água potável a população. Nem se diga que exigimos coisa de espantar. Façamos nós um empréstimo, e cogitemos de tornar a Villa de Bauru um lugar moderno e cheio de conforto para aqueles que aqui vivem, trabalhando para o seu engrandecimento e prosperidade (O BAURU, 1907)<sup>39</sup>.

De início, verificamos um aumento populacional significativo em virtude das linhas férreas. SILVA (1957, p. 85) afirma que “Vilarejo incipiente com pouco mais de seiscentas pessoas à época do surto ferro-carril do município, Bauru, em 1908, já possuía uma população superior a 3 mil habitantes.”<sup>40</sup> PELEGRINA (1991) acrescenta que em 1910 Bauru já contava com 9 mil habitantes.

LANNA (1996) entende que se estabeleceu uma estreita vinculação entre o desenvolvimento da produção do café, o crescimento populacional e a chegada das ferrovias. Sendo assim, os problemas envolvidos na marcha pioneira foram tratados e considerados em virtude dos interesses dos fazendeiros e apresentados como interesses coletivos. Estas ações eram comuns no Estado de São Paulo e, Bauru não foi diferente. A vila se desenvolvia, e os poderes políticos e econômicos eram comandados pelos donos das terras.

Em 1910, a Companhia Paulista inaugurou o trecho entre Pederneiras e Bauru, formando o grande entroncamento ferroviário bauruense constituído por três grandes companhias (PELEGRINA; ZANLOCHI, 1991). Após as ligações ferroviárias o progresso da cidade tornou-se evidente.

A ferrovia assumia uma significação fundante dos princípios modernizadores do discurso oficial no imaginário urbano. Ela estabelecia uma analogia imediata com os benefícios do progresso e da técnica moderna para a civilização, representando a inserção da cidade nesse projeto (FARIA, 2003, p. 123).

---

<sup>39</sup> Ver Jornal o BAURU de 25 de agosto de 1907, sessão Assunptos Municipaes.

<sup>40</sup> Encontramos dados no jornal local O BAURU, datado de 20 de outubro de 1907, sobre o índice populacional de Bauru de 15 mil habitantes, sendo 4 mil na Villa. Sobre as edificações de comercio e serviços do período, haviam 150 casas comerciais, 5 fabricas de cerveja, 15 sapatarias e 5 farmácias.

Bauru recebia passageiros, cargas, malas postais e tudo mais que quisesse da capital. Muitos vinham residir na cidade que se formava em busca de empregos oriundos das ferrovias (PAIVA, 1975). Os comerciantes procuravam instalar suas casas de comércio bem próximo à estação ferroviária e ao longo dos quarteirões da rua que se dirigia à ferrovia. O mesmo aconteceu com os hotéis, construídos próximo à estação. Desta maneira, deu-se início a mudança do comércio, antes localizado na Rua Araújo Leite para a atual Rua Batista de Carvalho.

Com a chegada das primeiras turmas de engenheiros da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e mais tarde o começo da construção da mesma, simultaneamente ao prolongamento até ali das linhas da Estrada de Ferro Paulista e Sorocabana, a pequena então vila de Bauru (200 casas) começou a tomar logo grande incremento, e desde então até hoje continuou a aumentar tão rapidamente que atualmente sua povoação deverá atingir 6.000 habitantes, com 1.500 casas de boa construção moderna, amplas ruas alinhadas, abauladas e arborizadas, possuindo, além disso, água encanada, rede de esgotos, rede telephonica, luz electrica, grande igreja matriz e espaçoso grupo escolar modelo (ambos construídos ultimamente), dois teatros, matadouro modelo, três estações de estradas de ferro com respectivos edifícios, oficinas, etc., Santa Casa de Misericórdia com prédio próprio, três engenhos a vapor para serraria e benefício de café e arroz, cortume, fábricas diversas, etc., numa superfície urbana 150 hectares (MARTIN, 1914)<sup>41</sup>.

A implantação das três ferrovias no município definiu, não apenas o crescimento econômico da cidade, inserindo Bauru no polo cafeeiro, como também convergiu grande parte das ações do poder público no ambiente urbano.

Bauru se tornava importante entroncamento, transformando-se em centro regional, favorecendo o comércio, a prestação de serviços e seu crescimento. Neste viés se impõe o aumento populacional desenfreado e a falta de higiene na cidade, juntamente com as doenças. Na medida em que a cidade se expandia as discussões políticas se voltavam para uma nova área de ação. Medidas sanitárias precisavam ser tomadas para resolver estas questões.

## 2.2 Melhoramentos urbanos: primeiras ações higienizadoras

---

<sup>41</sup> Escritos do engenheiro Silvio Saint Martin transcrito da obra História da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NEVES, 1958, p.38). Verificar em: MARTIN, Silvio Saint. Álbum Gráfico do Estado do Mato Grosso. Janeiro de 1914.

A população de Bauru já não era mais a mesma. Com a ferrovia, muitas pessoas chegavam na cidade. Este processo trouxe modificação de hábitos, atividades comerciais e de serviços. Secos e molhados, alfaiates, caixeiros viajantes, entre outras ocupações, consolidariam a área urbana. O poder público municipal precisava realizar melhorias.

Mediante a ineficácia administrativa em relação aos interesses públicos, restava a população fazer reivindicações, e não foram poucas. Durante a pesquisa encontramos muitas reclamações e solicitações de ações higienizadoras e melhoramentos de serviços urbanos.

Para ANDRADE (1992) as ações higienistas estipularam modos de ser e viver, ou seja, modos de morar, de se comportar em público e no âmbito familiar. O autor entende que: “A higiene, enquanto uma técnica social, estará, pois, diretamente relacionada aos sentidos e as suas percepções, como também as representações feitas, por uma certa sociedade, das doenças e dos modos de cura” (ANDRADE, 1992, p. 17).

Com relação às reclamações populares, pelos argumentos do texto percebemos a insatisfação e indignação em relação ao cotidiano da cidade e ao seu espaço urbano, uma vez que os melhoramentos eram escassos. Isto fica evidente neste trecho de matéria do jornal:

(...) Bauru em vez de ir para a frente vai para traz. (...) Bauru já tem rendimentos para melhorar a sua situação. Não é bastante o enorme areial, que torna difícil andar em nossas ruas e ainda a buraqueira, o mau serviço administrado pela câmara e ainda o péssimo escoamento de águas servidas. Não é bastante notar que Bauru, com um colossal rendimento não tem uma carroça para remoção das águas servidas, não tem uma carroça para lixo, não tem um mercado, não tem teatro municipal, não tem água canalizada, não tem jardim, enfim não tem nada (O BAURU, 1909)<sup>42</sup>.

A temática das águas servidas que empossavam na rua causando mal cheiro, também eram lembradas nos jornais que circulavam no período. Em 27 de março de 1909, no periódico O BAURU, havia a solicitação de água canalizada para abastecer toda a população. Uma vez que a água era retirada de poços particulares, por meio de bicas ou mesmo direto do Rio das Flores. Segue o trecho publicado no jornal:

---

<sup>42</sup> Ver Jornal O BAURU de 5 de setembro de 1909, matéria intitulada: *Quantos e Quantas...* assinada por Afra.

“Água canalizada – A tempo foi estudada a cabeceira do rio Bauru para o levantamento dum aqueducto, que desse altura, para a canalização de água a esta cidade, a que a camara municipal desejava por em termo esse melhoramento tão útil a nossa população.

O povo, que marcha nos impostos, espera a muito para ver em que dá o projecto e o estudo, e, que até hoje deu em conversa fiada...

Seria muito justo que a nossa camara municipal pensá-se na captação da água a nossa cidade.

E os nossos edis dormem o sono profundo do silencio”.<sup>43</sup> (JORNAL O BAHURU, 1909).

Outras reclamações eram constantes e os assuntos de interesse urbano ganhavam espaço de discussão na imprensa oficial local. Os periódicos publicavam matérias denunciando o grave problema de falta de água e esgotamento sanitário em Bauru. Os textos dos jornais sinalizavam uma população sofrida. Atrelavam a falta de água como fator primordial para a causa das doenças. Em outra matéria do jornal O BAURU de 08 de maio de 1910, intitulada Água, trazia o descontentamento da população com a falta do líquido:

Não é de hoje que a infeliz população de Bauru sofre os maiores horrores devido à falta de água potável.(...) já 3 estudos foram feitos a tal respeito, e todos elles cahiram indolentes nos braços de Mafoma, e emquanto as nossas espertas e primorosas camaras, succedendo-se em uma verdadeira lei de delírio apathico, e continuam cada uma por si em procurar os melhores meios para desperdiçar o pouco dinheiro do herario publico, os abitantes são obrigados ao martyrio perpetuo da falta de água que os obriga a sujeição de águas imprestáveis de poços, que são ameaças permanentes de moléstias horríveis. Alguém levou a sério o problema de água em Bauru? (JORNAL O BAHURU, 1910).

A solução para o abastecimento de água apareceu no início da década de 1910, conforme veremos adiante, como premissa para o desenvolvimento econômico da cidade. A infraestrutura das águas levaria Bauru a se desenvolver e, com isto, cresceria junto o comércio e as indústrias. A falta do líquido, para uma urbe do porte de Bauru, era inadmissível.

Como também, naquele cenário quase rural, sem infraestrutura e nem calçamentos nas vias, dominada por lama e pó deveria ser mudado. Na área central, as atividades comerciais ampliavam-se e necessitavam de um ambiente favorável

---

<sup>43</sup> A transcrição do texto foi realizada da forma como o artigo se encontra escrito no jornal, por isso a grafia rebuscada.

para seu desenvolvimento. Pessoas transitavam nestas áreas, principalmente forasteiros. Desta maneira a cidade precisava romper com a insalubridade e dificuldades deste lugar. Como já vimos, das diretrizes instituídas em Ata de Câmara, a maioria das vezes era para resolver problemas da área Central.



Figura 18 - Rua Batista de Carvalho (1910).  
Fonte: NUPHIS



Figura 19 - Rua Batista de Carvalho (1910)  
Fonte: NUPHIS

FARIA (2003, p. 117) destaca que: “(...) mudanças importantes, provocadas pelo desenvolvimento da atividade agrária monocultora do café, estão relacionadas às melhorias das condições urbanas”. Bauru precisava ampliar a rede de serviços urbanos oferecidos à população, públicos e privados, para atender a demanda, no qual vimos nas solicitações em jornais. Era necessária a execução de infraestrutura apropriada ao desenvolvimento que acontecia.

A cidade moderna nascia marcada pela técnica e pela internacionalização: imigrantes, ferrovias, novas posturas municipais, criação e variação de novas atividades econômicas e mudanças no estilo de vida. A preocupação com o desenvolvimento da cidade, fez com que se estabelecesse novos ordenamentos: alinhar, limpar e embelezar.

Era a modernização que chegava ao município, materializando-se por meio das políticas de intervenções urbanas, caracterizadas por um urbanismo associado ao sanitarismo e a engenharia. Assim sendo, os melhoramentos urbanos foram essenciais para a cidade que evoluía.

MUMFORD (1982, p.238) argumenta que: “(...) os três exemplos, esgotos, encanamentos de água e vias pavimentadas, as inovações da engenharia real não desconhecidas em cidade e regiões mais antigas foram convertidas em grandes formas coletivas, servindo as massas urbanas. ” Contudo, onde a necessidade desta infraestrutura era maior – ou seja, locais de maior demanda populacional - menores os melhoramentos mecânicos, pois estes atingiam apenas a elite.

Neste enfoque, CONSTANTINO (2005) entende que o higienismo contribuiu para a proposta de novos planos urbanísticos brasileiros, com abertura de vias, redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, acarretando em aumento da poluição hídrica, motivados pela crescente urbanização e industrialização.

É importante salientar que os melhoramentos urbanos não são apenas de ordem técnica, mas conseguem atingir a melhoria social. Nesta linha, tem-se que:

(...) a ideia de que as reformas urbanas – vale dizer, o saneamento e embelezamento das cidades - constituem a via pela qual é possível se atingir a melhoria social, elevando-se o padrão moral das classes populares, surge como princípio comum tanto a higienistas sociais, quanto a sociólogos ou partidários da “ciência das cidades” (ANDRADE, 1992, p. 24).

Em Bauru, os serviços de infraestrutura ganharam visibilidade. Surgem, neste período, grandes construções, projetos de iluminação, água e esgoto,

calçamento, construções de praças públicas e arborização urbana, entre outros melhoramentos. As ações que a municipalidade definiu, no sentido de dotar a cidades de melhorias, podiam ser vistas, principalmente, após a chegada das ferrovias.

A primeira experiência da luz eléctrica desta cidade, com resultado satisfactório, foi feita na noite de Domingo, 11 do corrente. Eram nove horas da noite quando a bellissima luz surpreendeu os Bauruenses; pouco depois apagou-se para reaccender-se as 11 horas. (...) A inauguração official foi realizada no dia 16 do corrente(...)" (O BAURU, 1911)<sup>44</sup>.

A iluminação elétrica pública foi inaugurada em 1911. No entanto, os discursos apontando sobre a necessidade de iluminação começaram em 1906, quando o francês Charles Pittet<sup>45</sup>, em Ata de Câmara de 19 de outubro de 1906 propõe fornecer serviços de água, luz e telefones a cidade.

Para a iluminação elétrica pública<sup>46</sup> era proposto que fossem colocadas 200 lâmpadas de 16 velas nas praças e ruas, e que iriam funcionar das 6 da tarde as 4 da manhã. A câmara aprovou a concessão por 20 anos, contudo a proposta não foi consolidada. Neste período existia uma iluminação pública precária a base de:

(...) lampiões de querosene dentro de um quadrilátero de vidro, com copa afunilada, superpostos em postes de madeira oitavados pintados a óleo, colocados nas esquinas e no meio dos quarteirões e nas praças (PAIVA, 1975, p. 90).



<sup>44</sup> Ver Jornal O Bauru, datado de 16 de março de 1911, na manchete intitulada: Luz Electrica: Inauguração.

<sup>45</sup> Charles Pittet foi engenheiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

<sup>46</sup> Ghirardello discute sobre a iluminação elétrica pública: "De todos os serviços, era o mais complexo e caro, pois exigia a construção de uma usina geradora de força e luz, e, para tanto, grande trabalho técnico executado por engenheiros, fosse movida a água, vapor ou óleo" (2010, p. 165).

*Figura 20 - Iluminação Pública Elétrica*  
*Fonte: Jornal da Cidade - 1995<sup>47</sup>*



*Figura 21 - Iluminação Pública - Uso de Lâmpião (1908)*  
*Fonte: NUPHIS*

Outro melhoramento que impulsionou a cidade foi a rede telefônica<sup>48</sup> municipal para atender a cidade que se desenvolvia e entrava na fase da modernização e embelezamento. Os serviços chegaram em 17 de novembro de 1907, com o primeiro aparelho sendo instalado na casa comercial de Manuel Alves Seabra (PAIVA, 1975, p. 86).

Na ata da câmara de 7 de outubro de 1907 constava um requerimento do capitão João Antônio Gonçalves, pedindo concessão para instalar no município uma empresa para a exploração deste empreendimento, pelo prazo de 25 anos. Foi dado parecer favorável e a empresa ficou conhecida como Empresa Telefônica Bauruense.

Com o objetivo de construção de uma cidade bela e higiênica, a edificação de um hospital era necessária para coroar este processo. Em 1913 foi instalada a Santa Casa de Misericórdia, primeiro hospital da cidade. Esta melhoria foi fundada em tempos difíceis, visto que as questões de saúde eram enfrentadas com gravidade pelas autoridades sanitárias. Lembremo-nos que a modernização urbana estava

---

<sup>47</sup> Imagem publicada no Caderno “JC nos Bairro”, do Jornal da Cidade, na data de 27 de agosto de 1995.

<sup>48</sup> Nas propriedades rurais, o telefone foi uma conquista, pois favoreceu a transferência dos fazendeiros para a cidade, reduzindo seu contato pessoal e direto com as lavouras, agora possível com menos constância por causa do aparelho (GHIRARDELLO, 2010, p. 171).

sendo processada, os problemas sanitários existiam e, a água e esgoto foram implantados neste período. A cidade, ainda, era foco de doenças.

O contínuo aumento da população e a construção de moradias, que faziam o uso de variados sistemas de captação e praticamente a mesma quantidade de fossas sépticas, solicitavam este tipo de saneamento e infraestrutura (PELEGRINA; ZANLOCHI, 1991).

A ferrovia e o seu corpo técnico foram fundamentais para viabilizar a instalação das infraestruturas urbanas de que a cidade precisava, por meio de seus especialistas (GHIRARDELLO, 2010, p. 161). Sendo assim, na administração do prefeito e médico Dr. Álvaro de Sá, no período de 1908 a 1910, reconhecia-se a necessidade de cuidar da saúde pública, e a câmara aprovou o projeto de Silvio Saint Martin<sup>49</sup>, para equipar a cidade com abastecimento de água<sup>50</sup> e esgotamento sanitário. No entanto, as benfeitorias chegaram a população apenas em 1912 e eram de extrema importância para solucionar as questões relativas às epidemias, saúde e higiene urbana na cidade que se modernizava.

Com os melhoramentos sendo implantados, chegavam à cidade as primeiras indústrias beneficiadoras de café e arroz, o comércio e os serviços locais ampliavam configurando-se hotéis, hospedarias, marcenarias, empórios, açougues, bancos, lojas diversas, farmácias, sapatarias, alfaiates, médicos, dentistas e advogados.

Com o centro urbano consolidado, os grandes problemas cotidianos apareceram. Fatores de infraestrutura, transporte, econômicos e sociais promoveram mudanças no ritmo do desenvolvimento do município. Desta maneira, o Código de Postura foi novamente alterado em 24 de janeiro de 1913, sob a Lei municipal nº 56, no governo de Manoel Bento da Cruz. Foi um elemento importante na consolidação das ações higienizadoras, proporcionando melhorias para a cidade.

No Código, fica clara a preocupação em embelezar a cidade que se modernizava. Neste contexto, a qualidade construtiva das edificações, a adequação urbanística e a higiene são evidentes. Podemos perceber isto no artigo 22: “A municipalidade fiscalizará toda obra, construção ou edificações que se fizerem dentro

---

<sup>49</sup> O engenheiro fazia parte do corpo técnico na Companhia de Estrada de Ferro Noroeste.

<sup>50</sup> Sobre a evolução do sistema de fornecimento de água e coleta de esgoto estes assuntos serão tratados com maior ênfase no capítulo 3.

do perímetro urbano, com o fim de velar pela observância de quanto respeite a higiene e segurança das obras ou edificações e ao embelezamento da cidade”.

Neste momento a prefeitura emitia licença para a construção, que antes deveria ser aprovada por um engenheiro. Sendo assim, é notório o controle estético da cidade que se desenvolvia e se modernizava. A legislação corroborava para isto.

Um dos melhoramentos voltados para o embelezamento urbano foi a inauguração da praça<sup>51</sup> municipal Largo da Matriz<sup>52</sup>, em 1914, atual Praça Rui Barbosa. Na praça estavam presentes as intenções e necessidades relativos a questão sanitária, além do ajardinamento e arborização. Percebemos no local medidas ordenadoras e transformadoras do espaço urbano, pelo viés sanitário, social e estético.

(...) A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus frequentadores (Marx, 1980, p. 50).

No início do século XX, o largo da Matriz não se caracterizava como espaço de lazer para a população. Podemos perceber nas imagens de 1910, um local singular, com uma área basicamente plana, de terra batida, sem vegetação ou qualquer mobiliário, demarcada pelas construções do seu entorno, e presença de uma pequena capela<sup>53</sup>. O espaço formava o cenário de uma vila com características rurais, sendo que devido à aridez do local, era denominada jocosamente pela população de "saara".

---

<sup>51</sup> A praça Municipal teve vários nomes: Praça Largo da Matriz, Praça Régis Bitencourt e Praça Rui Barbosa.

<sup>52</sup> Muitos autores estudaram o tema da Praça da Matriz ou mais conhecida como Praça Rui Barbosa. Ghirardello, em *Aspectos do Direcionamento Urbano da Cidade de Bauru*, nos traz uma visão da história urbana da praça como o local de disputa entre a Igreja e a Câmara Municipal no período de formação urbana de Bauru. Em seu relato, nos conta como a capela foi destruída para dar espaço ao novo projeto de modernização urbana, e que a praça passa a ter outros eventos que não apenas atividades religiosas: “A nova matriz, inaugurada em 1915, não ocupava mais o centro da praça e sim um dos terrenos lindeiros sem nenhum destaque especial (...) ela se enquadrará ao entorno como um dos poderes locais, como a Câmara, as moradias burguesas da oligarquia, e o comércio, sem qualquer destaque especial de implantação” (GHIRARDELLO, 1992, p. 126). A autora Emília Falcão tratou o tema na Revista Paisagem e Ambientes: ensaio nº 22, 2006, p. 309-317; em um artigo intitulado *Perda de patrimônio Paisagístico: Praça Rui Barbosa, Bauru-SP*, sob o olhar baseado nas implicações da execução de um projeto paisagístico de 1991, como projeto de revitalização de área central. O artigo faz uma leitura do espaço em diversos períodos, estabelecendo relações entre mudanças de formas e apropriações da população. E, sob um ponto de vista histórico, Paiva (1975) estuda a praça com um olhar memorialista e saudosista, onde explica como se localizava a 1ª matriz da cidade: (...) e chamava-se Largo da Matriz. Esta denominação era dada pelos moradores do vilarejo, porque ali, onde hoje, se ergue a sua característica tradicional dos belos tempos, o nosso coreto, estava plantada a pequenina igreja de barrotes e telhas, templo católico que usufruía o nome título de Matriz (PAIVA, 1975, P. 57).

<sup>53</sup> A capela foi demolida em 1913, com o objetivo do prolongamento da Rua Batista de Carvalho, que se tornaria uma importante rua comercial da cidade durante o século XX. A praça reforçaria a relevância desta rua.



*Figura 22 - matriz do Divino Espírito Santo (1910)*

*Fonte: NUPHIS*



*Figura 23 - Praça da Matriz do Divino Espírito Santo (1910)*

*Fonte: NUPHIS*

A inauguração da nova Praça da Matriz urbanizada, representava a concretização de criação de um espaço de lazer para a sociedade, carente de áreas com esta função urbana. Certamente a elite se apropriou deste local para realizações de festas e manifestações de ordem religiosa.

Importante dizer que tal praça não deve ser pensada isoladamente dos projetos de melhorias. Por sua condição de centralidade na cidade, grande investimento do setor público foi voltado para ela, e a partir daí, em seu entorno seriam construídos importantes edifícios. GHIRADELLO (1992, p. 127) afirma que o entorno da “Praça Municipal será o espaço mais disputado para as moradias burguesas”.

A materialização arquitetônica da praça mudaria, não somente a estrutura física territorial do espaço, como também, traria uma nova dinâmica social, privilegiando o embelezamento urbano na área central do município.

A praça se consolidaria símbolo da modernização neste período. Desta forma, entre a higiene do espaço público e a ordem urbana, se valida o processo de evolução da cidade.



Figura 24 - Praça Rui Barbosa (década de 1940), configuração implantada em 1914

Fonte: NUPHIS



*Figura 25 - Praça Rui Barbosa – década de 40  
Fonte: NUPHIS*

Comparando as imagens, podemos perceber a busca pelo embelezamento e aformoseamento urbano, onde a praça cria um cenário de higiene urbana. A arborização, a implantação de edifícios públicos e os caminhos das áreas livres propiciavam condições aos usuários de desfrutarem de um local agradável e hipoteticamente livre de doenças.

Com relação ao local, houve a introdução de elementos como o ferro nos bancos e coretos, caminhos sinuosos, variedade de árvores e arbustos exóticos. A iluminação era feita por postes decorativos e foi executado, também, um grande lago.

Outro elemento que existia era um passeio público com calçamento nas alamedas, conforme os moldes das áreas públicas que eram implantadas em São Paulo e Rio de Janeiro, neste mesmo período. O projeto de Bauru foi executado pelo engenheiro Heitor de Andrada Campos e se equiparava com o projeto da Praça da República em São Paulo.

Tentava-se um enlaçamento visual do conjunto edificado e das áreas livres. Nisso, a infraestrutura tinha papel relevante, pois auxiliava na ordenação da cidade, dotando-a de calçamento, guias, sarjetas, iluminação, etc. (GHIRARDELLO, 2010, p. 184).

A saúde era outro problema a ser resolvido por meio de ações higienizadoras. A doença surgia do ambiente em que se vivia. Portanto a salubridade urbana era essencial para a saúde da cidade e de sua população.

Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificações dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer, ou ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde (FOUCAULT apud QUEIROZ, 1989, p. 93).

Em 1914 os trilhos da Companhia Noroeste ligavam Bauru a Porto Esperança, no atual Mato Grosso do Sul, perfazendo um total de 1273 km. “A produção do café aumentava e muitas pessoas vinham para a região em busca de trabalho” (GHIRARDELLO, 2002). O progresso e o desenvolvimento da cidade de Bauru geraram um crescimento desenfreado e desordenado, culminando em mais problemas sanitários.

Desta forma, as pestes<sup>54</sup> se proliferavam. Muitas doenças, que poderiam ser combatidas com simples medidas de higiene, estavam por toda a parte e não escolhiam classe social. A abertura dos trilhos da Noroeste trouxe a epidemia da malária devido à destruição das florestas. A situação agravou-se quando surgiu e se disseminou a “Úlcera de Bauru”, uma epidemia de Leishmaniose que provocava chagas na pele das pessoas.

A legislação sobre saúde<sup>55</sup> e higiene resultou de ordem econômica e social. Foi criada, não em função do crescimento do sentimento humanitário, mas pela compreensão da importância da saúde do trabalhador no contexto do capitalismo e da interdependência sanitária, sendo o microrganismo o seu elo (HOCHMAN, 1998).

Assim sendo, a medicina urbana constitui-se para as condições do meio e não mais para os indivíduos. Neste momento, a maior preocupação era fazer o ar e água circularem e livrar-se dos agentes contaminadores. Daí a necessidade de sanear a cidade.

---

<sup>54</sup> Segundo Andrade “cidade e peste são duas palavras que parecem estar associadas ao longo da história da humanidade, bem como as descrições de uma cidade pestilenta são recorrentes” (ANDRADE, 1992, p. 13). Para resolver os problemas de epidemias, as cidades brasileiras, inclusive Bauru, se utilizavam do cordão sanitário e quarentena. Somadas as estas práticas, para afastar as pestes da cidade, empregavam fumaças, fogueiras aromáticas, lavagens de cal branca, sem contar as orações e outros rituais da igreja. Ver em: ANDRADE, C.R.M. *A peste e o plano: o urbanismo sanitário do Engenheiro Saturnino de Brito*. 1992. (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.

<sup>55</sup> Sobre a implantação de uma política nacional de saúde no Brasil na Primeira República, ver o trabalho de HOCHMAN (1998).

(...) ao contrário dos países europeus, que sanearão suas cidades e as embelezarão como uma reação a ordem caótica nelas instaurada pelo capital, no Brasil o urbanismo sanitaria irá preparar as cidades para a industrialização, criando assim condições para o desenvolvimento de novas formas (...) (ANDRADE, 1992, p. 6).

Alguns estudos, como os de BENÉVOLO (2011), CASTRO (1993), REZENDE e HELLER (2008), HOBBSAWN (1992) e BEGUIN (1991), trazem que os agentes da problemática condição sanitária de algumas das principais cidades europeias<sup>56</sup> do século XIX foram relacionadas ao espaço construído, ao amontoado de pessoas nas cidades, e às transformações de ordem econômica e social com o desordenado crescimento populacional causado pela atividade industrial.

Ocorreram mudanças significativas na estrutura social dos países capitalistas (REZENDE E HELLER, 2008). Assim, ações de saneamento foram traduzidas no modo de vida das populações. O desenvolvimento do capitalismo industrial produziu difusão urbana, por meio de um processo de organização do espaço. Segundo CASTELLS (2000, p. 45): "(...) as cidades atraem a indústria devido a estes dois fatores essenciais (mão de obra e mercado) e, por sua vez, a indústria desenvolve novas possibilidades de empregos e serviços". Além disto, onde há elementos funcionais, como matéria prima e meio de transporte, a indústria acaba por promover a urbanização.

As máquinas apareciam como a expressão máxima do aperfeiçoamento das relações humanas. Estavam presentes nas fábricas, em melhoramentos introduzidos nas cidades, como: iluminação, serviços de esgoto, escoamento de águas, reordenamento do espaço urbano e nos sistemas de transporte (CASTRO, 1993).

Para ENGELS (1985), a rápida expansão da indústria exigia braços, assim sendo, os salários da mão de obra subiram e grande número de trabalhadores vindo das regiões agrícolas emigraram para as cidades. A população cresceu de forma rápida, porém quase todo crescimento veio da classe dos proletários, evidenciando a diferença de classes.

---

<sup>56</sup> A insalubridade da cidade inglesa no período da revolução industrial foi retratada por Engels (1985): (...) nesta parte da cidade não há nem esgoto nem banheiros públicos ou sanitários nas casas, e é por isso que as imundícies, detritos ou excrementos, de pelo menos, 50.000 pessoas, são lançados todas as noites nas valetas, de tal modo que, apesar das limpezas das ruas, há uma massa de excrementos secos com emanações nauseabundas, que só não ferem a vista e o olfato, como, por outro lado, representam um perigo extremo para a saúde dos habitantes (ENGELS, 1985, p. 47).

Os habitantes da vila, sobretudo a geração mais jovem, habituavam-se ao trabalho na fábrica, familiarizavam-se com ele e, logo que a primeira fábrica, como se compreende, já não os pode ocupar a todos, o salário baixa e, por consequência, vem-se instalar numa pequena cidade e pequena cidade numa grande cidade (ENGELS, 1985, p. 32).

Junto desta nova paisagem urbana industrial, caracterizada pelos avanços na tecnologia, cresceu o problema da falta da higiene e da proliferação dos miasmas, visto que as moradias eram superlotadas e sem as mínimas condições de salubridade. O arquiteto Benévolo afirma que: “(...) as fábricas perturbam as casas com fumaças e o ruído, poluem os cursos de água, e atraem um trânsito que deve misturar-se com o das casas” (BENEVOLO, 2011, p. 566). O saneamento aparece como necessidade para resolver tais problemas.

Entretanto, ocorreram diferentes repercussões no modo de sanear as cidades de acordo com o grau de desenvolvimento dos países:

Enquanto nos países desenvolvidos o processo de industrialização conduziu a que as políticas sociais fossem plenas e atingissem seus objetivos, no bloco dos países dependentes as sucessivas reformas sanitárias nunca alcançaram seu objetivo, por estarem sempre predominantemente vinculados aos interesses econômicos e a sua mercê, ficando grande parte dos problemas sanitários, notadamente os relacionados a população mais carente, relegada a um plano secundário (REZENDE E HELLER, 2008, p. 44).

É evidente a relação entre a produção da cidade, as condições de saneamento e o nível de saúde da população. Pode-se perceber um olhar de que era necessário sanear a cidade para promover a saúde e garantir a reprodução social e do capital. Sendo assim, as reformas sanitárias pautaram-se pela modernização nos modos de ações de sanear, já que os estudos envolviam questões demográficas, econômicas e a engenharia sanitária.

A evolução tecnológica e a industrialização nos países capitalistas possibilitaram “(...) a execução, em larga escala, de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, graças a produção de tubos, especialmente em ferro fundido, e ao aperfeiçoamento das técnicas construtivas” (REZENDE E HELLER, 2008, p. 63). O desenvolvimento do conhecimento científico e das técnicas de engenharia civil foram responsáveis pelas mudanças na saúde pública.

As ideias de reformas do século XIX estavam embasadas no mito que a produção afastaria o problema da desigualdade social, entretanto os problemas sociais, a insalubridade urbana e as epidemias fizeram parte do cenário deste período.

Para tanto, o Estado passa a interferir no controle da situação: com os novos ideais de reforma sanitária para alcançar objetivos sociais, o Estado garantiria a regulamentação e a legislação de ações públicas (HOBSBAWM, 1989). Pode-se perceber que o impacto das reformas sanitárias na Inglaterra repercutiu em países da Europa e nos Estados Unidos, inspirando vários na promoção de suas próprias reformas.

No Brasil, as questões urbanas dos pontos de vista econômicos, políticos e sociais, estiveram relacionadas ao acelerado crescimento das cidades entre o final do século XIX e início do século XX, devido às atividades agrário-exportadoras, como exemplo o café em São Paulo e Bauru.

Em Bauru, os espaços públicos e privados possuíam um cenário de degradação: águas sujas nas ruas e lixo acumulado. A Urbe se tornava um polo de infestação de doenças. Baseados em conhecimentos médicos legitimados, o poder público municipal se posicionava em um maior controle sobre as funções urbanas, focando no embelezamento urbano. Por meio de leis e decretos, fiscalizava as construções, o lixo passou a ser coletado, a população passava a receber mais vacinas, os portadores de doenças foram isolados, a questão das águas de abastecimento ganhava visibilidade. Os discursos higienistas surgem para solucionar estas questões, por meio de aprovação de novas posturas e demais ações sanitárias.

O Código de Posturas de 1913<sup>57</sup> trazia aspectos de direcionamento urbano voltados ao saneamento e a saúde pública. No capítulo da Higiene Municipal têm-se diretrizes para nortear a população a como se portar na urbe, minimizando assim os problemas com a saúde pública. Com risco de pagar multa caso não se cumpra o determinado.

“Art. 144 – É vedado lançar nas ruas, praças, valas e sarjetas ou encanamentos, corpos sólidos ou líquidos a salubridade pública, bem assim queimar folhas, cestos barricas, lixo ou qualquer outro corpo que possa corromper a atmosfera. Multa de 5\$000.

Art. 149 - Aquele que banhar-se nas fontes públicas, danificar ou lançar objetos imundos ou nocivos nas fontes, tanques, reservatório e aqueduto de onde saem ou por onde passam as águas destinadas ao abastecimento público, incorrerá em multa de 10\$”

---

<sup>57</sup> Ver Lei nº 56 de 24 de janeiro de 1913.

Na legislatura de 1914 a 1916 a Câmara Municipal diversificou suas preocupações em ações sobre medidas relacionadas a higiene e a saúde, principalmente a mortalidade infantil por: doenças gastrintestinais, moléstias epidêmicas e contagiosas, e a tuberculosa pulmonar. No período de 1915 a 1917, a vacinação contra a varíola atingiu 18% da população, calculada em 30 mil (PELEGRINA, 1996, p. 73).

Neste período a lei municipal vem com fraca tentativa de reverter o grave quadro de saúde pública por meio de normas sanitárias mínimas para a cidade, as construções, o comércio e os serviços (GHIRARDELLO, 1992).

Já no início da década de 1920, a cidade ainda não possuía nenhuma pavimentação. Isto iria contra os princípios do processo de modernização por que a cidade passava. A areia e a lama faziam parte da paisagem neste período e este cenário era contraditório em relação às pretensões higienistas da época. O calçamento era uma necessidade. “O calçamento, além de representar embelezamento, assegurava a manutenção das estruturas edificadas que não correriam mais o perigo de serem levadas pela chuva” (GHIRARDELO, 1992, p. 143).

Na ata de Câmara de 29 de outubro de 1923, folha 58, autorizava o prefeito a abrir edital de concorrência pública para o calçamento e sargeamento das principais vias urbanas. Contudo, somente em 1924, os serviços de calçamentos em pedras de paralelepípedos foram iniciados na cidade.

Importante frisarmos que tal melhoramento era regido pela legislação urbanística em vigor, as posturas de 1913, onde no artigo 3 tratando de ruas, avenidas e praças; no parágrafo 3 constava: “quando o calçamento for de concreto de cimento, não terá a superfície perfeitamente lisa, para que não se torne escorregadio”.

Ainda, no tocante às calçadas, encontramos nos artigos 7 e 8 diretrizes técnicas de como deviam ser executadas, ficando claro a preocupação com o embelezamento urbano. Como também, a responsabilidade de projeto e realização ficava por conta do proprietário.

Artigo 7: As calçadas das ruas, avenidas e praças terão 1 metro e cinquenta centímetros de largura, com declividade de 2% em sentido transversal e com sarjetas de 20 a 25 centímetros de profundidade.

Artigo 8: As calçadas ou passeios serão feitos a custos dos proprietários, depois de colocadas as respectivas guias e feita as sarjetas pela municipalidade”.



*Figura 26 - Avenida Batista de Carvalho, 1922  
Fonte: NUPHIS*

A figura mostra a Avenida Batista de Carvalho, na década de 1922 sem nenhuma pavimentação. GHIRADELLO (2010) é taxativo quando a discutir os primeiros serviços públicos das cidades do oeste paulista: “Os serviços públicos foram dos ramos preferidos para investimento do capital cafeeiro e iniciaram-se quase sempre a partir de pequenas empresas locais, patrocinadas pelos fazendeiros unidos a engenheiros e técnicos” (GHIRADELLO, 2010, p. 160).

Todas as implementações e melhoramentos urbanos consolidaram a modernização de Bauru. Significaram a integração da cidade nas mudanças que estavam ocorrendo em âmbito nacional, o qual remetia à busca pelo desenvolvimento capitalista que ocorria em todo território, transformações estas, que incluíam política de saneamento da cidade, embelezamento urbano, ordenamento, desobstrução e ampliação dos espaços (aos moldes haussmanianos).

No lugar de vielas e ruas estreitas, foram construídas largas avenidas, praças e áreas de circulação, incentivando na população o desejo de viver na cidade. E nesta transformação social, econômica e de costumes, o saneamento pelo viés do abastecimento de água e esgotamento sanitário como um ponto importante para a renovação urbana.

É evidente a necessidade e a importância do saneamento para solução destes problemas, que só começaram a acontecer de maneira sistemática após os anos 1920, quando os serviços urbanos ficaram mais bem organizados.

Medidas sanitárias eram necessárias para minimizar a situação, tais como: serviços de água e esgoto que atendessem a toda população da cidade, coleta e armazenamento adequado do lixo, limpeza urbana para higiene e embelezamento, coleta de águas pluviais para impedir proliferação de patologias, odor e acúmulo de águas servidas nas vias públicas. Os melhoramentos implantados colaboraram para embelezar a cidade de Bauru. No entanto, a população aumentava e as medidas sanitárias não acompanhavam a demanda, além de não atingirem toda a população. Os menos favorecidos, na maioria das vezes trabalhadores da ferrovia, que não podiam pagar pelos serviços, adoeciam.

Para FARIA (2003), melhoramentos urbanos e o embelezamento possuem tempos distintos, porém complementares. Primeiramente o poder público agia na cidade com a preocupação de favorecer a área urbana com infraestrutura disponível no momento, a fim de eliminar os traços que caracterizavam a cidade como ambiente rural. Num segundo momento, os embelezamentos passavam a ser primeiro plano nas decisões governamentais.

Sobre a aparência das edificações falou-se em embelezamento somente após 1909, pois já se ouvia falar em saneamento. A beleza deveria ser considerada em âmbito urbano, a fim de favorecer a paisagem urbana da cidade que se formava e se consolidava.

As residências<sup>58</sup> construídas neste período já possuíam condições mínimas de higiene, contando com alguns dos preceitos higienistas, como insolação e ventilação em todos os cômodos, conforme estabelecidas por legislação dos códigos de posturas e o Código Sanitário de São Paulo de 1894.

As vilas e cidades dessa época não dispunham de serviços urbanos relativos as redes de abastecimento d'água e esgoto, temas resolvidos no interior das casas urbanas pelo trabalho escravo: As cisternas d'água e os barris de dejeções, os famosos 'tigres', eram normais nestas casas (REIS FILHO, 1987, p 64).

---

<sup>58</sup> Importante falarmos que não é objetivo desta dissertação tratar sobre a evolução das plantas residências e sua relação com o saneamento e embelezamento em Bauru. Não encontramos nenhuma pesquisa sobre o olhar da evolução das construções acompanhando as políticas públicas de saneamento.

Mesmo que a cidade não tenha sido formada no período da escravidão (visto que a cidade se emancipou em 1896), as classes mais pobres, formadas por trabalhadores acabavam por fazer quase este papel para os mais abastados, em troca de um pequeno pagamento.

Em Bauru, as primeiras casas trazidas pelos habitantes iniciais, principalmente mineiros, traziam uma tipologia tradicional, que lembrava a colonial. Apresentavam planta retangular, com duas águas de telhado - uma caindo para a fachada e outra para os fundos - e dois oitões laterais.

Já que não havia redes de abastecimento de água e coletores de esgoto, não existiam banheiros e cozinhas com as devidas instalações hidráulicas nas edificações. Outro aspecto comum era a ausência de banheiros internos, estes, quando existiam, eram acréscimos no corpo da casa ou se localizavam no fundo do quintal, e por serem estruturas independentes da construção principal recebiam o nome de “casinha”.

Neste contexto, pode-se entender o que aponta Carlos Lemos: “E nos quintais ficavam a casinha – nas cidades sempre construídas sobre uma fossa negra”. Além disto, tem-se que: “Parecem que eram evitadas as construções no fundo dos lotes. Além da “casinha” e de uma ou outra cozinha “suja” de fora, nada mais” (LEMOS, 1976, p. 126).

### **2.3 As primeiras redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário**

Como vimos, a disponibilidade e distribuição de água potável e coleta dos esgotos foram sérios problemas para as ações de sanear e embelezar a cidade. No caso específico da canalização de água, as primeiras reuniões da câmara para discutir as questões pertinentes a sua falta datam de 1901<sup>59</sup>. Somente em 1904<sup>60</sup>, constava uma proposta dos agrimensores José Joaquim Cardoso Gomes e Pedro Francisco Raymond em realizar a planta cadastral da cidade, com o levantamento altimétrico das ruas e “faser estudo e projecto do abastecimento d’água potável para esta Villa,

---

<sup>59</sup> Ata de Câmara de 4 de fevereiro de 1901 constava que o vereador Ismael Marinho Falcão propunha: “(...) que esta câmara solicite do Governo o auxilio do fornecimento de canno de uma pollegada para o abastecimento de água potável nesta Villa”. Tal indicação foi aprovada unanimemente por todos. Nesta mesma ata foi discutido o assunto do esgotamento sanitário, onde o mesmo vereador sugeria: “(...) que a Camara Municipal chame concorrente por espaço de 30 dias para os concertos geraes das ruas desta villa, comprehendendo ditos concertos, exgottos, escavações, ets. e para a construção de 2 pontes (...)”.

<sup>60</sup> Ver Ata de Câmara de 21 de novembro de 1904.

apresentando, de tudo, perfil, memorial, e orçamento para a execução dos trabalhos relativos a este melhoramento”, por uma quantia de 2:000\$000. Na análise da proposta, os edis solicitaram que o valor dos serviços cobrados fossem de 1:500\$000. O projeto de abastecimento foi realizado, no entanto a proposta não foi executada e, novamente, Bauru ficava à mercê de sanear a cidade e oferecer a população água de qualidade.

Surge, em 1906, a proposta de Pitlet para a realização destes serviços, na sessão da Câmara de 23 de novembro do mesmo ano. A comissão, nomeada para discussão desta obra, sugestionava que fosse aprovada a concessão por 20 anos para o fornecimento de água, bem como um contrato de concessão<sup>61</sup> que trazia em discussão: o abastecimento público deveria ter 30m<sup>3</sup> de água durante as 24 horas distribuídos em 4 chafarizes; os registros de água não deveriam ser fechados a noite; as despesas com materiais, aquisição de mananciais, captação, desapropriações, transportes seriam por conta da empresa.

Em contrapartida a câmara tornaria obrigatório o recebimento do serviço de abastecimento de água potável em todos os prédios do perímetro urbano. Além disto, determinariam o fechamento de todos os poços existentes na área. Esta ação teve objetivo de doutrinar a população a utilizar a água encanada e, sanear os problemas de saúde pública, uma vez que sem esta lei as pessoas iriam utilizar águas de seus poços particulares sem terem nenhum ônus com o abastecimento.

Os contratos destas companhias com as câmaras reforçavam e citavam explicitamente o artigo dos códigos, de maneira a não restar dúvidas aqueles que, porventura, vivessem nas áreas onde o sistema estava implantado. Nem todos podiam arcar com as tarifas e as inúmeras reformas internas destinadas as instalações, bem como com os custos de canos, torneiras, hidrômetro e mesmo peças sanitárias. As empresas e a municipalidade tratarão a questão com rigor, a ponto de desalojar aqueles que não tivessem como arcar com os serviços (GHIRARDELLO, 2010, p. 169).

Quanto às taxas de pagamento e o fornecimento diário do líquido, assim ficaria definido, segundo a clausura nº 5 do contrato:

A empresa fornecerá aos particulares, água mediante as seguintes contribuições: por cada penna d’água de 250 litros diários, 4\$000 mensaes;

---

<sup>61</sup> Ata de Câmara de 26 de novembro de 1906 trazia o contrato da concessão. Em relação a manutenção do sistema, na cláusula nº 12, o contrato dizia que: “Fica entendido que as interrupções passageiras motivadas por arrebetamentos de cannos, seccas prolongadas, limpeza dos cannos e reservatórios, desarranjo de machinismos, serviço na distribuição e semelhantes, não darão logar a imposição da multa, uma vês que a Empresa procure, no mais breve praso possível, restabelecer o abastecimento normal”.

por 500 litros, 7\$000 mensaes; por 1000 litros, 12\$000 mensaes; por 2000 litros, 18\$000 mensaes (Ata de Câmara, 1907)<sup>62</sup>.

Notamos que neste período não havia a utilização dos hidrômetros para medir o fornecimento de água de cada consumidor, desta forma a cobrança seria realizada por cotas de litros fornecidos, ou seja, o serviço era contratado por pacotes de preços por volume do líquido. No entanto, os serviços não foram efetivados e, novamente, Bauru ficava sem o benefício de sanear a cidade e oferecer a população água de qualidade.

Conforme os interesses no combate aos problemas urbanos, como arruamento e ajardinamento de praças, arborização urbana, canalização de córregos, execução de pontes estavam ocorrendo (principalmente na área central), os discursos sobre o embelezamento e higienismo ganhavam força na Câmara. Era inadmissível que uma cidade em processo de modernização prosseguisse sem canalização de água potável e coleta de esgoto. Assim, sendo, os esforços das políticas públicas municipais se convergiram para estas questões.

O assunto sobre a canalização e fornecimento da água foi retomado, em 1908, na sessão da Câmara<sup>63</sup> pelo vereador Dr. Álvaro de Sá. Neste mesmo ano, apresentou-se na Câmara, pelo prefeito, uma proposta<sup>64</sup> do engenheiro Silvio Saint Martin<sup>65</sup> para os estudos preliminares de abastecimento de água para a cidade. Tal estudo foi aprovado pelos edis.

As discussões voltadas ao abastecimento tornavam-se mais evidentes em 1910, quando aumentaram as reclamações por parte da população insatisfeita. Apresentavam duras críticas às ações do poder público, principalmente da Câmara Municipal.

Não é de hoje que a infeliz população de Bauru sofre os maiores horrores devido à falta de água potável. Em todas as cidades novas, a primeira necessidade a qual os poderes administrativos prestam a máxima atenção, e o melhor apoio é ao fornecimento de água e a rede de exgottos; porem em Bauru não se pensa em tal forma. Já 3 estudos foram feitos a tal respeito, e todos elles cahiram indolentes nos braços de Mafoma (...)os abitantes são obrigados ao martyrio perpetuo da falta de água que os obriga a sujeição de águas imprestáveis de poços, que são ameaças permanentes de moléstias

---

<sup>62</sup> Ver Ata de Câmara de 21 de janeiro de 1907 que modificou as taxas de água do contrato de concessão de 26 de novembro de 1906. Os vereadores Manoel Alves Seabra, Gerson França, Dr. Álvaro de Sá e Mario Furquim participaram da aprovação deste contrato.

<sup>63</sup> Ver Ata de Câmara de 1 de junho de 1908.

<sup>64</sup> Ver Ata de Câmara de 6 de junho de 1908.

<sup>65</sup> O engenheiro fazia parte do corpo técnico na Companhia de Estrada de Ferro Noroeste.

horríveis. Todas as auctoridade médicas já condemnaram as aguas dos nossos poços, porem os camaristas até a presente data permanecem na mania de estudos das vertentes próximas. Alguem levou a serio o problema de agua de Bauru? (O BAURU, 1910)<sup>66</sup>.

A matéria nos chama atenção para um ponto importante: as águas dos poços estavam contaminadas. Era necessária esta infraestrutura na cidade. Cidades vizinhas já contavam com estes melhoramentos, tais como Jaú e São Manoel<sup>67</sup>. Bauru, cidade em expansão, não conseguia implantar ações higienistas importantes. Chegavam à cidade as primeiras pequenas indústrias beneficiadoras de café e arroz, o comércio e os serviços locais se ampliavam com hotéis, hospedarias, marcenarias, empórios, açougues, lojas, farmácias, sapatarias, alfaiates, médicos, dentistas e advogados, engenheiros.

Ainda assim, mesmo tais necessidade de melhorias continuavam as mais sérias na área urbana, e a questão do abastecimento estava longe de ser resolvida. Em 1910 houve nova discussão na Câmara sobre a exposição de diversos melhoramentos a serem implantados na cidade, inclusive para a o fornecimento de água:

(...) os estudos feitos pelo Dr. Aristóteles Pereira<sup>68</sup> sobre o abastecimento sejam submetidos a apreciação de três engenheiros<sup>69</sup> os quais darão parecer de acordo com a comissão de obras públicas. Uma vês favorável este parecer que será lido perante a Câmara, a está competirá resolver sobre o que ainda propõem o Sr. Vice-Prefeito: a necessidade para a execução deste melhoramento e de outros, do levantamento de um empréstimo e a imediata concorrência pública (Ata de Câmara, 1910)<sup>70</sup>.

Desta maneira, abriu-se uma concorrência pública<sup>71</sup> tanto para abastecimento de água, com os estudos preliminares, quanto para esgotamento sanitário<sup>72</sup>. Os estudos, projetos e instalação das redes domiciliares coletoras de esgoto ficavam por conta da empresa que participasse da licitação<sup>73</sup>. A Câmara, ainda,

---

<sup>66</sup> Matéria de capa intitulada: Água no Jornal O BAURU de 8 de maio de 1910. O exemplar pode ser encontrado no Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Sagrado Coração (NUPHIS).

<sup>67</sup> Ver Jornal O BAURU, na matéria reparos, datado de 31 de outubro de 1909.

<sup>68</sup> Os estudos foram embasados nos projetos do Engenheiro Saint Martin.

<sup>69</sup> O projeto foi analisado pelos engenheiros Misse no José Taveira, Pedro Soares de Camargo e José Gomes Parente, que derem parecer favorável.

<sup>70</sup> Ver Ata de Câmara de 4 de junho de 1910, página 70.

<sup>71</sup> Ver nota de Edital do Jornal O BAURU, 24 de julho de 1910.

<sup>72</sup> Importante frisar que vencido o prazo da concorrência nenhuma empresa enviou proposta. Assim, o vice-prefeito Francisco Gomes dos Santos prorrogou por mais 30 dias a concorrência pública para aqueles serviços. Ver Jornal O BAURU de 02 de outubro de 1910.

<sup>73</sup> Na Ata de câmara de 16 de julho de 1910, página 81. Cláusula 3 estabelece que: "não havendo ainda projeto ou estudos para a rede de esgotos, serão os mesmos estudos e projetos organizados por conta das concorrentes".

solicitou um empréstimo de 250 contos e cada vez mais a prefeitura municipal se endividava. No início de 1911, a prefeitura foi autorizada a comprar parte de terras da Fazenda Campo Redondo<sup>74</sup>, na área da nascente do Ribeirão Bauru, local onde seriam feitas a captação de água para abastecimento. Há uma maior preocupação com a qualidade destas águas, visto que os animais se utilizavam delas.

Com relação ao projeto e aos orçamentos da obra, novamente o eng. Silvio Saint Martin foi contratado e apresentou modificações nas propostas<sup>75</sup>. Neste período ele adequou o projeto de abastecimento de água, rede de esgoto e outros melhoramentos. No caso da água, ele teve que estabelecer “um novo estudo que teve que fazer uma linha adutora para abastecimento de água, na parte estudada e projetada pelo Dr. Aristóteles Pereira”<sup>76</sup>. Suas modificações de projeto e planilha de orçamento foram submetidas a apreciação da Diretoria de Obras Públicas do Estado de São Paulo, o qual os serviços foram aprovados e autorizados.

Todo este processo de estudos de mananciais, levantamento topográficos, projetos preliminares demandavam tempo e custo. Os meios de comunicação cobravam agilidade com estas ações, como visto na matéria de capa *Água e Exgottos* de 1911:

(...) apresentaram proposta para o fornecimento de água e instalação de exgotos, cousas esta de extrema necessidade para uma cidade tão povoada como esta e que se acha na vanguarda de um projeto invejado. Esta proposta, não prejudicando os interesses do nosso município, deveria ser aceita com a maior brevidade, afim de preencher uma lacuna tão sentida pelo povo, que ve-se obrigado comprar agua de mina para beber, em vista da completa falta de agua nos poços. (...) os poços ficam cavados a pouca distancia das latrinas; resultado disto que os restos líquidos, filtrando pelos pequenos espaços de terreno que os separa das aguas dos poços, escoam nestes, que geralmente são mais fundos do que as latrinas. (...) a continuação deste estado de cousas é um attentado a saúde publica, e a Camara Municipal, que é a única responsável desta enquanto a hygiene não se lembrar de Baurú, deve procurar os melhores meios para corrigir esta falta. A verdade é que falta agua em Baurú, o povo precisa de agua porque não pode beber Caxambu Vitalis ou Apollianaris, e deste que se apresenta quem a quer fornecer, a Camara deve tratar com a máxima urgência (O BAURU, 1911)<sup>77</sup>.

Alguns pontos devem ser destacados nos comentários do escritor da matéria: primeiramente a solicitação de agilidade para aprovação das propostas, uma

---

<sup>74</sup> Ver Na Ata de câmara de 08 de fevereiro de 1911, página 118.

<sup>75</sup> Ver Na Ata de câmara de 05 de abril de 1911.

<sup>76</sup> Ver Na Ata de câmara de 14 de junho de 1911.

<sup>77</sup> Ver jornal o Bauru de 05 de fevereiro de 1911. A matéria é assinada por Nero, escritor crítico sobre as ações da municipalidade, principalmente envolvendo águas e esgotos.

vez que a população estava carente do líquido. Outro ponto a ser discutido é em relação a preocupação com a saúde pública, novamente tratada nos periódicos, visto que os sistemas de fossas já estavam contaminando os poços. E, por fim, a crítica acerca das demoradas ações dos edis em resolver as infraestruturas. A situação se arrastou por mais alguns meses.

Na ata de 20 de setembro de 1911, o prefeito mostrou as 3 propostas<sup>78</sup> relativas à concorrência pública sobre os serviços de melhoramentos urbanos de água e esgoto, e pedia o estudo das proposituras e um parecer urgente sobre a situação:

Pedio mais que a Camara que resolvesse o mais breve possível, porquanto havia urgência de dotar a cidade com os melhoramentos projectados, estando já a população reclamando a falta dos mesmos. Foram as propostas e parecer do engenheiro despachados a comissão de obras públicas para dar parecer (ATA DE CAMARA, 1911).

Fica evidente um longo discurso por parte do poder público municipal e pouca ação a respeito da instalação desta infraestrutura que era tão necessária à cidade. No entanto as dívidas públicas aumentavam: a planta cadastral, os empréstimos para o saneamento e embelezamento da cidade foram responsáveis por endividar o município e quebrar os cofres públicos. Neste período foi solicitado um dos maiores empréstimos, por parte do poder público Municipal de Bauru, para a execução dos melhoramentos urbanos, cerca de 750:000\$000<sup>79</sup>, com a Ehtelburga Syndicate<sup>80</sup> de Londres. Uma soma exorbitante para um município que não arrecadava tanto. No entanto só foi possível receber uma parte deste empréstimo.

Com as ações de melhoramentos que estavam sendo instaladas na cidade, o poder público foi se endividando. Isto ocorreu devido aos gastos com importantes

<sup>78</sup> Em nota encontrada no jornal O Bauru do dia 16 de julho de 1911, contava que o prefeito abriu as propostas de concorrência pública para executar e gerir os serviços e apresentou a câmara municipal. A primeira do Sr. Dr. Sylvío S. Martin com “trabalhos completos, pela importância de réis 563:000\$000”; a segunda proposta Sr. Dr. J.J Cardoso Gomes com “ todos as obras menos matadouro, estudos, fiscalização e desapropriação, pela importância de réis 538 contos”; e a terceira do Sr. Coronel Rogerio Cezar de Andrade com “serviços completos, pela importância de réis 562:500\$000”. O prefeito ficou de dar parecer e retornaria a Câmara para as considerações.

<sup>79</sup> Na Ata de 08 de março de 1911 o vereador José Carlos de Figueiredo propunha novo empréstimos e explica os motivos: “Estando quasi pronta a planta cotada da cidade e o orçamento das obras de abastecimento de água, rede de esgotos, abaulamento e sargeamento das ruas que descem para a Paulista, da rua Primeiro de Agosto, praça Municipal trechos da rua Batista de Carvalho e mais melhoramentos, julgo de necessidade a Câmara votar já uma lei concedendo ao prefeito municipal poderes para contrair um empréstimo interno no paiz ou fora delle, até a quantia de Rs. 750:000\$000, pelo melhor tipo e melhores condições de juros, de acordo com o estado atual da praça, visto como esses empréstimos são demorados e deverem-se fazer logo as encomendas do material a importar da Europa”. Nesta mesma sessão de Câmara o prefeito apresentou o projeto de lei para o empréstimo que foi aprovado.

<sup>80</sup> Em relatório do então prefeito Manoel Bento da Cruz enviado a Câmara Municipal, em 04 de abril de 1913, referente a situação que se encontrava o município em seu mandato, encontramos dados sobre o empréstimo realizado com *Ethelburga Syndicate*. Tal documento trazia a informação que relativo ao empréstimo no valor de Rs. 750:000\$000contos ao tipo de 85 e juros a 6%, apenas a primeira parcela de Rs. 206:580\$000 foi paga em 27 de março de 1912. As demais parcelas, nos valores de Rs. 206:580\$000 e Rs. 224:340\$000 a serem recebidas em abril e maio, deixaram de serem pagas. Este documento está localizado na Câmara Municipal da cidade.

obras, tais como, desapropriações, instalações de pontes, canalizações e, principalmente de empréstimos que foram feitos pela Câmara com a finalidade de conseguir verbas para dotar a cidade de toda infraestrutura urbana que as cidades modernas possuíam. O endividamento do setor público acabou por incorporar a iniciativa privada na gestão urbana municipal, por meio de licitações e concessões, foram responsáveis em executar grandes obras de melhoramentos na cidade.

Somente no final de 1911<sup>81</sup>, em 20 de setembro, que foi celebrado o contrato com o Coronel Rogério César de Andrade, vencedor da licitação na modalidade concorrência pública<sup>82</sup>, para executar diversos melhoramentos urbanos, inclusive água e esgoto. O Engenheiro Sylvio Saint Martim, sócio do Sr. Coronel Rogério, deu início aos trabalhos de locação e andamento da implantação dos sistemas<sup>83</sup>.

Neste contexto, notamos a evidência que os serviços públicos foram os ramos preferidos para o investimento do capital cafeeiros, visto que o Coronel Andrade ficou responsável por estes melhoramentos, e tais fazendeiros, criariam pequenas empresas locais, unidos a engenheiros e técnicos para realizar estes serviços. Isto foi possível uma vez que o poder público não possuía verbas para aplicar em ações de embelezamento.

A presença da ferrovia e o corpo técnico trazido por ela, ou que teve sua vinda para essas novas cidades ensejadas a partir dela, foram fundamentais para a viabilização da instalação da infraestrutura urbana que precisava, necessariamente, de especialistas (GHIRARDELLO, 2010, p. 160).

No entanto, as medidas sanitaristas não acompanhavam a demanda, além de não atingirem toda a população. Os menos favorecidos, na maioria das vezes trabalhadores da ferrovia, que não podiam pagar pelos serviços, adoeciam, contaminados pela água sem tratamento.

“Toda infraestrutura executada pela iniciativa privada terá como fim o lucro, característica típica de qualquer outro serviço oferecido pelo capitalismo.

---

<sup>81</sup> Ver Ata de Câmara de 22 de novembro de 1911.

<sup>82</sup> Importante lembrar que os projetos de água e esgoto partiram de estudos realizados pelo engenheiro Sylvio S. Martin, contratado pela prefeitura, no entanto ele não venceu a licitação para implantar e gerir os serviços. Em nota do Jornal O Bauru de 30 de junho de 1911, O engenheiro faz considerações sobre as propostas: “(...) sinto sinceramente não poder competir com o amigo concorrente, por não ter a minha disposição empresa electrica, mas como simples morador desta futura Cidade, e para cujo desenvolvimento e progresso sempre procurei concorrer com todas as minhas fracas forças, desejo francamente que em vista de tamanha vantagem seja escolhida, mesmo que sendo a mais cara, a proposta de Cardoso Gomes.

<sup>83</sup> Em matéria publicada no jornal O BAURU, de 24 de setembro de 1911, trazia a notícia sobre o início dos serviços, na nota Água e Exgottos.

Portanto, só terá acesso a ela aqueles que puderem paga-la. Desta forma, apenas alguns setores urbanos, especialmente as áreas mais nobres, serão beneficiadas pela melhoria” (GHIRARDELLO, 1992, p. 104).

Em 5 de dezembro de 1911, no Jornal O BAHURU, tem-se a seguinte nota sobre os serviços de água e coleta de esgoto que estavam sendo implantados:

“...a zona servida pela rede é constituída pelo triangulo incluído entre as estações de ferro Sorocabana, Noroeste e Paulista, Rua Araújo Leite e Avenida Alfredo Maia, triangulo este que fica considerado como zona central, e beneficiado em todos os outros melhoramentos projectados. O resto da cidade atualmente não ficará contemplado nesses serviços além dos chafarizes necessários ao abastecimento d’água na parte alta da cidade.” (O BAHURU, 1911).<sup>84</sup>

Os serviços, como podemos ver na figura, restringiam-se à região do triângulo, sob a justificativa de que esses melhoramentos só poderiam ser instalados na área regularizada da cidade.

Apesar do atraso dos vereadores na implantação da canalização, é finalmente inaugurado, na gestão do prefeito Major José Carlos de Freire Figueiredo, em 1912, o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário na cidade, que passou a utilizar as águas das nascentes do Córrego das Flores e do Ribeirão Bauru (GHIRARDELLO, 2002; PELEGRINA, 1991). A Empresa que passou a cuidar destes serviços foi a Companhia de Águas e Esgotos de Bauru, onde o Coronel Andrade, por meio da Lei nº 45, ficou assegurado de concessão e privilégios na execução e gerenciamento destes serviços no prazo de 30 anos.

A lei outorgada, em 23 de agosto de 1912, para exploração de água e esgoto, em seu artigo 5º, informava que a partir da implantação do sistema, a municipalidade iria transferir ao concessionário todas as instalações públicas feitas nas redes até aquela data, incluindo os mananciais, terrenos e servidões, além do direito de desapropriações necessárias para o funcionamento dos serviços. Desta forma, percebemos que tanto a prefeitura quanto a câmara estavam isentas de responsabilidades, ficando a cargo da Companhia de Água e Esgoto de Bauru.

Para a eficiência e realização satisfatória destes serviços, a câmara municipal tornou obrigatória a adoção dos serviços de água e esgoto em todos os prédios servidos pelas redes mestras, “começando as taxas a serem cobradas imediatamente que for assentado o ramal até o alinhamento dos passeios dos

---

<sup>84</sup> A transcrição do texto foi realizada da forma como o artigo se encontra escrito no jornal, por isso a grafia rebuscada.

prédios” (BAURU, LEI °45, 1912). A empresa ficaria responsável por fornecer a população 1.000 litros, no mínimo, para cada prédio. Com relação as taxas<sup>85</sup> de consumo de água, o artigo 9º definia:

- 4\$000 mensaes de cada casa de valor locativo de 0 a 24\$000 anuais;
- 6\$000 mensaes de cada casa de valor locativo de 24\$000 a 48\$000 anuais;
- 8\$000 mensaes de cada predio de valor locativo de 48\$000 a 96\$000 anuais;
- 10\$000 mensaes de cada predio de valor locativo excedente de 96\$000 anuais;
- 15\$000 mensaes de hotel, restaurante ou outras habitações collectivas.

Os estabelecimentos industriais, estradas de ferro, etc, pagarão taxas que forem previamente ajustadas entre as partes (BAURU, LEI °45, 1912).

As taxas cobradas pela empresa eram referentes ao valor locativo de cada prédio contribuinte<sup>86</sup>, e não pelo consumo de cada lote, como é cobrado atualmente. Além disto, o fornecimento do líquido era baseado em especificação do Código Sanitário Estadual, de 1894, em que normatizava-se o fornecimento de água para as cidades: para uma população com até 10 mil habitantes, 100 litros/dia/pessoa, para população acima de 10 mil habitantes, 150 litros/dia/pessoa, no caso de mais de 50 mil habitantes, 200 litros/dia/pessoa.

Lembremo-nos que a modernização urbana estava sendo processada, os problemas sanitários existiam e, a água e o esgoto foram implantados neste período. A cidade, ainda, era foco de doenças. O aumento incessante da população - devido à implantação das ferrovias - e o crescimento gerando construções de centenas de moradias, que faziam uso de variados sistemas de captação de água e praticamente a mesma quantidade de fossas sépticas, requeriam este tipo de saneamento e infraestrutura básica (PELEGRINA, 1991).

A ferrovia e o seu corpo técnico foram fundamentais para viabilizar a instalação das infraestruturas urbanas de que a cidade precisava, por meio de seus

---

<sup>85</sup> De acordo com a lei 45º de 23 de agosto de 1912, no artigo 10º, o contribuinte que pagasse adiantado por semestre, teria desconto de 10% nas taxas.

<sup>86</sup> De acordo com a lei 45º de 23 de agosto de 1912, no artigo 13º “para efeito de cobrança das taxas são considerados prédios contribuintes toda e qualquer habitação independente, verificando-se essa independência ou pelo fogão ou pelo aluguel”.

especialistas (GHIRARDELLO, 2010, p. 161). Eram de extrema importância para solucionar as questões relativas as epidemias, saúde e higiene urbana na cidade que se modernizava.

O Governo do Estado, no final do século XIX e início do século XX passa a investir em melhoramentos urbanos e infraestrutura nas cidades do interior, embelezando-as e modernizando-as. Motivados pelas epidemias frequentes e necessidades de receber os imigrantes, chegavam a favorecer empréstimos para a implantação destes serviços. Estas ações higienistas significavam mais que uma melhoria local, mas sim uma solução para os problemas de saúde urbana. Lembremos que a ferrovia interligava as cidades e, com isto, a contaminação era frequente.

GHIRARDELLO (2010) explica que as cidades do oeste paulista apresentavam um padrão de instalação dos serviços de água:

Todo o processo de canalização de água começava com a análise dos mananciais existentes, em que se avaliavam o volume disponível e sua potabilidade. A partir daí, era elaborado o projeto do sistema, prevendo reservatórios, dutos principais e rede geral. Em seguida, construía-se a estação de captação. A Água era reservada numa grande caixa de alvenaria, e uma bomba elevatória movida a óleo ou energia elétrica a distribuía para uma ou mais caixa d'água, nos pontos altos da cidade. Daí, por gravidade, em tubos de aços adutores e caixas de derivação ramificaram-se em polegadas diversas, até chegar aos consumidores (GHIRARDELLO, 2010, p. 168).

Em Bauru, a infraestrutura do sistema de disponibilidade e distribuição domiciliar de água potável instalado, nos seus primórdios, era formada por duas caixas de captação de água que se localizavam em dois braços do Ribeirão Bauru: uma perto de sua cabeceira e a outra caixa ficou implantada próxima a nascente do Córrego das Flores (onde atualmente encontra-se o anfiteatro Vitória Régia).

O primeiro reservatório foi instalado em terreno hoje de propriedade do Bauru Tênis Clube (BTC), junto as atuais ruas Antônio Alves e Cussy Júnior. A empresa que ganhou a concessão destes serviços denominava Cia. de Água e Esgotos de Bauru, e durante os primeiros cinco anos explorou o serviço de abastecimento de água da cidade (PELEGRINA, 1972)<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> Ver PELEGRINA, G. R. O histórico serviço de água de Bauru. *Jornal da Cidade*. Ano VI n. 1586, 17 de dezembro de 1972.

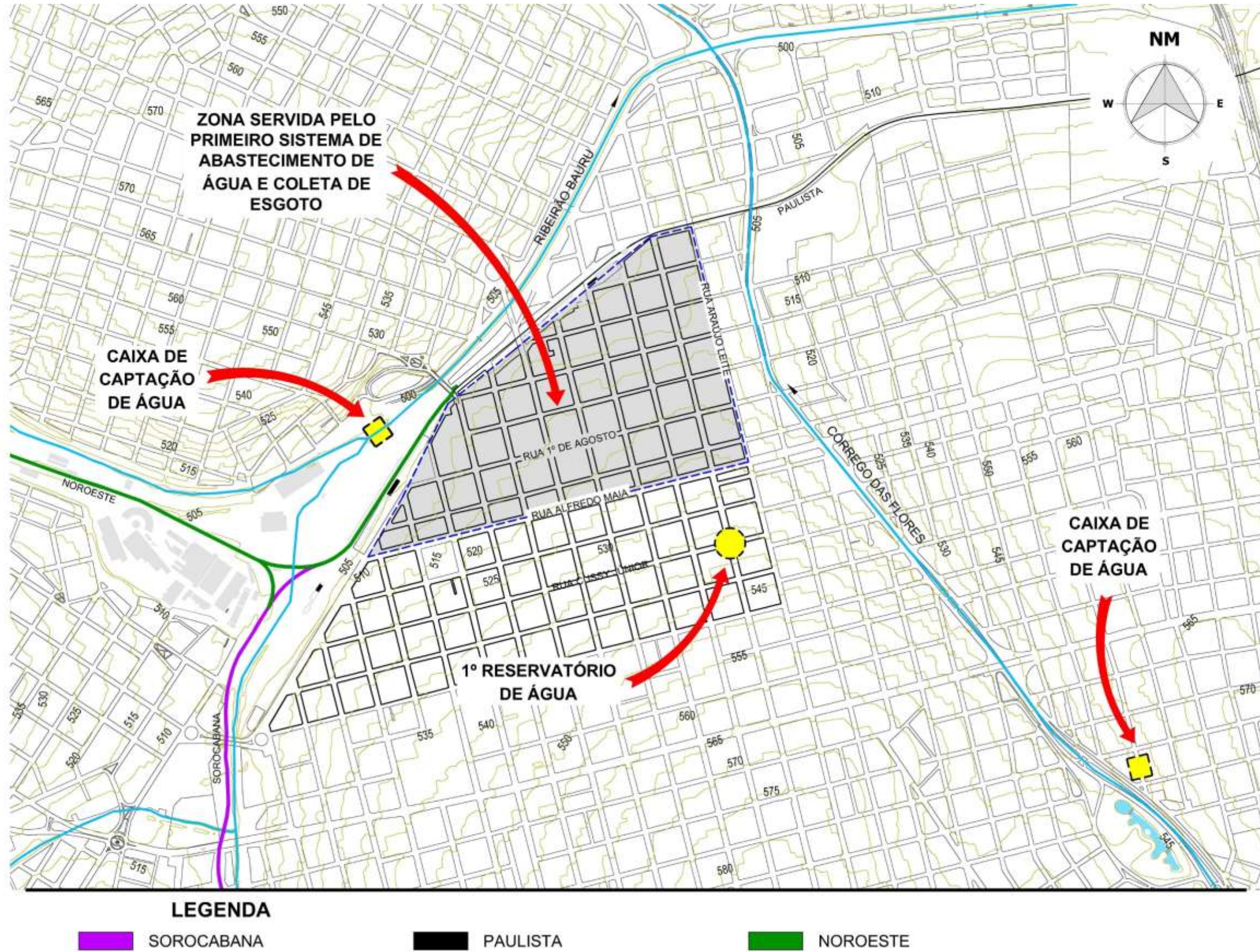


Figura 27 - Primeiros serviços de abastecimento de água e rede de esgoto.

Fonte: desenho da autora

Com relação a canalização dos dejetos, as redes de esgotos foram implantadas na mesma área das redes de abastecimento de água, conforme entende GHIRARDELLO (2010):

O serviço de esgoto frequentemente acompanhava a distribuição de água domiciliar, pois a água encanada sem seu esgotamento poderia trazer moléstias ocasionadas pelo encharcamento dos terrenos, particularmente quintais, pelo fato de águas servidas correrem livremente. Os esgotos passam a ser transportados in natura para os córregos ou rios por meio de tubos de cerâmica vidrada, chamadas manilhas, enterradas em profundidades variáveis. Para cada residência havia um ramal de captação, geralmente de 4 polegadas (GHIRARDELLO, 2010, p. 169).

A rede de esgoto também foi instalada apenas no perímetro urbano, como ocorreu com a infraestrutura de água. Era formada por tubulações coletoras mestras de 12 polegadas; ventiladores posicionados em cada quadra, apesar de o contrato e a regulamentação geral da Repartição das Obras Públicas do Estado indicar a colocação a cada 250 metros; oito caixas de descarga automática, para lavagem do sistema.

O jornal O Bauru de 1911 trazia dados sobre a rede de esgotos:

É conveniente também não esquecer que a rede de exgottos é dedicada exclusivamente a collecção de aguas servidas (cosinha, lavatórios, pias, etc) e das latrinas; é um absoluto excluída a hypotese de recepção de aguas pluviaes, systema esse que está abandonado há cincoenta annos como prejudicial e inconveniente ao funcionamento da rede de exgottos (O BAURU, 1911)<sup>88</sup>.

É notório que a implantação das redes tinha estreita relação com os interesses da ferrovia e de uma pequena parcela da população privilegiada – a elite dominante. A infraestrutura urbana e o saneamento vêm, neste período, favorecer apenas as camadas mais ricas da população.

---

<sup>88</sup> Ver Jornal o Bauru de 5 de dezembro de 1911, arquivado no Núcleo de Pesquisa Histórico da Universidade Sagrado Coração-NUPHIS-USC

Bauru: Consolidação urbana e expansão dos serviços de água e esgoto



### Capítulo 3 – Consolidação urbana e expansão dos serviços de água e esgoto

Como vimos no capítulo anterior, as infraestruturas das redes de abastecimento de água e coleta dos dejetos residenciais foram alcançadas nos anos de 1912. Esta ação higiênica foi significativa para a modernização e saúde urbana. Notamos que, naquele período, em Bauru, apenas discutia-se a questão da coleta e não do tratamento de esgoto<sup>89</sup>. Mesmo com a implantação das redes, estas não atendiam a toda a população da cidade, mas sim a apenas alguns privilegiados moradores do centro. A cidade se modernizava e a engenharia sanitária, por meio das infraestruturas, pautava o progresso urbano.

O traçado estabelecido constituía uma grande área central da cidade, como se tivessem sendo delineados limites considerados urbanos, ou um perímetro urbano. Para além dele, persistiam os mesmos problemas de falta de infraestrutura, e a população habitante dessas localidades permaneceriam, sem as mesmas melhorias da área central (FARIA, 2003, p. 165).

Os pobres utilizavam-se das águas do próprio Córrego das Flores, Ribeirão Bauru ou das bicas instaladas na cidade. Os que podiam, compravam dos aguadeiros ou de pessoas que possuíam poços particulares. Famílias inteiras se locomoviam até os poços artesianos<sup>90</sup> a fim de buscarem o líquido. Por muitos anos foi hábito famílias se locomoverem até as bicas dos poços artesianos de indústrias ou das ferrovias, que forneciam água gratuitamente. Utilizavam de latas, garrações, moringas e litros. A população que não era contemplada com os serviços de abastecimento, por meio de rede canalizada, tinha que buscar água em outros lugares. Em espaços públicos também havia tanques de águas para saciar a sede dos cavalos, mas com o crescimento da cidade estas grandes bacias de ferro fundido foram sendo retiradas. Em Bauru haviam duas: um localizava-se na Praça Gomes de Araújo e o outro em frente à velha estação da Paulista.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> Hoje, nos anos de 2016, a questão do tratamento de esgoto ainda é pungente, uma vez que a cidade não está com este sistema 100% implantado. Bauru joga 90% do seu esgoto *in natura* no Rio Bauru e seus afluentes: Córrego Água da Ressaca, Córrego Água da Forquilha, Córrego Água do Sobrado, Córrego da Grama, Córrego Água do Castelo, Córrego das Flores, Córrego Barreirinho, Córrego Água da Comprida, Córrego Água da Vargem Limpa e Ribeirão da Vargem Limpa. Apenas 10% do esgoto da cidade é tratado na Estação de Tratamento Candeia (ETE Candeia).

<sup>90</sup> Podemos citar como exemplo o poço situado na antiga fábrica da Anderson Clayton.

<sup>91</sup> Artigo publicado em jornal não identificado no período de janeiro de 1945 a dezembro de 1970. Tal material se encontra no Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Sagrado Coração – NUPHIS - USC



*Figura 28 - Utilização de Poços Artesianos*  
*Fonte: NUPHIS*



*Figura 29 - Bebedouros para animais próximo à estação da paulista*  
*Fonte: NUPHIS*

A população que não era beneficiada com as redes de esgotamento sanitário, por em sua grande maioria encontrarem-se fora da área central, remediavam com fossas negras nos fundos das casas. Os quintais eram áreas de acúmulo de dejetos e de águas servidas, ou seja, um grande foco de doenças.

O jornal do período trazia, em sua coluna Bauru e a Hygiene:

Esta cidade precisa se acautelar contra a calamidade de alguma moléstia grave. Não há nenhum cuidado com a hygiene publica. Há poucos dias falava-se do serviço de aguas e exgottos que seria uma realidade para todos dentro em breve. É possível, todos esperamos. Mas quem penetra os quintaes das casas desta cidade, nota em todas as latrinas, um cheiro nauseabundo, terrível, tonteantes. Isto degenera em epidemia. Não é só as latrinas; também as aguas servidas são despejadas logo a porta. Isto tudo é ameaçador da saúde pública, da prosperidade e do bem-estar desta cidade (O BAURU, 1912)<sup>92</sup>.

Percebamos, novamente no discurso higienista, a dialética entre saúde e infraestrutura, mostrando como a ausência destes serviços afetavam o cotidiano da população. Claro que a solução para a área central estava chegando, não de forma imediata. As redes já estavam sendo implantadas, no entanto seriam necessários alguns anos para a implementação satisfatória desta infraestrutura.

Outro assunto de relevância, tratado neste periódico, referia-se à construção da caixa d'água. O engenheiro Saint Martin captou o líquido na cabeceira do Córrego das Flores e trouxe a água encanada para ser armazenada, conforme projeto do sistema. Para melhorar o fornecimento do líquido à população, o engenheiro entendeu melhor construir “um pequeno chaffariz provisório na praça Municipal, afim de fornecer os moradores d'aquellas visinhanças, visto que quasi a totalidade dos poços acharem-se desbarrancados”<sup>93</sup> (O BAURU, 1912).

As políticas sanitárias, o higienismo e os pensamentos embelezadores são consolidados na forma de lei com o Código de Postura de 1913, quando apareceu, pela primeira vez, um capítulo dando diretrizes normativas sobre água e esgoto.

Logo no primeiro artigo do capítulo 5, o nº 66, podemos observar a obrigatoriedade das ligações de água de abastecimento na rede geral, onde há a canalização nas ruas. Caso não fosse efetuada a ligação, o proprietário da edificação seria multado:

É obrigatório o supprimento dágua pela rede geral do abastecimento para todos os prédios situado na área atravessada pelo encanamento geral. Pena de 30\$000 e na reincidência o dobro, sendo o prédio interditado (Código de Postura, 1913).

---

<sup>92</sup> Ver Jornal O BAURU de 21 de abril de 1912. O exemplar pode ser encontrado no NUPHIS-USC.

<sup>93</sup> Ver Jornal O BAURU de 28 de abril de 1912. O exemplar pode ser encontrado no NUPHIS-USC.

A questão do esgotamento sanitário é tratada no artigo 71, em que se normatiza que em todas as casas, ruas e quintais por onde passassem os coletores de esgotos seria “obrigatória a instalação dos respectivos aparelhos de coleta e sua ligação a rede geral”.

Ainda sobre o esgoto, no artigo 72, temos que: “Fica expressamente proibida a construção, mesmo dentro de quintais comuns, de obras de esgotos de qualquer natureza, as quais só podem ser executadas sob a fiscalização da Prefeitura. Penas, as mesmas do artigo 66”.

Para as ligações dos ramais, era necessário providenciar um requerimento ao prefeito e, cada lote possuiria apenas uma ligação, sendo proibidas as internas, de um prédio para o outro. Outro ponto importante, que tratava a lei, diz respeito as despesas de material para assentamento de canos e demais materiais, juntamente com a mão de obra de instalação, que ficaria por conta do requerente da rede. Atualmente, estes serviços de ligação, material empregado e mão de obra, são de responsabilidade do Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE).

Entendemos que este procedimento de normatização dos serviços foi implantado para que a população consumisse a água encanada e não mais utilizasse as águas dos poços. Ao mesmo tempo que passasse a utilizar a rede de esgoto. Neste momento um novo sistema foi instalado e iniciado. Medidas normativas precisavam ser executadas para o seu desenvolvimento.

Com a instalação das primeiras redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, houve uma mudança de conceito quanto ao modo de viver e morar.

A essas transformações no campo da arquitetura correspondiam modificações significativas nos equipamentos das cidades. Transpondo uma etapa de aperfeiçoamento tecnológico, as cidades equiparam-se com redes de esgotos, de abastecimento de água, iluminação e de transportes coletivos” (REIS FILHO, 1987, p. 50).

Além disso, para REIS FILHO (1987), o aperfeiçoamento dos hábitos higiênicos coincidia com a instalação dos primeiros banheiros com água corrente e com o aparecimento das venezianas.

O encanamento hidráulico e o surgimento do banheiro com água corrente e esgoto tornaram-se comuns nas casas paulistas do final do século XIX (LEMONS, 1972). Importante ressaltar que a primeira planta, encontrada nos arquivos da

prefeitura de Bauru, na qual há existência do banheiro no corpo da casa, é datada de 1912.

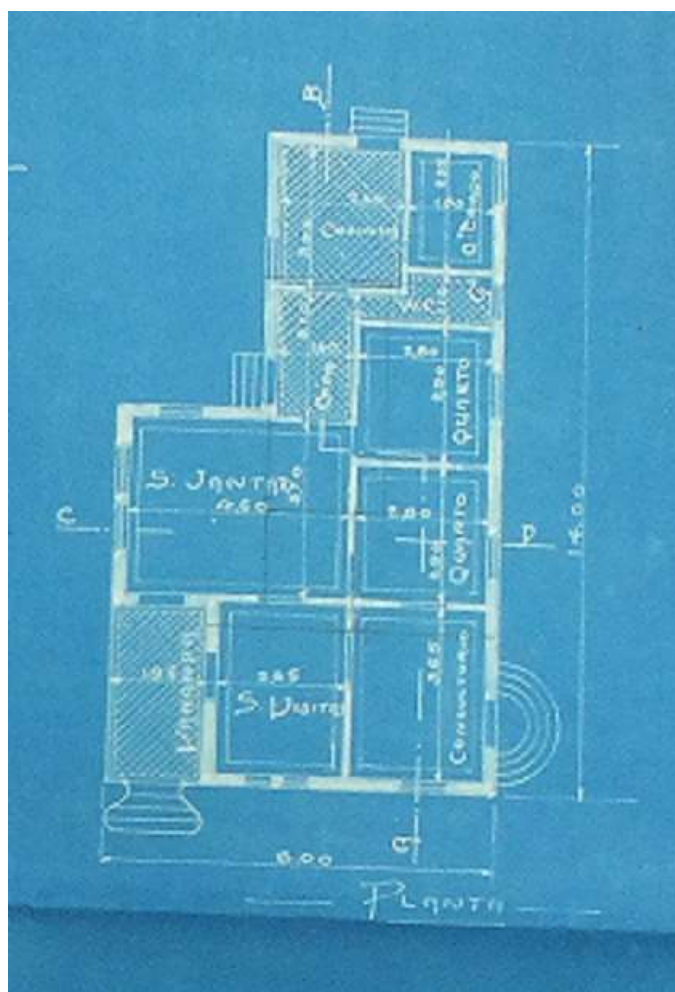


Figura 30 - Detalhe da Planta de Residência de 1912 com Banheiro  
Fonte: arquivo pessoal da autora

LEMOS (1976) entende que: “As zonas de serviços das casas também necessitam água. Essa demanda, antigamente, antes dos modernos recursos das canalizações, e das redes públicas de distribuição, obrigava as famílias a penosos transportes” (LEMOS, 1976, p. 34).

Era o que ocorria em Bauru até o ano de 1912, quando a população se deslocava para pegar águas em bicas e chafarizes. Não podemos esquecer que, exceto a população que se localizava na área central e era atendida pela rede, havia uma grande parcela de pessoas que ainda se dirigiam em busca da água, ou mesmo pagavam por ela para chegar até sua residência.

A deficiência do abastecimento persistia. Apesar da infraestrutura ter sido implantada, a falta de água, novamente, afligiu a população: “Debalde procura a população de Bauru o conforto que lhe deve proporcionar- a administração municipal,

debalde!” Estas linhas foram escritas no periódico O Bauru de 1913<sup>94</sup>, mostrando a insatisfação perante a situação em que viviam. O texto ainda trazia outras considerações:

No começo da vida desta cidade a população para ter água potável precisava abrir cisternas de 80 a 90 palmos para ir buscar o precioso liquido – indispensável a vida – e que era de facto magnifico, puro, e além de tudo, abundante. Dotou-se a cidade de Bauru de agua encanada e a população ficou crente de que não mais precisava recorrer aquele processo primitivo para ter o liquido; mas desgraçadamente assim não tem succendo: Bauru tem falta de agua!. Constantemente as casas não tem do liquido nenhuma quantidade, sendo necessário mais tarde, se assim continuar tamanha desconsideração publica, voltar esta população ao primitivo recurso das cisternas (O BAURU, 2013).

O processo de melhoramento, embelezamento, por meio da infraestrutura de canalização de água e esgoto, ditava a modernização urbana, uma vez que, por meio de técnicas e tecnologias, a água era canalizada e encobria-se dos olhos da população, movimentando-se pelos canos, podendo ser verticalizadas e chegando até as torneiras, potável e pronta para o consumo (SANT’ANNA, 2007). Ocultar as águas servidas, valorizando a estética urbana, dialogava com o processo de modernização urbana da cidade. No entanto, o sistema de fornecimento de água estava aquém do esperado.

Apesar de Bauru contar, neste momento, com um sistema de redes de abastecimento de água, a falta do líquido persistia. Desta maneira, no próprio código de Postura, de 1913, havia o artigo nº 70, que abordava sobre o desperdício: “Todo aquele que desperdiçar agua potável oriunda do abastecimento geral incorrerá na multa de 10\$000”. A questão sanitária continuaria definindo ações e orientando a implementação da cidade (FARIAS, 2003, p. 229).

### 3.1 Crescimento urbano e a crise do saneamento

Tudo por fazer; e a maior parte do que encontrei feito, em condições taes que melhor fora nada se tivesse executado. Comecei pela parte mais importante, qual saber ao certo da situação financeira do município. Um obstáculo surgiu-me logo de frente: a deficiência da escripturação, que organizada sob uma forma especial não fornece os necessários elementos de apreciação, e pela

---

<sup>94</sup> Ver Jornal O BAURU de 29 de junho de 1913, no artigo: *Falta de água? Onde está a administração municipal?* Encontrado no Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Sagrado Coração (NUPHIS-USCS).

sua obscuridade dificulta a pesquisa e exame. (...) É necessário proceder-se ao escoamento das águas pluviais e impedir a envasão da areia que acarreta. Como sabeis, recebe a cidade toda a descarga do extenso vale que lhe fica a cavalleiro, sem a natural divisão, diminuindo-se as secções de escoamento, donde resulta acúmulo de liquido em certos pontos e consequentes erosões. É indispensável uma extensa galeria para as águas pluviais, protegendo a cidade, lançada por cima da rua dos Bandeirantes e descarregando com a máxima declividade possível, respectivamente para os córregos das Flores e Bauru. (...) É de imprescindível necessidade a ampliação das redes. Uma boa parte da cidade esta privada d'esses importantes melhoramentos. Assim também é indispensável a filtração, o que deve ser feito em caixa a parte, antes do reservatório. É indispensável um estudo completo de todos os mananciaes que possam ser aproveitados para abastecimento da cidade e aquisição dos mesmos (CRUZ, 1913)<sup>95</sup>.

Com o município endividado, higiene urbana prejudicada, ausência de drenagem urbana, rede de água insuficiente, falta de rede de esgoto, o prefeito Manoel Bento Cruz encontrou a prefeitura no início de seu mandato - a situação da urbe era caótica e as premissas de modernização, higienização e embelezamento estavam sendo deixadas de lado. Em seu relatório, endereçado a Câmara Municipal, o então prefeito indicava a real situação referente ao saneamento da cidade e da dívida do município, apresentando soluções, por meio de ações, para minimizar o estado agravante.

O endividamento do município foi apresentado em várias páginas, muitas vezes confusas, mediante as análises da dívida passiva que, segundo o relato, “deve ser tomada em duas rubricas distintas a Dívida Passiva Fluctunte e a Consolidada”<sup>96</sup>.

A higiene municipal foi outro assunto tratado com ênfase no relatório, visto que a ela estava atrelada a saúde pública e o embelezamento da cidade, dois assuntos para dinamizar o processo de modernização de Bauru. O texto tratava, principalmente, da questão da limpeza pública e o lixo nas ruas. A prefeitura “tem que lutar com a rebeldia dos habitantes, de há muito habituados a converterem a rua em depósito de todos os detritos domésticos”. Para equalizar este problema, a prefeitura estabeleceu um perímetro, no qual aconteceria a remoção de lixo particular diário e, relacionados com a limpeza pública, seriam efetuadas “varredura das ruas, sarjetas e calçadas e remoção de detritos”, três vezes na semana.

---

<sup>95</sup> Relatório do prefeito Manoel Bento Cruz, datado de 4 de abril de 1913, entregue a Câmara Municipal. Tal relato pode ser encontrado no Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Sagrado Coração (NUPHIS-USCS).

<sup>96</sup> Com relação a dívida fluante, o relato nos mostra que a prefeitura havia contraído um déficit de Rs 94:192\$137. Para o prefeito a solicitação seria “a abertura de um credito suplementar para occorrer a esses pagamentos. Este credito deverá ser de Rs. 100:000\$000 para ocorrer a qualquer eventualidade de acrescimo imprevisto”. As dívidas consolidadas estavam relacionadas, principalmente, com o empréstimo contraído com a Empresa Ethelgurga Syndicate, no valor de Rs. 750:000\$000.

No caso da drenagem urbana, as águas pluviais já faziam estragos na cidade, para o prefeito “a municipalidade tem imprescindível necessidade de atacar logo esse problema, sob pena de graves e sérios prejuízos para os particulares e enormes despesas”. Esta infraestrutura não demandava apenas construções de tubulações e poços de visitas, mas sim um sistema complexo de ações de melhoramentos, como sargeamento<sup>97</sup>, construção de calçadas, bocas de lobo e galerias.

A questão do abastecimento e da rede de esgoto foi amplamente discutida. Para o prefeito, equacionar o problema de falta de água era imprescindível, desta forma entendia que:

A rede pode ser estendida para todos os pontos da cidade, cujas cotas de altitude seja, o máximo de 520,00m de acordo com a planimetria referida na planta cadastral existente, que satisfaz para esse fim. Desta forma partindo da parte baixa a N.W. da cidade, pelas ruas que cortam em sentido opposto, isto é, da linha da Paulista para a Avenida Alfredo Maia, a rede poderá ser estendida com êxito servindo: Rua das Flores até a Bandeirantes: Antonio Alves até Bandeirantes: Constituição até a Bandeirantes: Rio Branco até Bandeirantes: da Liberdade até a Inconfidencia: Rua 13 de Maio até a Inconfidencia: Rua Piretininga até a da Inconfidencia. Todas as demais ruas, isto é, as longitudinaes ou no sentido S.W. (Para o lado da Sorocabana) da rua Piratininga funciona digo para cima da rua Inconfidencia para o espeigão a S.S.E; da cidade, e a parte das transversaes para cima das ruas Bandeirantes e da rua Inconfidencia, não poderão ser abastecidas com a agua do actual reservatório, cujo nível superior attinge mais ou menos a cota de 525.00 metros (CRUZ, 1913).

Foi proposta a ampliação da rede de água da cidade, conforme constava no relato. Um dado importante encontrado foi a cota do reservatório existente, mostrando que para ampliar o sistema, outro reservatório<sup>98</sup> deveria ser construído em cotas superiores, afim de atender uma área maior da cidade.

Com relação às redes de esgoto, foi encontrado um grave problema para a saúde pública: a não existência de redes de esgotos em locais nos quais já havia a rede de água. Para onde iriam estas águas servidas provenientes das construções? Iriam ficar nas ruas infectando a cidade, causando sérios riscos à população, sem contar que iria contra os princípios de embelezamento.

---

<sup>97</sup> O prefeito entendia que “ a maior parte dos serviços de sargeamentos não devem ser aproveitados”. Para ele, o aumento das calçadas era importante para proporcionar “ mais commodidade aos transeuntes, e pela diminuição consequente do espelho das ruas, menos despesa de conservação”.

<sup>98</sup> Tal reservatório seria construído anos mais tarde na Avenida Duque de Caxias.

Encontrei uma gravíssima regularidade digo irregularidade, qual instalação de águas, sem a concomitante do exgotto, d'onde o extravasamento de líquidos para as ruas e perigosas fermentações. Tomei uma medida radical, qual obrigar a instalação, em prazo breve de exgottos a todos os prédios abrangidos pela rede, como dispõe o Codigo e o contracto com a Empreza. (...) Logo que esteja adiantado se começara a fazer o fechamento das fossas e poços, começando as visitas domiciliare (CRUZ, 1913).

A leitura da cidade feita pelo prefeito Manoel Bento Cruz era a mesma da população: uma cidade em processo de modernização com sérios problemas de estruturação e infraestruturas básicas que afetavam o bem-estar dos moradores que ali habitavam. Enquanto muitos municípios da região do oeste paulista progrediam, Bauru estava estagnado no que se referia ao processo de urbanização e modernização na área central da cidade, influenciado pela má gestão do saneamento público. A falta de água era uma questão a ser resolvida<sup>99</sup>.

Nos anos de 1913, o problema não era apenas a gestão das águas, mas a sua insuficiência<sup>100</sup>. Somada às estiagens, que baixavam os níveis dos mananciais, à ausência de planejamento e ao capital limitado pelo poder público municipal foram responsáveis pelos resultados da incompetência em atender toda a população que usufruía da água encanada. Para piorar a situação, o sistema utilizado tornou-se incipiente: a água era represada e retirada do Córrego das Flores e do Ribeirão Bauru, sem receber nenhum tipo de tratamento. O líquido captado era conduzido a um reservatório e distribuído pelos ramais prediais. A água que chegava nas edificações não poderia ser considerada de boa qualidade.

Com o dinamismo econômico, urbano e populacional provenientes da vinda da ferrovia, da multiplicação das atividades comerciais, pequenas fábricas e indústrias, dos serviços e do lazer; transformaram o espaço urbano em um ambiente construído e adensado. Neste período, a cidade crescia em grande escala e a infraestrutura, recém implantada de abastecimento de água e coleta de dejetos, era ineficiente – por ter sido construída sem bases mais sólidas e por não atender a toda a população. Além disto, a Companhia de Água e Esgoto de Bauru era mal

---

<sup>99</sup> Foram encontrados dados nos jornais pesquisados sobre a quantidade de água distribuída a população no final de 1913, apenas mais ou menos 3 horas de água por dia. Ver Jornal O Bauru de 18 de novembro de 1913, na matéria intitulada A Falta d'água. A mesma matéria informava a população sobre a estiagem e o problema de falta de água em todo o país, mostrando os esforços que a Companhia de Água e Exgottos de Bauru exercia.

<sup>100</sup> Em artigo do periódico O Bauru de 23 de novembro de 1913, encontramos uma nota informando sobre a compra de terras na cabeceira das águas do Rola, uma das origens do Córrego das Flores, com o intuito de aumentar o abastecimento da cidade. “Em vista da secca persistente que nos tem flagelado, a Prefeitura ordenou que se procedesse imediatamente a captação da referida água”. A ordem era resolver o quanto antes este problema. Os trabalhos de captação ficaram a cargo de Antônio Isaías de Arruda e a nova linha adutora de “5 polegadas, e trazida directamente a rede de abastecimento, com derivação para o reservatório atual” trabalharia juntamente com a antiga, captando maior volume do líquido.

administrada, e não tinha como objetivo uma ação regular de fornecer um bom serviço à população (PELEGRINA, 1991).

Em 1915, Bauru já contava com 5 mil habitantes na área urbana (GHIRARDELLO, 1992, p. 137). Uma cidade que estava em processo de modernização não podia deixar estes serviços de melhoramentos, tão importante para a população, nas mãos de empresa na qual não tinha como objetivo principal a atuação em sanear e fornecer água a toda a população. Apenas visava o enriquecimento rápido de seus colaboradores, visto que a empresa era formada por coronéis locais.

Na verdade, todo esse conjunto de pequenas empresas prestadoras de serviços de infraestrutura urbana tinham a finalidade de enriquecimento rápido dos coronéis, bem como de seus aliados, sendo que a prestação de bons serviços era meta de pouco interesse. Mesmo porque, as encampações feitas pelo poder público municipal, e pagas por alto preço, faziam parte do processo e dos interesses das elites que dominavam o poder nessas cidades.

Outro agravante foi a situação mundial vivida neste período: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Como consequência, os materiais necessários a montagem das adutoras e os maquinários para estes serviços encareceram. O município não tinha verbas para custear tais serviços<sup>101</sup> e a empresa de Água e Esgoto de Bauru passava por grandes dificuldades. Além destes problemas, eram poucos os cursos de água<sup>102</sup> que poderiam ser usados, neste momento, para ampliar o sistema de abastecimento de água.

Muitas construções, que não podiam ficar sem o líquido - tanto para uso dos moradores, quanto para os serviços prestados à população, como exemplo as casas de comércio - se viram na necessidade de reabrir seus antigos poços e, “desta forma tão primitiva, suprimirem a falta causada por um péssimo estudo de captação em um brejo”<sup>103</sup>. Neste contexto, um dos eixos estruturadores do

---

<sup>101</sup> Os dados encontrados em material de periódicos traziam que no ano de 1915, a distribuição de água era de apenas 2 horas por dia, sendo “das 6 às 8 na parte baixa e das 8 às 10 na parte alta”. Muitos comerciantes reivindicavam junto a prefeitura a cobrança indevida das taxas de água, uma vez que pagavam para receber 24 horas diárias do líquido. Importante lembrar que neste período não haviam hidrômetros instalados, ou seja, não se pagava pelo líquido consumidos, mas um a taxa por 24 horas fornecimento de água. Ver Jornal O BAURU de 14 de fevereiro de 1915.

<sup>102</sup> Nos anos de 1915 foram estudados os Córregos Água Comprida, Vargem Limpa e Ribeirão Bauru, a fim de verificarem a qualidade e volume de água. Os serviços foram realizados pelo Sr. Antônio Izaías de Arruda, encarregado da Companhia Água e Esgotos da cidade. Ver mais sobre este assunto em Jornal O Bauru de 25 de julho de 1915, na matéria intitulada: Água.

<sup>103</sup> Ver Jornal O BAURU de 07 de março de 1915.

crescimento da cidade, o comércio<sup>104</sup> foi um dos mais prejudicados com a insuficiente de água<sup>105</sup>.

A falta de planejamento e projetos para ampliação das redes, aumento no volume de água distribuída e a problemática relação com a população bauruense, levou o então prefeito Figueira de Mello a encampar o serviço de abastecimento de água, ou seja, os serviços de água e esgoto foram incorporados à administração municipal. Em 1º de agosto de 1916 a Câmara Municipal autorizou oficialmente a encampação da Cia. de Água e Esgoto de Bauru<sup>106</sup>.

O abastecimento a cidade não supria condicionalmente os consumidores, razão pela qual não pagavam suas taxas como deviam, atrasando meses a fio. Via-se a Prefeitura em dificuldades. Recorre a Câmara esclarecendo a situação solicitando medidas urgentes, indicando dispensas de multas, prorrogação de prazos aos faltosos, a fim de poder normalizar os serviços a seu cargo, o que consegue com lei específicas apresentadas por si mesmo e aprovadas pelos vereadores (PAIVA, 1975, p. 81).

Tal empreitada custou aos cofres da prefeitura o valor de seiscentos contos de réis, além do pagamento de quatro mil e trezentos réis referentes a uma máquina de vapor, que havia sido adquirida para fazer a elevação da água de outra captação projetada (PELEGRINA, 1972)<sup>107</sup>.

Em 1916, a Câmara promulgou leis com o intuito de atualizar as taxas<sup>108</sup> de infraestrutura para aumentar a arrecadação. Assim sendo, criou a Lei nº114<sup>109</sup> que regulamentava os serviços de água e esgotos e estabelecia taxas mensais de

---

<sup>104</sup> Por meio da Associação Commercial, representante desta classe de trabalhadores, os comerciantes tentavam revolver a situação, ora com a prefeitura e os vereadores, ora não pagando mais as taxas de água uma vez que tal situação estava insustentável. Ver Jornal O Bauru de 18 de abril de 1915.

<sup>105</sup> Com a finalidade de inspecionar a água que era fornecida a população de Bauru, o Instituto Bacteriologico de São Paulo, enviou os doutores Alexandrino Pedrozo e Getulino Vieira Pinto para análise nos mananciais de captação. O resultado não foi positivo: "a agua que o povo de Bauru bebe é péssima além de ser pouca, e pouco limpa". Ver em Jornal O Bauru de 28 de maio de 1916.

<sup>106</sup> Em Ata de Câmara de 13 de agosto de 1916, o Prefeito Municipal Dr. Luiz Vicente Figueira de Mello comunica a câmara sobre a encampação de acordo com a lei de 8 de julho de 1916.

<sup>107</sup> Ver PELEGRINA, G. R. O histórico serviço de água de Bauru. Jornal da Cidade. Ano VI n. 1586, 17 de dezembro de 1972.

<sup>108</sup> Muitas foram as críticas, observadas em vários exemplares de jornal no ano de 1916, devido as taxas de cobrança dos serviços de água e esgoto e, principalmente, as leis promulgadas referentes a tal assunto. No jornal O Bauru de 01 de outubro de 1916, encontramos um abaixo assinado (por parte dos comerciantes, industriais, proprietários e consumidores de água) que solicitava:

1º que os devedores só paguem a importância relativa a quantidade de água que recebem, isto é, na proporção de 40% sobre a importância taxada, com exceção dos prédios que, manifestamente, não receberem liquido algum;

2º que, enquanto a Camara não tiver no reservatório agua em abundancia, não obriguem aos proprietários fazerem as ligações previstas nos artigos 1 e 2 da referida Lei nº114;

3º que estabeleça, a Camara a relatividade de preços enquanto não se tenha conseguido agua em porção capaz de fornecer 1.000 litros para cada prédio, como estipulava o contracto com a antiga Companhia de Aguas e Exgottos;

4º que seja abolida a taxa mensal de 5\$000 para cada prédio que tenha jardim, conforme vem de preceituar o artigo 17;

5º que seja reduzida a taxa estipulada para as desligações, conforme preceitua o art. 23 da referida lei".

<sup>109</sup> Ver Lei nº114 de 14 de agosto de 1916.

pagamento para o abastecimento de água. Como também, a lei nº121<sup>110</sup>, referente a cobrança de taxas sanitárias de esgoto.

Artigo 30º - A taxa de exgottos é devida por todas as construções situadas dentro do perímetro urbano e que foram ligadas as redes de exgottos ou estiverem em ruas providas de redes de exgottos.

Artigo 31º - A taxa de exgottos será lançada semestralmente a razão de um por cento (1%) do valor locativo semestral da construção até o máximo de dezoito mil réis (LEI MUNICIPAL, 1916).

No entanto tais ações não foram suficientes e, novamente, a Prefeitura via-se na necessidade de contrair empréstimos para suprir gastos com as redes de infraestrutura. Neste momento a somatória foi de 600\$000:000 com a S.A. Comercial e Bancaria Leônidas Moreira, de São Paulo (PELEGRINA, 2015).

Diante da situação crítica de falta do líquido<sup>111</sup> à população e da insatisfação popular, o prefeito Figueira de Mello, nos anos de 1917, contratou o engenheiro Manuel Luiz Martins<sup>112</sup> para execução de todo o serviço de campo e levantamento topográfico dos possíveis locais para a captação de água, a fim de escolher um local apropriado para fornecer água a população. Foram verificados volume e vazão de água, distância da área central, topografia, potabilidade, entre outras variáveis técnicas. Na figura o Dr. Manuel Luiz Martins, de branco, e o Sr. Júlio Pinto Noronha, a esquerda, realizavam estudos para a captação do Córrego Vargem Limpa.

---

<sup>110</sup> Ver Lei nº121 de 31 de dezembro de 1916.

<sup>111</sup> O período O Bauru, de 19 de novembro de 1916, trazia a triste notícia que a população foi abastecida durante 10 minutos do dia 31 de outubro. Com relação aos esgotos, as caixas de visitas "exalavam horripilante fedentina, mostrando a alarmante situação destas infraestruturas.

<sup>112</sup> O engenheiro Manuel Luiz Martins era fiscal federal junto a Companhia Noroeste do Brasil. Foi assessorado pelo engenheiro Júlio Pinto Noronha.



*Figura 31 - Estudos para abastecimento no Córrego Vargem Limpa, 1917  
Fonte: NUPHIS*

Segundo PELEGRINA (1991) foram levantados os córregos mais próximos da cidade e, em seu relatório, situou a capacidade de produção diária de vários mananciais, como: Córrego da Grama, Córrego da Água Comprida, Córrego da Ressaca, Córrego da Forquilha, Córrego da Vargem Limpa e Córrego do Ribeirão Bauru.

De acordo com os dados do engenheiro, com relação à contribuição do Ribeirão Bauru para a solução do abastecimento de água, após medições em pontos diversos, conclui-se que nos pontos de maior volume não seria conveniente a captação, uma vez que as águas eram suspeitas e impróprias. Desta forma, sem um tratamento após a captação seria colocar a população em risco. Neste momento, Bauru não executava nenhum tipo de tratamento durante o processo de captação e fornecimento de água.

O engenheiro Martins entendia que deveria esperar ocasiões melhores para executar um serviço de abastecimento mais completo, o qual deveria ser a captação do manancial Vargem Limpa, o único que ele julgava que iria resolver os problemas de abastecimento da cidade (PELEGRINA, 1972).

No entanto, as construções urbanas estavam em ritmo acelerado e os moradores solicitavam ligação em suas residências, haviam também reclamações intensas nos jornais por causa da escassez do líquido. O prefeito precisava resolver tal situação o quanto antes. De posse destes dados, o então prefeito Figueira de Mello optou pela melhoria das captações localizadas na cabeceira do Ribeirão Bauru, em terreno de propriedade de Evaristo G, da Silva, com a finalidade de aumentar o volume de água desse manancial de abastecimento da cidade, negligenciando os resultados obtidos pelo engenheiro contratado para tal avaliação (PAIVA, 1975, p. 81).

Visando a proteção das nascentes e o aumento da capacidade de captação, a Câmara autorizou adquirir áreas próxima da região, desapropriando-as, por meio da Lei nº136 de 22 de setembro de 1917.

Fica autorizado o prefeito Municipal a desapropriar amigável ou judicialmente, nas cabeceiras do rio Bauru, o terreno necessário a execução das obras de melhoramentos e aumento das captações allí existentes e que servem actualmente ao abastecimento de agua da cidade de Bauru (CÂMARA MUNICIPAL, 1917).

No ano de 1918, novos problemas de falta de água voltaram a acontecer. Desta vez os olhares se voltaram para o Manancial da Vargem Limpa (DIÁRIO DE BAURU, 1972)<sup>113</sup>.

Com a transferência da sede da Companhia Noroeste para Bauru, em 1919, ocorreu outro significativo aumento populacional, por conta da grande quantidade de funcionários ligados ao setor burocráticos, cerca de 200 funcionários vindos do Rio de Janeiro, São Paulo e Três Lagoas (Jornal da cidade, 1972), bem como de outros que foram contratados devido à mudança da sede para a cidade. Em 1921 também são inauguradas as Grandes Oficinas Gerais da Companhia que passam a admitir milhares de trabalhadores para a construção de vagões sobre trucks importados.

Estes novos moradores impulsionaram o comércio e a produção cultural. Entre eles estão os operários, escriturários, técnicos, engenheiros, médicos (GHIRARDELLO, 1992).

O prefeito Pinheiro Brisolla, no intuito de conseguir um serviço de abastecimento de água com qualidade resolveu solucionar esta questão e

---

<sup>113</sup> Ver Jornal Diário de Bauru de 21 de dezembro de 1972.

fundamentado no relatório do engenheiro Manoel Luiz Martins, optou pelo aproveitamento do manancial Vargem Limpa como novo local de retirada de água. No discurso do presidente da Câmara, o Major Jose Gonçalves Fraga, em 19 de maio de 1918, ficam claras as intenções em agilizar a resolução destes problemas:

A Câmara Municipal da autorização ao prefeito Brizolla para negociar a aquisição, pelo preço de 5:500\$000 de uma área de terra localizada na Vargem limpa e de propriedade de Manoel Camargo afim de ali construir uma nova captação de água para a cidade de Bauru (ATA DA CÂMARA, 1918)<sup>114</sup>.

Em jornal local foi publicado, no dia 25 de agosto de 1918, o ofício do então prefeito Dr. Pinheiro Brisolla, solicitando ao Congresso do Estado auxílio financeiro para as obras de melhoramentos do serviço de água e esgoto. No projeto geral apresentado pelo Dr. Manoel Luiz Martins “no custo total de RS 184:369\$191”, constavam os seguintes serviços: aumento dos mananciais de captação das cabeceiras do Rio Bauru por meio de “acrécimo de 1 metro na largura do canal”, um clarificador “a ser construído na cidade para perfeita depuração da agua” e aumento das canalizações, que estavam previstos “ collocação de 2 kilometros e meio de manilhas para exgottos e 17 ventiladores ou poços de visita, além de 2906 metros de canos de distribuição de aguas”. Com a implantação deste projeto, a infraestrutura seria ampliada para a rua Bandeirantes e Avenida Alfredo Maia em toda sua extensão e outros trechos de ruas (O BAURU, 1918).<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup> Ver Ata da Câmara do dia 19 de maio de 1918.

<sup>115</sup> A matéria do jornal, também, discutia o orçamento geral da implantação dos serviços, estipulados em:

1º aumento dos mananciais - 73:482\$271

2º Clarificador – 16:081\$120

3º Extensão de canos nas ruas – 94:905\$800.

ORÇAMENTO TOTAL		para o novo abastecimento de agua e nova rede de exgottos em BAURU, com os addictonaes correspondentes ás modificações propostas pela Prefeitura Municipal.	
DESIGNAÇÕES			
1.º—CAIXA DE DECANTAÇÃO E TOMADA DE AGUA :			
Orçamento entregue . . . . .		20:100\$851	
Comporta de accordo com projecto já entregue . . . . .		500\$000	
Ralo e tubo de exgotto, idem . . . . .		100\$000	
Acrescimento de 1,m. na largura do canal . . . . .		3:500\$000	24:200\$851
2.º—CASA DE BOMBAS :			
Orçamento entregue . . . . .		1:329\$942	
Augmento do edificio . . . . .		800\$000	
1 motor a vapor para 12 H. P. . . . .		6:000\$000	
3 bombas centrifugas para 500 litros por 1" . . . . .	500\$	1:500\$000	
Eixo de lubrificação authomatica, polias, mancaes, transmissões, etc. . . . .		3:000\$000	12:629\$942
3.º—CAIXA DE REUNIÃO :			
Orçamento entregue . . . . .			445\$832
4.º—LINHA DE ELEVAÇÃO :			
Orçamento entregue . . . . .			2:434\$531
5.º—CLARIFICADOR :			
Orçamento junto . . . . .			14:619\$200
6.º—ACQUIZIÇÃO E PROTECCÃO DOS MANANCIAS :			
Preço da aquisição . . . . .		15:000\$100	
4 km. de valetas de proteccão . . . . .	1\$	4:000\$000	
4 km. de cerca . . . . .	2\$	8:000\$000	27:000\$000
7.º—MODIFICAÇÃO NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO E DE EXGOTTOS :			
<b>Exgottos</b>			
2.500 metros de manilhas de 20" . . . . .	5\$	12:500\$000	
17 poços de visitas . . . . .	500\$	8:500\$000	
<b>Distribuição de agua</b>			
2.500 metros de tubos de ferro galvanizados de 3" . . . . .	20\$	50:000\$000	
4 6 metros de tubos idem de 1 1/2" . . . . .	13\$	5:278\$000	
Modificação na linha existente . . . . .		10:000\$000	80:276\$000
	TOTAL . . . . .		167:608\$356
	10 % Eventuaes . . . . .		16:760\$835
	TOTAL . . . . .		184:369\$191

Baurú, 22 de Junho de 1918  
(Ass) MANUEL LUIZ MARTINS.

Figura 32 - Orçamento para novo abastecimento e redes de esgotos  
Fonte: Jornal O Bauru de 25 de agosto de 1918 - NUPHIS

Como não conseguiu ser votada a aprovação do pedido feito, o Congresso do Estado deferiu que a Secretaria da Agricultura procedesse com as obras de

saneamento na cidade, mediante projeto apresentando, visto que era “excepcional a situação criada pela defficiencia de agua” (O Bauru, 1918)<sup>116</sup>.

Outras desapropriações foram solicitadas e executadas, visando o melhoramento do manancial. Em Ata da Câmara de 30 de setembro de 1920 há uma solicitação de desapropriação dos terrenos<sup>117</sup>, do Sr. José de Castro Goyana, na cabeceira do Ribeirão Vargem Limpa<sup>118</sup> para a proteção dos mananciais, uma vez que na área de pasto, foram encontrados no local animais usufruindo das águas. Foram gastos quinze contos de réis por esta aquisição. Após as transações, passou-se a captar águas neste ribeirão<sup>119</sup>.



*Figura 33 - Captação vargem Limpa  
Fonte: DAE BAURU*

<sup>116</sup> Ver matéria intitulada *Serviço de Água*, no jornal O Bauru de 29 de dezembro de 1918.

<sup>117</sup> A autorização da Câmara para esta desapropriação foi dada em Ata de Câmara de 17 de dezembro de 1927, por meio de lei nº 275.

<sup>118</sup> Em pesquisas realizadas em cartórios de imóveis, encontramos 4 documentos de compras de terrenos do Vargem Limpa pela Prefeitura Municipal:

- Livro de Transmissão de Imóveis 3-E, folhas 248, datado de 18 de junho de 1918, área de 84 alqueires e meio de terras, Transmitente: Manoel de Camargo, valor: 5:500\$000.

- Livro de Transmissão de Imóveis 3-J, folhas 12, datado de 12 de maio de 1927, área de 125 alqueires e 3/4 de terras, Transmitente: Benedita Rosa da Silva, valor: 19:000\$000.

- Livro de Transmissão de Imóveis 3-K, folhas 61, datado de 08 de maio de 1929, área de 220 alqueires e 39 ares de terras, Transmitente: Dr. Jose de Castro Goyanna e Misael de Castro, valor: 70:000\$000.

- Livro de Transmissão de Imóveis 3-J, pagina 158, datado de 04 de junho de 1937, área de 41 alqueires e meio de terras, Transmitente: Francisco de Paula Figueira, valor: CR\$ 48.000.

<sup>119</sup> Ver Ata da Câmara do dia 30 de setembro de 1920.



Figura 34 - Captação Vargem Limpa  
Fonte: DAE BAURU

### 3.2 Percalços da Modernização: A firma Barros, Oliva e Cia

Realizou-se, dia 24 do corrente a inauguração oficial do serviço de águas desta cidade. A cerimônia foi realizada na usina da Vargem Limpa, com o comparecimento de inúmeras famílias, cavalheiros do mundo oficial. Durante a cerimônia orou o dr. Virgílio de Toledo Malta, presidente da Câmara Municipal que, em nome da Prefeitura e edilidade municipais, saudou a Empresa Barros, Oliva & Comp. Representada na ocasião pelo dr. Paulo de Moraes Barros. Respondendo ao discurso do sr. Virgílio Malta falou o sr. João Maringoni, que agradeceu em nome da Casa Barros Oliva que lhe prestavam os poderes municipais (Jornal O Bauru, 1921)<sup>120</sup>.

A imprensa, no Jornal O Bauru, assinalava esta conquista da municipalidade em matéria intitulada: *Inauguração do Serviço de Águas*, que tratava a aquisição com festa e solenidade. Em setembro de 1920, conforme Lei nº172<sup>121</sup>, foi aprovado o contrato<sup>122</sup> de arrendamento dos serviços à firma Barros, Oliva + Companhia Limitada, de São Paulo, para explorar o fornecimento de água e serviços de coleta de dejetos.

<sup>120</sup> Ver Jornal O Bauru de 27 de fevereiro de 1921, nº 693, encontrado no NUPHIS- USC.

<sup>121</sup> Ver Lei Municipal nº 172 de 3 de setembro de 1920.

<sup>122</sup> O periódico Bauru-Jornal de 01 de fevereiro de 1921 trazia o comentário do contrato e as bases em que foram realizadas. O material pode ser encontrado no Museu Histórico Municipal.

Fica aprovado em todos os seus termos o contracto de arrendamento dos serviços de agua e exgottos dessa cidade feito pelo senhor Prefeito minicipal com a Firma Barros, Oliva + Companhia Limitada em 23 de agosto do corrente anno no livro 27 A folhas 1 das notas do 1º officio da Capital (CÂMARA MUNICIPAL, 1920).

Os serviços foram regularizados por meio da Lei nº 173<sup>123</sup> de 1920, que definia o contrato da firma com a municipalidade. Nesta norma jurídica o que nos chamou a atenção foi a forma de cobrança de taxas, pois a partir do momento que as canalizações eram construídas nas ruas até a fronteira com o prédio, a firma arrendatária já teria o direito de cobrar as tarifas de água e esgoto, “independentemente de serem feitas as installações interna do prédio, vigorando para esse effeito as tabelas de preços juntas, mesmo que se ache estabelecido o systema de hydrometros para cobrança da agua (LEI MUNICIPAL nº 173, 1920).”<sup>124</sup>

Esta legislação tratava, pela primeira vez, de definições técnicas relativas ao sistema, como por exemplo os ramais domiciliares, quanto aos materiais empregados e seus diâmetros. Desta forma, podemos identificar uma padronização nos projetos de redes. Tanto os ramais de água quanto os de esgotos, a partir deste regulamento, teriam diâmetros diferenciados dependendo do tipo de habitação.

Para cada prédio será ligado um ramal de exgottos, com diâmetro de 10 centímetros (4 polegadas) para as habitações simples ou de 15 centímetros (6 polegadas) para as coletivas, cocheiras, fabricas, etc. e outro de água, com diâmetro mínimo de  $\frac{1}{2}$  polegada e máximo de  $\frac{3}{4}$  (LEI MUNICIPAL nº 173, 1920).

Outro ponto importante abordado era em relação aos materiais empregados tanto nas tubulações de água quanto de esgoto. Podemos notar uma evolução na técnica aplicada e o uso de materiais industriais.

Art 9 – Os ramais de exgottos serão de barro vidrado<sup>125</sup>, de superfície interna perfeitamente lisa, sem defeito e com embebição, resistência e consistência de accordo com as exigências technicas, sendo as juntas convenientemente tomada de accordo com as exigências digo as indicações dos arrendatários, que verificarão a estanqueidade dos ramais.

---

<sup>123</sup> Ver Lei Municipal nº 173 de 3 de setembro de 1920.

<sup>124</sup> Atualmente, os serviços de água e esgoto são cobrados mediante consumo, ou seja, só é cobrado após os ramais prediais estarem funcionando, diferentemente do período estudado.

<sup>125</sup> Comumente conhecidos como as manilhas.

Art 10 – Em todos os encanamentos internos de água, que nunca terão diâmetro menor de ½ polegada, salvo autorização da prefeitura, serão empregados canos de ferro galvanizado (LEI MUNICIPAL nº 173, 1920).

Atualmente não se recomenda o uso destes materiais no sistema. Para as redes e ramais de água e esgoto, são utilizados o PVC (Policloreto de Vinila), entre outros materiais. Já as instalações dos ramais de água e esgoto deveriam ser feitas pela empresa Barros, Oliva e Cia. Caso os interessados revolvessem realizar os serviços com terceiros, iriam pagar um título de fiscalização no valor de 20\$000 para a água e 30\$000 para os esgotos. Acompanhando as notas publicadas nos periódicos bauruenses, nas primeiras décadas do século XX, encontramos muito anúncios de empresas que realizavam estes serviços.



Figura 35 - Correio da Noroeste – Anúncios  
Fonte: Museu Histórico de Bauru



Figura 36 - Correio da Noroeste - 29 de janeiro de 1934 – Anúncios  
Fonte: Museu Histórico de Bauru

Serviço de Água e Esgoto de Baurú

# Barros, Oliva & Co. Ltda.

ENGENHEIROS

largo do Palácio, 7 - S. PAULO - Caixa Postal, 1710

---

**Officina de Encanadores** | **FUNILARIA**

Com pessoal habilitado, execução de quaisquer instalações sanitárias.

Calhas, condutores e caixas para qualquer espécie de água e esgoto.

---

**Deposito de Materiais**

Cimento, araxijos, tubos de ferro e de barro, bacias, bacias sanitárias, filtros, aquecedores a gás, bacias, etc.

---

PREÇOS SEM COMPETIÇÕES

---

PRA WASHINGTON LUIS, 7-78 **Baurú**  
CAIXA 24 - TELEPHONE, 89

Figura 37 - anuncio  
Fonte: Jornal Diário da Noroeste – NUPHIS

## Empresa de Água e Esgoto de Baurú S. A.

Barros Oliva & Co. Ltda. - Engenheiros

— Representantes do abastecimento de Baurú —

Praça João Pessoa, 3 - São Paulo - Caixa P. 1710

---

### Águas e esgotos de Baurú



Vista geral da estação elevatória de abastecimento Águas de Baurú.

---

Officina de Encanadores com pessoal habilitado. Execução de quaisquer instalações sanitárias. — Funilaria, filtros, aquecedores a gás para qualquer espécie de água e esgoto.

Preços sem competição em obras públicas.

Deposito de Materiais, Cimento, Araxijos, Tubos de ferro e de barro, Bacias, Bacias sanitárias, Filtros, aquecedores a gás, bacias, bacias, etc. — Preços sem competição.

---

Praça Ruy Barbosa, 4.54 - Caixa, 24 - Tel. 2-6-5 - BAURÚ

Figura 38 - Anuncio Empresa de Água e Esgoto de Baurú  
Fonte: NUPHIS

É notório que a instalação desta infraestrutura, regulamentada pela Câmara Municipal, seguia as normas do Código Sanitário do Estado de São Paulo. Pela primeira vez no sistema de abastecimento de água da cidade, o líquido passaria a ser armazenado, individualmente, em cada lote. Esta medida foi pensada em função dos graves problemas de falta de água, principalmente, em períodos de estiagem. Podemos considerar como um avanço para modernização urbana da cidade, conforme apresentado no artigo nº15:

Toda habitação deverá ter um reservatório de água de ferro galvanizado e fechado, com capacidade mínima de 500 litros, cuja instalação seja feita a juízo da prefeitura Municipal, computando-se a despesa por conta do interessado (LEI MUNICIPAL nº 173, 1920).

Ainda sobre a modernização dos processos do sistema, um avanço perceptível, e a muito praticado por renomados engenheiros em outras localidades, Bauru passava a separar os esgotos das águas pluviais, no sistema conhecido como separador absoluto<sup>126</sup>, muito comum nos projetos de Saturnino de Brito. Este assunto foi tratado no artigo nº 18 desta lei, em que se normatizava que a instalação de esgoto deveria ser feita de forma que impedisse a introdução das águas pluviais nos coletores.

Outro assunto amplamente discutido na lei referia-se à nova forma de cobrança dos serviços de água, uma vez que estava sendo introduzindo a obrigatoriedade do uso dos hidrômetros, como determinava a Câmara, ficava “por conta dos consumidores as despesas de aquisição, instalação e aferição d’elles”. Portanto, criava-se uma nova forma de arrecadação, a qual seria cobrado conforme

---

<sup>126</sup> Sobre este sistema de esgotamento, a técnica consiste em: O *emissário* e a *rede tributária* para o serviço separador de águas pluviais podem ser, como dissemos, superficiais (sarjetas, canais, cursos naturais) ou subterrâneos; desde, porém, que se trata de esgotar despejos, promiscua ou separadamente, os *coletores* e o *emissário* dever ser sempre subterrâneos e de material que ofereça superfícies lisas e o maior grau possível de impermeabilidade.

As águas pluviais podem ser lançadas nos cursos naturais ou no mar; as águas cloacais, isto é, despejos somente ou eles em promiscuidade com as águas pluviais, devem ter um destino que obedeça as seguintes condições: conduzidas no menor prazo possível a este destino, em circulação continua, sem estagnações, é preciso que ai a decomposição das matérias orgânicas se não dê de modo que reflua sobre a cidade os males que se trata de afastar, quer trazidos, então, pelas correntes aéreas, quer por efeito das mares oceânicas, no caso de cidades do litoral; é preciso também que os mesmos males não sejam levados a outras povoações, transportados pelos ventos que varram superfícies contaminadas ou pelos cursos naturais inadequados a montante (BRITO, 1943, p. 40).

fosse consumido o líquido. O artigo 38 informava que a cobrança da taxa seria de 250 réis por quilolitro de água fornecida, de acordo com a medição no hidrômetro, substituindo as taxas da tabela para o valor de locação. Além de indicar abatimentos de porcentagens de custos quando o consumo for alto: “No caso do consumo mensal ser superior a 50 kilolitros, o contribuinte gozara do abatimento de 10%, e no de exceder de 100 kilolitros, o exclusivo de 20%”.

Para finalizar, a regulamentação apresentava tabela de taxas para os serviços de água e de esgotos nos edifícios que ainda não possuíam a instalação dos hidrômetros. Podemos perceber a transição do sistema de cobrança e medição de consumo. Os arrendatários ficavam obrigados a fornecer, no mínimo 1.000 litros de água durante 24 horas, a cada prédio ligado à rede. O avanço chegava a Bauru. Ficava evidente os conceitos higienistas na medida em que a urbanização, a saúde, os melhoramentos e a técnica foram trabalhados a favor de toda a população.

A inauguração dos serviços de captação de água do Vargem Limpa, ocorreu em 1921. Estas águas serviram, por muito tempo, para abastecer a cidade. Durante 20 anos a empresa Barros, Oliva e Cia seria a concessionária dos serviços de abastecimento e esgotamento.



*Figura 39 - construção da captação vargem limpa  
Fonte: DAE BAURU*

Ainda que com suas restrições, a instalação do novo sistema de saneamento voltado para o abastecimento de água e esgotamento de Bauru foi fundamental na modernização da cidade. O líquido atenderia uma grande parte da população urbana e viria com maior volume e potabilidade.

Mostrava-se evidente a necessidade e a importância do saneamento para solução destes problemas, que só começaram a acontecer de maneira sistemática após os anos 1920, quando os serviços urbanos estavam mais bem organizados. Medidas sanitárias eram necessárias para minimizar a situação, tais como: serviço de água e esgoto que atendesse a população da cidade, coleta e armazenamento adequado do lixo, limpeza urbana para higiene e embelezamento, coleta de águas pluvial para impedir proliferação de patologias, odor e acúmulo de águas servidas nas vias públicas.

Como forma de defesa urbana contra as moléstias que surgiam, as técnicas modernas de Engenharia Sanitária estavam disponíveis, juntamente com os planos de ordenamento e alinhamento racionalizado concebidos por técnicos, engenheiros, médicos (FARIA, 2003, p. 181).

No ano de 1920, a população urbana já somava 15 mil habitantes (GHIRARDELLO, 1992, p. 137). Muitos fazendeiros se estabeleceram na cidade definitivamente, como forma de se aproximar dos interesses, ligados ao espaço urbano e, assim garantir educação e saúde a toda família. A medida em que a população aumentava, as ações da municipalidade na questão em sanear, disponibilizar água potável e coletar os esgotos, acabaram por ser pontuais e não um plano urbano de saneamento integrando tais ações com outras melhorias urbanas.

Porém, durante o gerenciamento desta infraestrutura pela firma, a população de Bauru passou por sérios problemas de abastecimento. As críticas eram muitas, tanto por parte da população quanto da prefeitura municipal, em que em diversos mandatos, prefeitos tentaram resolver o problema sem sucesso. É importante salientar que os cofres públicos municipais estavam vazios, mediante as dívidas acumuladas, principalmente para resolver as questões de melhoramentos urbanos para embelezar e modernizar a cidade. A prefeitura não possuía condições financeiras e de investimentos para encampar estes serviços mal administrados e executados de maneira precária.

Os meios de comunicação veiculavam a necessidade de resolver, urgentemente, o abastecimento urbano, que vinha se arrastando por anos.

Deviam ser discutidos assumptos de magna importância para a nossa cidade, entre os quaes, aos que nos consta, a incalculável questão do fornecimento de agua, questão esta que interessa o nosso povo mais que qualquer outra. (...) e esperamos que os mesmos sejam posto em terreno que possa por um termo à anormalidade em que vivemos desde muito tempo (O BAURU, 1920)<sup>127</sup>.

O quadro que se apresentava, até então, referente a estes serviços era preocupante pois, “de uma lado o serviço público imperfeito e deficientíssimo e sobre elle pezando um encargo de 600 contos de réis”, do lado da municipalidade “ a câmara impotente para ministrar-lhe os medicamentos indicados” para resolução da falta de água; e ainda, a população passando por “privações e soffrendo as malélicas consequências resultantes da falta do precioso líquido, elemento essencial da vida” (BAURU-JORNAL, 1921)<sup>128</sup>.

Outro ponto reclamado pelos habitantes era em relação aos cortes de ramais domiciliarees executados pela empresa. A água não chegava nas torneiras e mesmo assim a população pagava por um serviço que não estava sendo realizado conforme contrato. Desta forma, muitos não honravam com as contas, deixando de pagá-las. Uma matéria veiculada no jornal o Bauru, em 1921, tratava deste assunto e mostrava a consequência deste corte em relação a saúde urbana e o entrave na modernização da cidade.

(...)a nova empreza de agua e exgotos desta cidade tem mandado cortar a agua a todos os prédios cujos consumidores se achavam em atrazo com os pagamentos. (...) o systema hoje posto em uso pela Empreza, de cortar a agua aos consumidores atrazados ou relapsos, oura coisa ele não faz si não cooperar barbaramente para que mais cedo ou mais tarde, se desenvolva nesta cidade alguma terrível epidemia que possa entraravir nosso progresso. (...) por isso que nós fazemos este pequeno reparo, solicitando a intervenção do digno Inspetor Sanitário obrigando a Empreza a religação das aguas cortadas, a fim de evitar algum mal horrível, principalmente agora que termina a epocha de chuvas (O Bauru, 1921)<sup>129</sup>.

Com relação a manutenção do sistema, a Empresa também deixava a desejar:

Pois então? Como se pode admittir que a famélica Empreza de Agua e Exgottos arrebeente o seu canno de despejo no meio do caminho onde passam diariamente centenas de pessoas e animaes e nada se lhe diga até

---

<sup>127</sup> Ver Periódico O Bauru datado de 25 de julho de 1920.

<sup>128</sup> Ver Bauru-Jornal de 29 de janeiro de 1921, encontrado no Museu Histórico Municipal.

<sup>129</sup> Ver jornal o Bauru de 9 de janeiro de 1921, número 686, encontrado no NUPHIS – USC.

agora para que faça desaparecer aquelle fogo imundo de peste permanente? (O BAURU, 1922)<sup>130</sup>.

Encontramos estas e outras reclamações nos periódicos de época. O poder público pouca fazia para resolver tais questões. Lembramos que neste período, os melhoramentos urbanos ficavam a cargo de empresas privadas, pois sem as verbas necessárias, a prefeitura não podia gerir tais serviços. Além dos problemas com a água e esgoto, havia dificuldades também relativas ao fornecimento de energia elétrica, pavimentação das vias, entre outros.

Novamente a questão da saúde atrelada ao saneamento volta à tona. A Câmara, pensando na qualidade das águas que seriam disponibilizadas para abastecer as edificações, em Ata de 20 de julho de 1923 decretou de “utilidade pública todas as nascentes das cabeceiras do Córrego da Vargem Limpa e mais os afluentes do mesmo córrego, abaixo da represa que forem necessários aos serviços de abastecimento”. Tal medida profilática preveniria o uso indevido destas águas e sua poluição. É importante lembrar que o líquido era canalizado e aduzido direto para os ramais prediais, sem nenhum tipo de tratamento. Mesmo com um sistema de infraestrutura sanitária, as chances de contrair moléstias eram grandes.



*Figura 40 - Avenida Rodrigues Alves década 1920  
Fonte: NUPHIS*

---

<sup>130</sup> Ver Jornal o Bauru de 26 de março de 1922, matéria da coluna “Actualidades”.



Figura 41 - Rua Batista de Carvalho 1925  
Fonte: NUPHIS



Figura 42 - Planta Cadastral de Bauru, 1924  
Fonte: Acervo Museu Histórico Municipal

Na figura, a primeira planta cadastral oficial de Bauru de 1924, escala 1:2.000, percebemos a demarcação da Vila Falcão, a Vila Antártica e o Cemitério, além da área urbana inicial. Não há uma ocupação desordenada pelo território, ainda o crescimento segue as doações originais e poucas vilas estão formadas. Isto

facilitava a implantação da estrutura das redes de água e esgoto. No entanto os terrenos afastados a esta área já estavam sendo comercializados. Somados a ocupação desenfreada do espaço urbano, com o problema da escassez de água e da precária coleta de esgoto, o poder público municipal não via outra saída, a não ser intervir nestes setores.

Segundo o Jornal O Bauru, a falta de água voltava a assombrar a população.

Em vários dias desta semana finda notamos a grande falta de agua na cidade, havendo dias em que o precioso liquido só nos apparecia pela manhã, para logo mais faltar durante todo o resto do dia. Com os dias quentes que ultimamente tanto nos tem molestado, essa escassez de agua constituem um sério perigo para a saúde pública, tornando-se absolutamente necessárias providencias que assegurem a abundância de água na cidade (O BAURU, 1924)<sup>131</sup>.

E, no Jornal Correio de Bauru, a falta do líquido virou motivo de piada, contada por meio de anedota pelo escritor João Carlos:

Os repositórios de aguas andam desaguados... Juca Pato, o incontentável, não comprehendeu a intenção benigna da companhia e esbravejou com todas as suas forças quando, ao tirar um copo de agua da torneira, percebeu nella alguns grãos de areia. Nem sabia elle ser isso uma prevenção da empresa. Hoje é a seca e o Juca tem que aguentar com ella, passando de garganta enxuta e de corpo "sujinho". Si se tivesse acostumado á agua arenosa, talvez agora estivesse apto a beber areia pura, lavando o corpo com cobras, escapando assim à secca malvada. Era essa, quiça, o ideal da companhia (CORREIO DE BAURU, 1925)<sup>132</sup>.

A força desta argumentação é intensa, pois mostrava a quanto tempo a água já era escassa, suja e arenosa<sup>133</sup>. E, naquele período de seca, os reservatórios estavam com níveis muito baixos para atender toda a população. A crítica nos faz refletir como um serviço de tamanha importância para a população era deixado nas mãos de empresas que não estavam preocupadas com a saúde pública, mas apenas visavam o lucro.

---

<sup>131</sup> Ver Jornal O Bauru de 04 de maio de 1924, encontrado no NHUPIS.

<sup>132</sup> Ver Jornal O correio de Bauru de 9 de setembro de 1925, encontrado exemplar no Museu Histórico Municipal.

<sup>133</sup> Durante os anos de 1926 e 1927, as reclamações aumentavam consideravelmente sobre o problema de falta de água e a consequente precária infraestrutura de rede de coleta de esgotos. Os jornais, Diário da Noroeste, O Bauru, Bauru-Jornal teciam fervorosas críticas a municipalidade e a empresa responsável pelos serviços. Uma notícia que nos chamou a atenção foi a matéria endereçada ao Serviço Sanitário e a Câmara Municipal, data de 27 de maio de 1926. Constava uma denúncia sobre o local da captação no manancial Vargem Limpa: "Foi de nojo, a nossa primeira impressão. Nojo d'aquella agua exposta a todas as sujeiras, apta a receber todas as imundícies, d'aquella agua quasi de charco, para onde as enxurradas arrastam os restos podres de anteriores chuvaradas". Além falta de limpeza da água e da potabilidade duvidosa, a matéria fazia crítica aos serviços prestados pela empresa Barros, Oliva & Cia, por condenar a população de Bauru a riscos de doenças. A matéria trazia imagens do local. Ver jornal Diário da Noroeste, encontrado no Museu Histórico Municipal.

Motivado na busca de uma solução definitiva para sanar a falta do líquido, no ano de 1927, a Câmara Municipal autorizou a prefeitura a encampar os serviços de água e esgoto e a contrair um empréstimo de 3.000.000\$000 com prazo de 20 anos para encampação e construção do mercado municipal em lei 257 de 13 de abril de 1927. No entanto a Empresa entrou em acordo com a prefeitura, a qual iria realizar melhorias no sistema. E para a municipalidade controlar esta expansão em processo, novamente o código de posturas foi revisto.

Diante destas questões, o código de posturas de 1928 surge como tentativa de organizar o crescimento da cidade moderna. O código já contava com regras bem mais elaboradas e de acordo com as tecnologias existentes, que reprimiam “com punições e multas todas as infrações cometidas contra as regulações urbanísticas criadas, voltadas e aprovadas pela Câmara Municipal para implementar as melhorias urbanas” (FARIA, 2003, p.143), que eram necessárias para modernizar e embelezar a cidade.

Percebemos um grande número de artigos voltados a normatizar as edificações, tanto em relação ao ordenamento de técnicas construtivas e saneamento das edificações quanto a estética da cidade. Havia capítulos sobre as edificações tratando questões de: soleiras e soalhos; portas, janela e portões, altura do pé direito, sacadas, cimalhas e paratibandas, entre outros voltados a ordenamentos e técnicas. Com relação a estética, nos capítulos 33 e 34, foram tratados o estilo dos edifícios, bem como regras para sua construção.

Até o início do século XX, as preocupações estavam voltadas para os melhoramentos urbanos de água, esgoto, pavimentação, iluminação, reivindicadas pelos moradores e políticos para a cidade. Beneficiar a cidade de infraestrutura urbana foi o principal objetivo da municipalidade neste período, amparado pelos códigos de posturas de 1897, 1906, 1913. Os diálogos acerca das preocupações com a estética urbanas começaram a nortear a construção da cidade moderna nos anos de 1920, quando a maioria dos melhoramentos já havia sido implantada na cidade. No código de 1928 ficava clara a incorporação de ações centradas na técnica e na estética. Importante lembrar que a questão da técnica já havia sido trabalhada desde as intervenções com infraestrutura urbana, tais como implantação dos sistemas de água e esgoto.

A Higiene municipal estava presente nos discursos da cidade moderna e embelezada, desta maneira, o código trazia à tona ordenamentos no sentido de

delinear ações quanto ao escoamento de águas servidas, a utilização de lixos para aterramento, poluição da água de abastecimento, colaborando para uma cidade limpa, livre de doenças e embelezada. Podemos observar tais ações nos artigos:

Art. 328º É proibido o escoamento de águas servidas e de lavagens de casa para a rua, incorrendo o infractor na mesma obrigação da multa do artigo anterior, ficando a seu cargo a limpeza da calçada sob pena de multa de 20\$000.

Art 350º É terminantemente proibido o aterramento das ruas, praças e logradouros públicos, quintais e fossas, cisternas, etc., com lixo removidos das ruas, ou retirados das habitações, e os detritos de fabricas e officinas de obras demolidas. O infractor incorrerá na multa de 50\$000, e será imediatamente obrigado a remover o lixo ou resíduos para o local indicado pelo Prefeito.

Art 490º Aquelle que banhar-se nas fontes publicas damnificar ou lançar objectos immundos, ou nocivos nas fontes, tanques, reservatórios, aqueductos de onde sahem ou por onde passam as aguas destinadas ao abastecimento publico ou particular, incorrerá na multa de 50\$000 (CÓDIGO DE POSTURAS, 1925).

As águas e esgotos eram tratados, nesta postura, de forma bem sintetizada e baseada nas Leis nº 173 de 3 de setembro de 1920 e nº 271 de 1 de outubro de 1927. A legislação estava voltada para o contrato assinado com a firma Barros Oliva & Companhia.

Nos anos 1930, o Brasil passava por turbulências políticas na então presidência do governo de Getúlio Vargas. Por meio de um processo de centralização do poder, com a finalidade de reorganizar a vida política, econômica e social do país, tirou-se das mãos dos fazendeiros o poder local e acabava com a política do café com leite. Criou-se uma tensão entre as velhas oligarquias e os militares interventores.

No tocante ao saneamento, devemos lembrar que até este período, o Estado permitia que os serviços de melhoramentos urbanos fossem oferecidos por empresas estrangeiras. Além do abastecimento de água e esgotamento sanitário, as firmas internacionais também foram responsáveis em gerenciar e proporcionar recurso para investimento em: transporte ferroviário, distribuição de rede elétrica, sistema de telefonia, entre outras atividades correlatas. Controlavam as tecnologias existentes e possibilitavam recursos para aplicação no aumento da oferta dos seus serviços (INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA, 1995).

O crescimento urbano e a aceleração industrial no país exigiam ações no setor de infraestrutura, principalmente no campo de água e esgoto. O governo de

Vargas promulgou o Código de Águas, em julho de 1934, pelo Decreto nº24.643, que transferia ao governo a oportunidade de fixar tarifas. Desta maneira, os investimentos deste setor, passaram a ser provenientes do orçamento governamental. Percebemos um maior envolvimento e gerenciamento do Estado neste setor importante do desenvolvimento urbano. Atrelado a esta política nacionalista de intervenção e modernização da cidade, em 1940 criou-se o Departamento Nacional de Obras de Saneamento<sup>134</sup>.

Em Bauru, a crise econômica mundial de 1929, com a decadência das lavouras de café, atingiu a cidade de maneira amena, uma vez que o comércio de Bauru já estava fortalecido e se consolidando. A decadência da elite agrária, abalada pela crise, forçou a divisão do poder municipal com a elite política. Tal elite era composta por profissionais liberais que conseguiam privilégios e prestígios pelas atividades comerciais em ascensão.

Na década de 1930, o município tinha uma população urbana de 22.000 habitantes. Houve uma redução do crescimento urbano que até então Bauru apresentava. O ritmo comedido no aumento populacional permaneceria até a chegada do cultivo do algodão, por volta de 1935, quando as atividades urbanas voltariam a se destacar. O ciclo algodoeiro via a urbe como importante local para investimentos de seus lucros e, “os produtores, moradores locais, terão na especulação imobiliária sólida aplicação de seus ganhos” (GHIRARDELLO, 1992, p. 161).

De acordo com políticas de intervenções econômicas estatais, bem como, de investimento na indústria, que foram instauradas o governo de Getúlio Vargas, a produção do algodão trouxe desde pequenas beneficiadoras às grandes indústrias no ramo. Em Bauru, o algodão atraiu novas empresas, conforme CONSTANTINO (2005, p. 45): “Com o crescimento da cultura algodoeira acontece a instalação de beneficiadoras de algodão ao longo das linhas ferroviárias: A Anderson Clayton e a Samba”. No entanto, limitaram sua atuação apenas no emprego da força de trabalho local, sem propiciar nenhum tipo de contribuição à comunidade em geral. O local de implantação dessas indústrias, na proximidade dos cursos d’água, e associadas a

---

<sup>134</sup> No artigo “As políticas públicas de saneamento básico no Brasil: reformas institucionais e investimentos governamentais”, a autora de Andrea Freire de Lucena, nos mostra uma descrição das políticas de saneamento, o papel do Estado e os investimentos governamentais, além de situar tais políticas neste período histórico.  
Ver: <http://www.ct.ufpb.br/~anaclaudia/Sistemas%20de%20abastecimento%20de%20E1gua/textos%20complementares/Pol%EDticas%20P%FAblicas%20de%20saneamento%20b%E1sico.pdf>  
Acessado em 16 de dezembro de 2015.

ramais próprios distribuidores nas linhas ferroviárias, corroborou para a poluição das águas e áreas locais (GHIRARDELLO, 1992).

Quando o crescimento urbano retomava seus ritmos, a municipalidade voltava a esboçar ideias relativas a planejamento urbano, na tentativa de ordenar os espaços, intensificar os melhoramentos urbanos e delinear a estética urbana.

Visto que começavam a surgir loteamentos no entorno da cidade, de forma desordenada, desenhando o espaço e gerando inúmeros vazios urbanos à espera de valorização. As longas distâncias a se percorrer na cidade encareciam o fornecimento de infraestrutura nessas localidades, assim, os recentes bairros formados eram carentes de infraestruturas, áreas verdes, espaços públicos entre outros. A urbe em expansão, teria que lidar com a vulnerabilidade dos serviços de iluminação, telefonia, abaulamento das vias, ordenamento urbano, infraestrutura de água e esgotos, que se mostravam ineficientes, e eram parciais, concentrados nas áreas mais nobres.

Analisando a planta de 1930 observamos que o perímetro urbano ampliava com a formação de novos bairros, como: Vila Cardia, Vila Santa Thereza, Vila Santa Clara, Vila Independência, Vila Falcão, Vila Seabra, Jardim Bela Vista, Vila Formosa e Vila Antártica. Estes bairros também precisariam dos serviços de infraestrutura.



*Figura 43 - Vista Parcial, 1934*  
*Fonte: Jornal Correio da Noroeste, 25 de janeiro de 1934*



Figura 44 - Planta da cidade, 1930  
Fonte: NUPHIS



Figura 45 - Vista Geral, 1930<sup>135</sup>  
Fonte: NUPHIS

---

<sup>135</sup> A figura nos mostra o cenário urbano da cidade nos anos de 1930. No centro podemos observar a Avenida Azarias Leite

A saúde era sempre lembrada nos meios de comunicação. Em uma matéria do periódico Diário da Noroeste, o assunto foi tratado enfocando as doenças veiculadas pelas águas e o estado degradado da área de captação de Bauru. Segundo o texto, o córrego de onde eram captadas as águas “não possui área de proteção e corre no meio de uma pastagem, onde até bem pouco viviam soltos cavallos e bois”. Desta maneira, as águas ficariam vulneráveis a poluição e sujeiras dos animais. Além disto, na área de captação, “os tanques em que é recebida e decantada a água do córrego são inteiramente desprotegidos, estando por tanto sujeitos a toda e qualquer contaminação. Ficava claro o serviço deficiente e estrutura precária (DIARIO DA NOROESTE, 1930)<sup>136</sup>.

Para tentar acalmar os ânimos da população, o Jornal Diário da Noroeste de 02 de fevereiro de 1930, trazia os dados das melhorias feitas, como a quantificação de redes ampliadas, sendo que em 1929 a rede de água foi aumentada em 6 mil metros e aproximadamente 10 mil a de esgotos, como também foi executado a instalação de uma bomba com finalidade de tornar eficiente o fornecimento do líquido nas partes altas de Bauru. Além disto vinha sendo feita a cloração<sup>137</sup> da água, sob a fiscalização do Dr. Menezes de Góes, médico da Higiene.

Sobre as ações de melhoramentos executados pela empresa, foram pautadas: “encontram adiantados os estudos para a instalação de um grande filtro a purificação e tratamento da água fornecida”, “ainda neste anno deverá ser completada a instalação de agua e esgotos em todo o perímetro urbano”, outro assunto cogitado foi “ a substituição da rede actual de tubos de ferro de grande dimensão para a água”, substituição “manilhas de cimento de dimensão superior à das existentes para os esgotos”, já haviam sido colocados mais de 350 hidrômetros, previsão para a construção de mais uma caixa de água “acima da segunda caixa d’agua será construída mais uma em condições de abastecer os pontos mais altos da cidade” (DIARIO DA NOROESTE, 1930) . O jornal trazia uma planilha com nomes ruas e números de quarteirões, onde as redes novas foram implantadas, apresentando dados de metragem.

---

<sup>136</sup> Ver matéria: A água de Bauru e a saúde das crianças” de 02 de fevereiro de 1930. Material encontrado no NHUPIS.

<sup>137</sup> Não encontramos dados da data precisa de início do processo de cloração das águas de abastecimento.

Ruas	Quarteirões	Metros
Val de Palmas	Diversos	295
Villa Falcão	Idem	728
Bella Vista	1	84
Bôa Vista	6	109
Pirajuhy	9 e 3	238
Gloria	4, 5 e 2	248
Piratininga	10	92
Sete de Setembro	4 e 5	175
Costa Ribeiro	5 e 4	206
Villa S. Thereza	Diversos	520
Araujo Leite	15, 16 e 17	330
Araujo Leite	18 e 19	212
Quinze de Novembro	14 e 15	185
Flores	13, 14 e 15	330
Sete de Setembro	15 e 16	210
Inconfidencia	12 e 13	198
Piatan	2	90
Gustavo Maciel	8, 9 e 10	439
Washington Luis	6 e 7	215
Antonio Alves	12, 13, 10 e 11	428
Av. do Cemiterio	Diversos	540
Tupy	5	122
Total		5.984

E, no que diz respeito á rêde de esgotos, que fallem tambem os algarismos :

Ruas	Manilhas	Quarteirões
Costa Ribeiro	516	2, 6, 4 e 7
Tupy	688	1, 2, 3 e 5
Antonio Alves	1.032	1, 2, 3, 4, 15 e 16
Gomes Duarte	516	3, 4, e 11
Treze de Maio	688	2, 8, 9 e 10
Piratininga	701	1, 2, 8 e 9
Pirajuhy	689	3, 6, 7, 4 e 9
Washington Luis	172	2
Jacutinga	516	4, 6, e 7
Inconfidencia	860	3, 6, 7, 9 e 12
Sete de Setembro	1.032	3, 6, 7, 9 e 12
Gloria	344	3 e 4
Quinze de Novembro	1.032	7, 8, 10, 12, 13 e 14
Araujo Leite	516	14, 15 e 16
Guayanaz	172	1
Baptista de Carvalho	172	10
Machado de Mello	55	1
Antonio Alves	147	5 e 6
Sete de Setembro	80	3
Somma	9.923	

Figura 46 – metragem de redes implantadas, 1930

Fonte: NUPHIS

A falta de água novamente assombrava e voltava a pauta nas discussões urbanas. O Manancial Vargem Limpa já não era mais suficiente para fornecimento de água para a população que aumentava. Para agravar a situação, Bauru sofria com as estiagens, diminuindo assim o volume do líquido. Sobre este assunto, o jornal Correio da Noroeste, publicou a medida técnica adotada pela concessionária responsável pelos serviços e aprovada pelo poder público. Assim sendo, foi executado a “captação nas cabeceiras das nascentes”. O procedimento foi adotado visando aumentar o volume disponível, como também “garantir a sua pureza, livrando-o das enxurradas que agora o contaminam” (Correio da Noroeste, 1931)<sup>138</sup>.

O jornal local Correio da Noroeste<sup>139</sup>, em matéria de 19 de janeiro de 1934, mostrava otimismo em relação a montagem de uma nova bomba de pressão para ampliar a capacidade de adução. Desta maneira, seria possível resolver a questão de falta de água.

Esta-se procedendo, nas usinas da vargem Limpa, a montagem de uma nova bomba, de pressão com capacidade diária para mais de três milhões de litros de água. Acrescida essa produção a das bombas atuais, Bauru terá, por muitos anos, água em abundância. No entanto, como complemento dessa medida e para se evitarem desperdícios do precioso líquido, serão distribuídos hidrômetros por toda a cidade, como convite a uma racional economia (CORREIO DA NOROESTE, 1934)<sup>140</sup>.

Dois coisas nos chamam atenção nesta notícia: a primeira é em relação ao uso dos hidrômetros para controlar os desperdícios. Neste sentido a empresa mudaria a forma de cobrança dos usuários, uma vez que com este aparelho, passaria a ser pago o consumo real e não mais uma taxa de fornecimento. Podemos notar um avanço técnico no sistema. No entanto, era necessário resoluções e pareceres de repartições da capital para aprovação.

O outro ponto importante é em relação a expressão “água em abundância”, pois para ter um maior volume do líquido não bastava apenas instalar mais bombas se o volume do manancial continuava o mesmo. Desta forma, o Manancial secaria

---

<sup>138</sup> Ver jornal Correio da Noroeste de 22 de dezembro de 1931, arquivado no Museu Histórico da Prefeitura de Bauru.

<sup>139</sup> Durante as pesquisas em periódicos dos anos 1930, percebemos que o Jornal Correio da Noroeste era a favor da municipalidade, publicando notícias positivas sobre a situação do saneamento. Verificamos na matéria editada em 24 de abril de 1934, onde noticiava que: “há dias que, graças aos esforços combinados da prefeitura e da Empreza Barros Oliva & Cia, estão funcionando, nos mananciais da Vargem Limpa as novas bombas, de grande capacidade. Acabou-se, assim, a falta de água na cidade, salvo uma ou outra pequena deficiência que atinge logares menos bem colocados em relação a rede. Essas últimas deficiências serão sanadas logo que se instale o serviço de hidrômetros, dependente ainda das repartições da capital, roneiras como sempre”. Já seu concorrente Folha do Povo, contrário a política vigente, emitia críticas.

<sup>140</sup> A matéria tem o nome de: *Água de Bauru: A cidade, dentro em breve, terá água em abundância*.

mais rápido. Para o sistema funcionar, além dos novos equipamentos, seria necessário desapropriar áreas próximas as nascentes e ao Córrego. O problema seria resolvido temporariamente.

O periódico ainda citava, pela primeira vez que a Empresa Barros Oliva & Cia, juntamente com a prefeitura municipal estudava a possibilidade de serem instalados filtros para melhorar a qualidade do líquido. Visto que era outro ponto de reclamação da população.

A matéria Serviço de Águas, do dia 24 de abril do mesmo ano e mesmo jornal, confirmava que as bombas de grande capacidade instaladas tinham melhorado o sistema.

No entanto, o problema de falta e disponibilização de água de qualidade a população persistia. E, em 1935, atingia uma população urbana de aproximadamente 27.945 habitantes. A falta de infraestrutura era tão grave que os serviços deixaram de ser apenas um melhoramento urbano, e passou a ter poder político e econômico. No mandato do prefeito Waldemar G. Ferreira, nos anos de 1934 a 1935, a escassez do líquido ampliava, no entanto, o prefeito concedeu um aumento de taxas de água e esgoto à concessionária, sem a companhia ter um compromisso com a melhoria e aprimoramento do sistema. Este e outros fatores levaram a sua destituição do cargo.

A questão do esgotamento sanitário era mais complexa. Muitas famílias ainda despejavam suas águas servidas diretamente nas ruas, auxiliando a proliferação de doenças e acúmulo de sujeiras em vias públicas. Para equacionar, a prefeitura utilizava-se de ferramentas jurídicas, como o próprio código de posturas e intimava a população.

O jornal Correio da Noroeste, em 1934, trazia um edital proibindo o escoamento de águas servidas nas vias públicas, assinado pelo então prefeito Jose Guedes de Azevedo:

De acordo com o art. 348 do Código Penal de Posturas intimo pelo presente, todos os proprietários no perímetro urbano, para no praso de 15 dias a contar desta data, dotarem seus prédios com instalações necessárias, afim de evitar que as aguas servidas sejam despejadas nas sarjetas e passeios de vias públicas (CORREIO DA NOROESTE, 1934)<sup>141</sup>.

---

<sup>141</sup> Ver jornal Correio da Noroeste de 09 de maio de 1934.

Para tentar minimizar os problemas com o esgotamento sanitário, evitar doenças e visando o lucro, empresas particulares comercializavam equipamentos técnicos<sup>142</sup> para tratamento de esgotos, como poços decantadores, com o intuito de substituir as fossas negras ou sépticas. Tais produtos eram aprovados pelos Serviços Sanitários do Estado de São Paulo.



Figura 47 - Folhetos sobre fossas

Fonte: Museu Histórico Ferroviário

Bauru, em 1936, possuía uma população estimada em 25 mil habitantes e o município 45 mil. Na administração de João Silvério Prado, nos anos 1935 e 1936, a situação com a empresa de saneamento estava complicada. O prefeito buscava empréstimos para encampar os serviços, como também realizou estudos para a captação e adução do Rio Batalha. O empréstimo foi vislumbrado com o intuito de melhorias nos serviços de captação, adução e distribuição do líquido. No entanto o dinheiro não veio.

*Água! Água! Água!*<sup>143</sup> Esta era a manchete do jornal Correio de Semana em 1936. As reclamações da falta do líquido estavam estampadas em vários jornais

<sup>142</sup> Durante o processo de pesquisa, encontramos inúmeros folhetos destes materiais sobre fossa da Empresa OMS, que atuava em São Paulo e interior e outros estados. Tais materiais estão no Museu Ferroviário de Bauru. Encontramos documentos comprovante o uso destas fossas nas obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no entanto nenhum material era da Cidade de Bauru.

<sup>143</sup> Ver Jornal Correio da Semana de 5 de outubro de 1936, encontrado no arquivo do Jornal da Cidade.

locais. O Jornal Correio da Noroeste<sup>144</sup>, apresentou uma campanha de mais de doze meses, mostrando os aspectos de caos que a cidade passava, por falta do líquido e descaso da empresa responsável pelos serviços de água e esgoto. Em 1937, no folheto O Bauru, de 12 de julho de 1937, a matéria sobre o Caso da Água revelava o que muitos queriam: “só há um negócio bom para o município: executar ele mesmo o serviço”. E a gerência da infraestrutura do saneamento estava encaminhando para que a municipalidade passasse a tomar conta dos melhoramentos urbanos implantados.

A cidade passava por novos problemas no abastecimento urbano: o Córrego Vargem Limpa apresentava ineficiência no fornecimento de água para abastecer a população. Ao mesmo tempo em que a Empresa Barros, Oliva e Cia deixava a desejar com os serviços prestados. Até este momento, Bauru não contava com o sistema de tratamento de água, apenas existiam os processos de captação e distribuição por meio de tubulações e ramais prediais. Para uma cidade que se modernizava, o tratamento era indispensável para sanear os problemas com a saúde pública.

---

<sup>144</sup> Os jornais dos anos de 1936 e 1937, onde realizaram a campanha de comentários sobre os serviços de saneamento, foram encontrados arquivo do Jornal da Cidade.

Empresa de Agua e Esgotos de Baurú S. A.

Snr. *Paulo Jantoi* Conta de mez de *Setembro*

Rua *Franca, 7835*

C. No *139*

*19.6*

As taxas fixas gozam dos seguintes descontos:

10 % — paga adelantadamente até o dia 10.

5 % — paga adelantadamente de 11 a 20.

Sem desconto de 21 a 30.

E com o acrescimo de 10 % se paga atrasadamente.

Taxa de Esgoto

Desconto

Accrescimo 10 %

Quota de Previdencia 2 %

RECEBEMOS

Total: *70,00*

Sellado com

RECIBO PARA O CONSUMIDOR

Figura 48 - Recibo de pagamento a empresa de agua e esgoto  
Fonte: NUPHIS

### 3.3 Consolidação e Modernização dos serviços de Água e Esgoto

Água, enfim! Água para todas as necessidades e para a carícia refrescante de um chuveiro. Bauru tem água! Grito de alívio, de alegria, de vitória. E Bauru agradece, sensibilizada, ao seu prefeito e ao Governador esse inolvidável presente: Água! (CORREIO DA NOROESTE, 1942)<sup>145</sup>.

Os escritos do jornal Correio da Noroeste, pelo jornalista José Fernandes, em 1942, nos mostra claramente a situação em que a cidade se encontrava, a água voltou as torneiras da população. Líquido essencial a vida e a saúde urbana e que a municipalidade mostrava incapacidade em fornecer em quantidade e qualidade adequada. Diferente das matérias anteriores sobre o assunto, que comentavam sobre a falta de água e má qualidade dos serviços prestados, criticando o estado sanitário da cidade.

<sup>145</sup> Ver jornal Correio da Noroeste, dia 19 de abril de 1942, localizado no Museu Histórico Municipal.

A concessão da empresa Barros Oliva & Cia. Ltda. finalmente estava vencendo. Nos anos 1936, na gestão do prefeito João Bráulio Ferraz, com apoio da Câmara Municipal, e mediante demora na aprovação do empréstimo solicitado ao Estado para encampar os serviços, abriu licitação na modalidade concorrência pública<sup>146</sup> para a exploração dos serviços de água e esgoto da municipalidade, por mais 30 anos.

A lei referente a esta licitação era a nº 45 promulgada em 1937. Em seu artigo nº 1 autorizava o processo de concorrência:

Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a por em concorrência publica os novos serviços de captação de água a ser construída no Rio Batalha e os de exgottos e concessão para a sua respectiva exploração com exclusividade (LEI MUNICIPAL, nº45, 1937).

O que nos chama atenção, nesta lei, é o fato da especificidade com relação a coleta de esgoto e como trabalhar este sistema, tratado no parágrafo 1 do texto:

Relativamente aos serviços de exgottos o concorrente será obrigado a estender as redês respctivas em todo o perímetro urbano da cidade, districto de Villa Falcão e nas demais Villas enjos serviços sejam exclamados pela população e a critério da municipalidade.

Fica evidenciada a preocupação com a salubridade urbana e a importância dada a esta infraestrutura tão essencial, pois, a partir deste momento deveria ser estendido o serviço para além do perímetro urbano, atendendo toda a população do município de Bauru. Percebemos que nas outras leis de concessão, o serviço de canalização de esgotos era deixado como item secundário, prevalecendo apenas os serviços voltados para o abastecimento. Outro ponto importante que notamos, está relacionado com a visibilidade que a vila Falcão ganhava neste período, na época um distrito. A infraestrutura já estava chegando para a região.

Quanto ao projeto para as obras de adutora do rio Batalha, a lei indicava que foram realizados “estudos feitos pelo engenheiro Paiva Baracho”<sup>147</sup> e aprovados pela prefeitura e municipalidade. Sobre as redes de água, a concessionária seria responsável pelo “remanejamento da actual rede de distribuição de água e seu

---

<sup>146</sup> Ver Lei nº 49 de 10 de abril de 1937. Todas as leis, desta dissertação, podem ser encontradas na Câmara Municipal de Bauru. O jornal Correio da Semana de 10 de maio de 1937 trazia O edital n. 47 da concorrência pública para os Serviços de Captação de água do Rio Batalha e Serviços de exgottos.

<sup>147</sup> No entanto não encontramos estes estudos e há pouca informação sobre os trabalhos deste engenheiro.

prolongamento por todo o perímetro suburbano”, além de já constar a solicitação de instalação dos hidrômetros. No caso dos esgotos, a lei ainda tratava que deveriam ser construídas “fossas de tratamento, bem como remodelação da atual rede”. Além disto, a concessionária se obrigava a quitar a dívida de 600:000\$000 (seiscentos contos de réis) (LEI MUNICIPAL, nº 45, 1937).

A firma vencedora foi de João Jorge Pioreni<sup>148</sup>, que abriu mão do contrato<sup>149</sup>, visto que sua empresa tinha interesses em negócios ferroviários, e sabendo das dificuldades que iria enfrentar com tal concessão, optou por não assinar o documento (PAIVA, 1975, p.85).

Nos anos de 1939, com o prefeito em exercício Ernesto Monte, frente a prefeitura municipal, a situação parecia ter uma resolução favorável a população tão carente destes serviços. Novamente o poder público municipal se via na necessidade de encampar os serviços e trazer a responsabilidade deste importante melhoramento para o gerenciamento da municipalidade.

Mais do que saciar a sede e resolver uma situação insalubre do meio urbano, resolver a questão do abastecimento de água e esgotamento sanitário de Bauru, que vinha se arrastando a anos, surgiu como premissa de modernização e desenvolvimento econômico do município.

Assim sendo, houve discussões acerca da viabilidade dos serviços serem gerenciados pelo próprio poder público municipal, já desacreditado pela população. A questão da água deixava de ser apenas voltada a infraestrutura urbana e saúde pública, ganhando conotações políticas e de desenvolvimento social e urbano. Questionamentos como: quem iria gerir os serviços? Quem financiaria? De onde viria a água? Qual técnica seria implantada? Deveriam ser respondidas.

Como medida emergencial a fim de minimizar os problemas com a falta de água, a prefeitura assinou um contrato com a Companhia Antártica Paulista, para exploração e fornecimento do líquido nos poços artesianos particulares da empresa, que somavam 5 unidades, localizadas na Vila Antártica, e de caminhões pipas nos momentos críticos de falta de água.

Solucionado temporariamente o abastecimento, o primeiro problema a ser sanado era em relação a gestão dos serviços de infraestrutura. Até o momento, o

---

<sup>148</sup> O caso da concessão dos serviços de água e esgoto, por mais 30 anos, foi amplamente discutida nos jornais locais. Indicamos o jornal Folha do Povo de 1937 para aprofundar no assunto.

<sup>149</sup> Em vários números do Jornal Folha do Povo de 1937 podemos encontrar o Contrato, na íntegra, com o Sr. João Jorge Pioreni

poder público municipal tinha deixado este importante serviço nas mãos do poder privado, já que o município não possuía capital para manter e desenvolver estes sistemas.

No entanto, as concessionárias geralmente atendiam apenas as áreas centrais da cidade, e as reclamações eram constantes, pois queriam aumento da água e que os serviços atendessem a todos (REZENDE E HELLER, 2008). Sendo assim, a prefeitura optou pela encampação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Resolvido que o poder público tomaria conta da infraestrutura, o outro problema era: quem financiaria os serviços? Os investimentos dessa infraestrutura eram altos para os recursos da municipalidade. Dentro de um cenário nacionalista e estatizante, foi liberado verba pelo interventor Adhemar de Barros, com finalidade de encampação e modernização da companhia. Era um pequeno esforço de controle municipal com a infraestrutura pública, que resultaria na prestação de serviços de melhor qualidade e fugindo dos parâmetros meramente empresariais (GHIRARDELLO, 1992, p. 165). No mandato do prefeito Ernesto Monte<sup>150</sup>, Bauru recebia um grande empréstimo<sup>151</sup>, o qual foi utilizado para financiar tais infraestruturas.

O prefeito Ernesto Monte, bem relacionado com o governo, consegue um empréstimo, primeiro de cinco mil contos de réis, iniciando as obras de captação das águas do ribeirão Batalha (...) a primeira verba não deu para as encomendas, foi preciso mais a segunda de dois mil contos de réis (PAIVA, 1975, p. 85).

Decidida a questão da verba, outro ponto era: de onde a água seria retirada? A região de Bauru se encontra em área formada por vários rios e córregos, no entanto o volume de vazão, dos mesmos, era pequeno, impossibilitando o uso destes mananciais próximos a cidade. Neste sentido, a prefeitura juntamente com o departamento de Municipalidade, criou uma comissão técnica com a finalidade de estudar afluentes da região de Bauru, atentando para seus córregos e rios.

O intuito destes trabalhos era indicar o melhor manancial à captação de água para cidade que se consolidava no oeste paulista. Para esta empreitada foram chamados os engenheiros: Lucas Nogueira Garez, Carneiro Vianna e Gavião

---

<sup>150</sup> No Jornal Folha de Bauru de 03 de fevereiro de 1943, constava o Decreto Lei nº 36 que autorizava a prefeitura a contrair com o Governo do Estado um empréstimo de Cr\$ 2.500.000,00, nos termos do decreto de lei 6.377 de 04 de abril de 1934.

<sup>151</sup> Ver Ata de Câmara de 20 de outubro de 1935, lei municipal nº 431.

Monteiro (PELEGRINA, 2007). Com as sondagens, confirmaram que o manancial do Rio Batalha apresentava grande volume de água e características desejáveis a potabilidade.



Figura 49 - mapa da cidade com os rios urbanos – 1938 (modificado)

Fonte: NUPHIS



*Figura 50 - Manancial Rio Batalha*

*Fonte: DAE BAURU*

E, por fim, a última demanda a se determinar foi em relação a soluções técnicas empregadas. Como iria ser o projeto do sistema e como iria funcionar? Nestes quesitos, estudou-se um plano geral de abastecimento, tanto quanto à disponibilidade e distribuição, como ao tratamento do líquido, e o esgotamento sanitário por meio do sistema de coleta de dejetos. O plano constava de projetos técnicos, planilhas orçamentarias e listas de material, que foram produzidos mediante levantamento de planta topográfica e estudos de traçados para a infraestrutura.

O sistema implantado era formado por: 2 adutoras, sendo 1 de diâmetros de 450mm e outra de 600mm; poço de sucção<sup>152</sup>, estação de recalque<sup>153</sup>, Estação de Tratamento de Água (ETA) onde o líquido passava por um processo de tratamento por meio de filtros, reservatório com capacidade de 2.500m<sup>3</sup>.

Neste sistema<sup>154</sup>, o abastecimento da cidade era feito da seguinte maneira: a água captada no manancial do Rio Batalha, em área represada, era levada para a

---

<sup>152</sup> Compartimento de dimensões limitadas, de onde parte a tubulação que conduz água para a bomba.

<sup>153</sup> Local onde ficam as bombas de recalque.

<sup>154</sup> Da lagoa de captação até a casa de bombas de recalque a metragem era de 127,50 metros com tubulação de Diâmetro DN450mm. Saindo da casa de recalque até chegar na ETA, haviam duas redes, uma de Diâmetro DN600mm e outra de Diâmetro DN450mm, com aproximadamente 2.300,00 metros. O total de tubulação existente era de aproximadamente 4.600,00 metros. Estes dados foram fenecidos pela Seção de Cadastro e Desenho do Departamento de Água e Esgoto de Bauru.

estação de recalque pelas tubulações da adutora. O líquido era bombeado e levado para a estação de tratamento, onde passava por um processo de filtragem, para a remoção de partícula e melhorias na cor, odor e sabor. Após ser tratada, a água seguia para um reservatório e distribuído, pelas redes até chegar nos ramais domiciliares.

A captação foi feita e a estação de tratamento também, produzindo nada menos de 12 mil litros de água por 24 horas. Foram feitos novos encanamentos, nova caixa d'água dentro do perímetro urbano e outra fora, inúmeras ligações atendidas, melhorando bem o serviço naquela época (PAIVA, 1975, p. 85).



*Figura 51 - Planta*  
*Fonte: DAE BAURU*

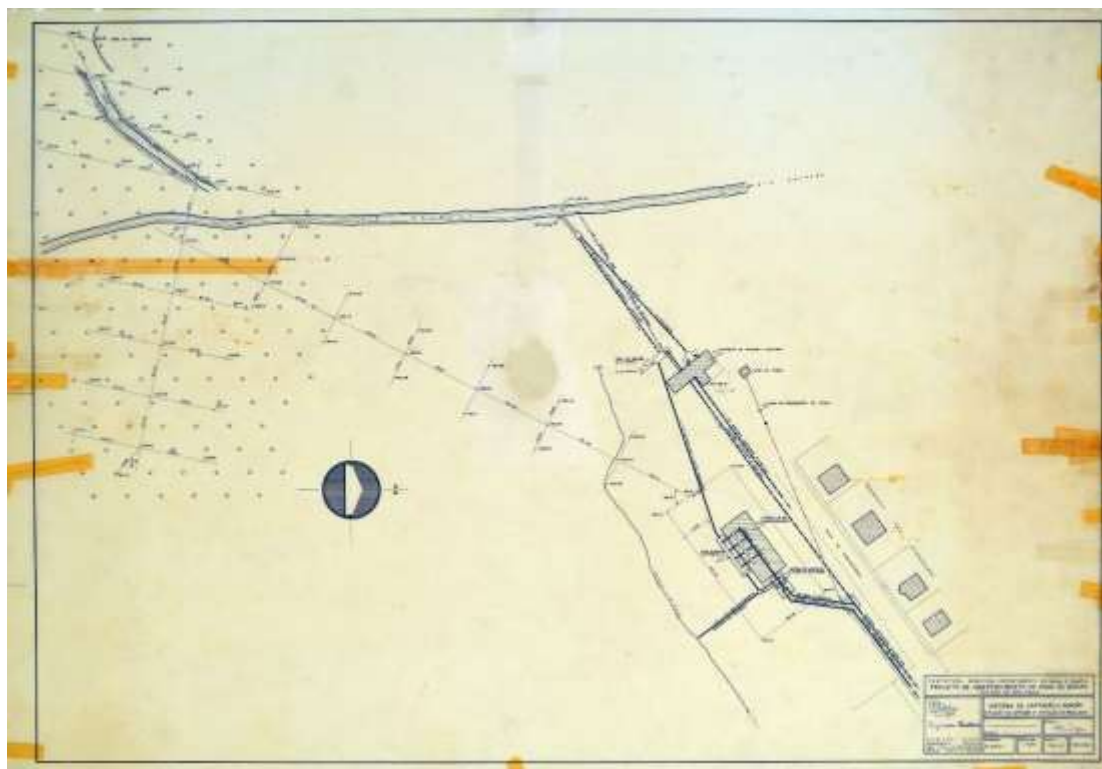


Figura 52 - sistema de captação e Adução  
Fonte DAE BAURU

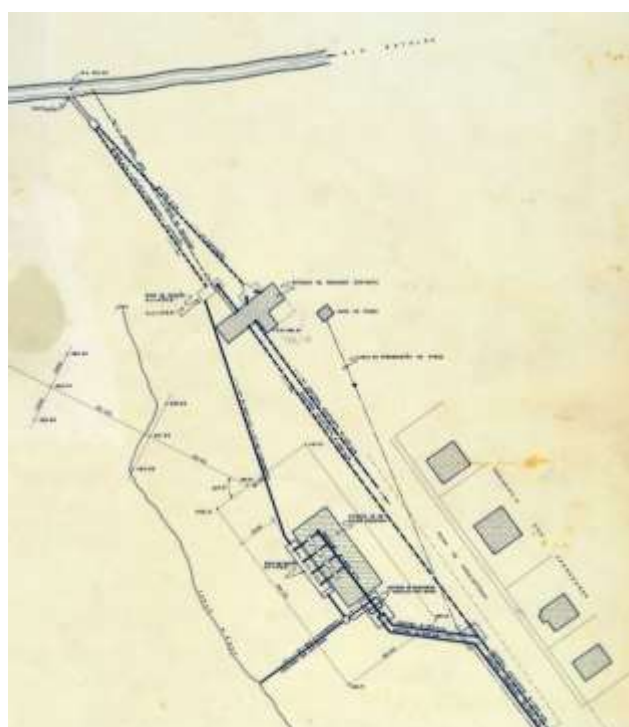


Figura 53 - Recorte - sistema de captação e Adução  
Fonte: DAE BAURU

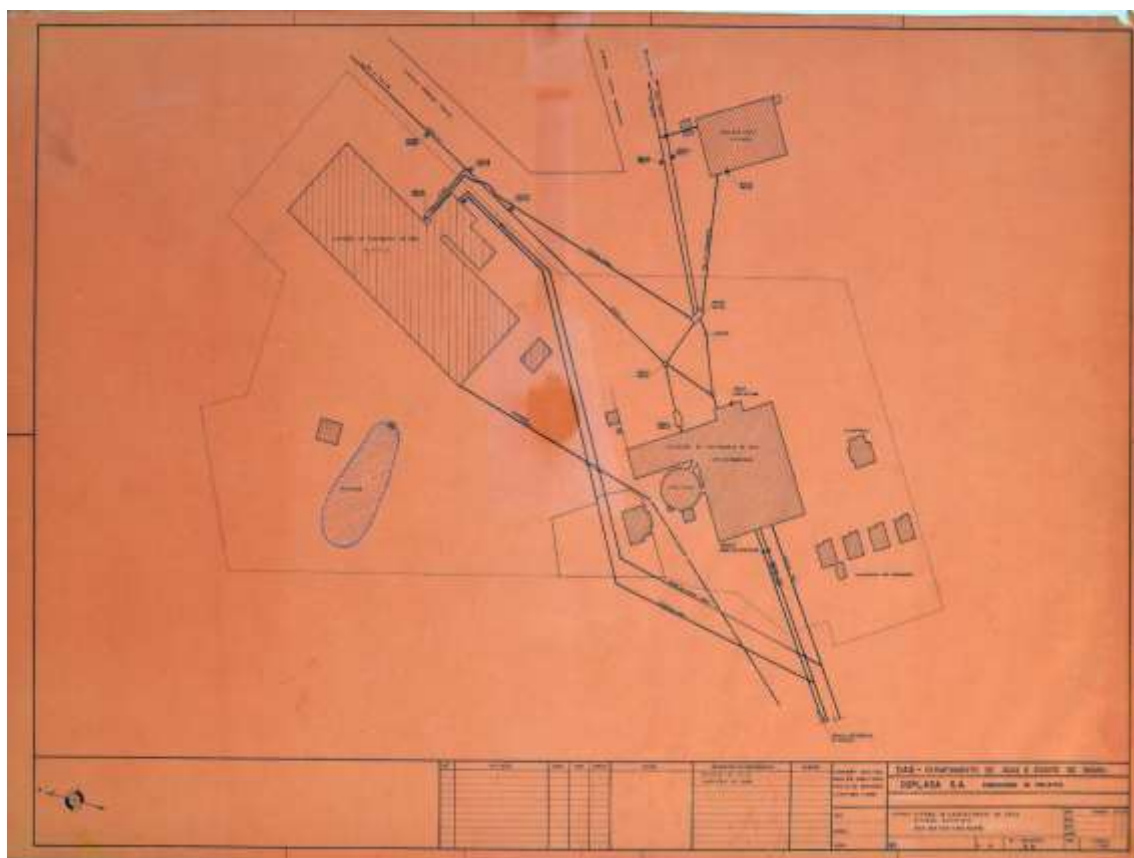


Figura 54 – planta da estação de tratamento  
Fonte: DAE BAURU



Figura 55 - Prédio da Estação de Tratamento de Água e Esgoto – Eta -1943  
Fonte: NHUPIS



Figura 56 - Estação de Tratamento de água, 1943  
Fonte: DAE BAURU

O serviço de captação de água do Córrego Vargem Limpa foi desativado em 19 de abril de 1942, e passou a ser realizado a extração do líquido no Rio Batalha (DAE, 2015)<sup>155</sup>. Pela primeira vez, a população, que neste momento estimava-se em 33.900 habitantes na área urbana (GHIRARDELLO, 1992, p, 137), poderia contar com os serviços de tratamento da água, por meio da construção da Estação de Tratamento.

O evento de inauguração do sistema, sob a gestão do poder público municipal, aconteceu no aniversário de Bauru, em 1º de agosto de 1942. Foram proferidos vários discursos e o evento foi “coroadado com um churrasco nas instalações do Parque Municipal, oferecido pela municipalidade as autoridades visitantes e ao povo” (JORNAL DA CIDADE, 1986<sup>156</sup>).

Na matéria do jornal local *Dário de Bauru*, *Histórico serviço de Água de Bauru*, datado de 21 de dezembro de 1972, Carlos F. de Paiva discutia, de maneira sucinta, fatos importantes da evolução deste sistema.

A captação da água do Batalha e estação de tratamento é obra da gestão de Ernesto Monte, que obteve de Ademar de Barros, da primeira vez 5.000,000 contos e depois mais 2.000,000. O dr. Edvaldo Rabelo foi o engenheiro

<sup>155</sup> Os dados podem ser encontrados no site do Departamento de Água e Esgoto de Bauru. Ver: <http://www.daebauru.com.br/2014/empresa/empresa.php?secao=historia&pagina=8>. Acessado em 20/11/2015.

<sup>156</sup> Ver Jornal da Cidade de 01 de agosto de 1986, na edição Documento II a matéria Há 40 anos a inauguração dos serviços de água.

construtor deste trabalho que aqui esteve durante o tempo preciso para dar conta do recado, conseguindo um abastecimento de 12 mil litros de água por 24 horas (DIÁRIO DE BAURU, 1972).



*Figura 57 - Construção das adutoras  
Fonte: DAE BAURU*

Quanto à infraestrutura de esgotamento sanitário, o sistema era formado por tubos coletores de diversos diâmetros, bombas de recalque, estações elevatórias e ramais domiciliares. Os bairros localizados em cotas mais baixas eram os que

apresentavam maiores problemas. Para esgotar os efluentes acumulados nestes locais, precisava-se de uma estação elevatória. Convergiam para as redes coletoras as águas servidas, provenientes dos esgotos e as pluviais. Ambas eram jogadas *in natura* nos corpos coletores: córregos e rios. Para uma cidade em processo de modernização, esta atitude iria na contramão dos discursos sanitários e de saúde pública.

Devido aos orçamentos restritivos, percebemos soluções técnicas norteadas na economia e que dialogassem com as condições locais, tentando dispensar a utilização de materiais importados. Os engenheiros e responsáveis técnicos trabalhavam com estas premissas e a prefeitura municipal não tinha como bancar nada diferente. Como vimos, os projetos de saneamento, instalados em Bauru, partiam da topografia e estruturas existentes visando maior economia, eficiência e facilidade de manutenção, sem grandes rupturas com a paisagem e a forma urbana.

Não percebemos um plano sanitário aos moldes de Saturnino de Brito, em que se tinha uma relação com a paisagem, no tocante ao entendimento do conceito de salubridade vinculado, primordialmente aos fatores ligados à configuração topográfica (relevo), à presença de vegetação, à existência dos rios e córregos (corpos d'água) e a construção de equipamentos como hospitais, cemitérios, matadouros em áreas apropriadas. Conforme Dantas (2003, p. 23) descreve:

(...) extrapolando a função de introduzir as redes de água e esgotos, previa a intervenção e a ordenação do espaço físico a partir da racionalidade técnica das redes e dos equipamentos sanitários, orientando-se, para tanto, na visão organicista da cidade e articulando as várias dimensões urbanas – ambientais, estéticas, viárias etc. – em função do seu saneamento.

Em Bauru, as ações sanitárias empregadas foram soluções pontuais nas questões do abastecimento de água e coleta dos dejetos. Os projetos implantados não tinham a preocupação em integrar o saneamento com as grandes obras de drenagem, como por exemplo nos projetos da cidade de Santos.

Mesmo com suas limitações, a implantação dos serviços de infraestrutura de água e esgoto foram um dos marcos do processo de modernização da cidade. Somados as medidas de higienização urbana, melhoramentos e embelezamentos, os sistemas de disponibilidade e distribuição de água potável e a coleta dos esgotos, implantados em 1912, podem ser vistos como elemento de parceria público e privado, perante ações que alteraram a circulação e a estética urbana.

## Considerações Finais

A problemática da urbanização tem desafiado os historiadores a procurar variadas explicações sobre a questão do processo de formação e desenvolvimento das cidades. Os temas relacionados com o crescimento populacional geram cidades com péssimas condições sanitárias e desordenado desenvolvimento, com infraestrutura valorizando as áreas privilegiadas em detrimento de toda a população. O desenvolvimento urbano da cidade de Bauru teve como agente propulsor a ferrovia, que viabilizou, expandiu e urbanizou a urbe.

Iniciamos nossas pesquisas analisando os olhares sob a cidade de Bauru, de historiadores, memorialistas, técnicos e pesquisadores. Tentamos entender os principais enfoques de análise da história urbana da cidade. Encontramos trabalhos referentes à ferrovia, aos rios urbanos, ao patrimônio religioso, às praças e às áreas verdes, às igrejas, ao comércio. Tais estudos nos ajudarem a entender a cidade.

Buscamos reflexões na compreensão da modernização, saneamento e estética na cidade, sendo estruturada por ações de melhoramentos, embelezamentos e higienistas. Intervenções pontuais, norteadas pelos Códigos de Posturas e demais legislações, desde a implantação das ferrovias nos anos de 1910, foram necessárias para consolidar o processo de modernização de Bauru. O saneamento, pelo viés do abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuiu para esta legitimação.

Procuramos discutir a dialética do saneamento e da saúde, entendendo a relação intrínseca que existe entre a falta de redes de água e esgoto com a saúde da população, principalmente no tocante dos dejetos, já que sem uma coleta e tratamento adequado, são nocivos e causam doenças. É notório que o saneamento é necessário para solucionar os problemas de higiene e de doenças acarretadas pelo rápido e desenfreado crescimento populacional, implantado, inicialmente, por meio da infraestrutura.

Os olhares técnicos, científicos e médicos elaboraram diagnósticos e projetaram novos espaços e infraestrutura na cidade em processo de modernização. Por meio de ideologias e ações de gestores públicos, de profissionais e da elite a cidade progredia. Os princípios higienistas e avanços das técnicas construtivas apareciam nos melhoramentos executados na cidade.

A busca pelo entendimento dos fatos que levaram à implantação da infraestrutura, bem como as políticas públicas aplicadas, as técnicas e tecnologias

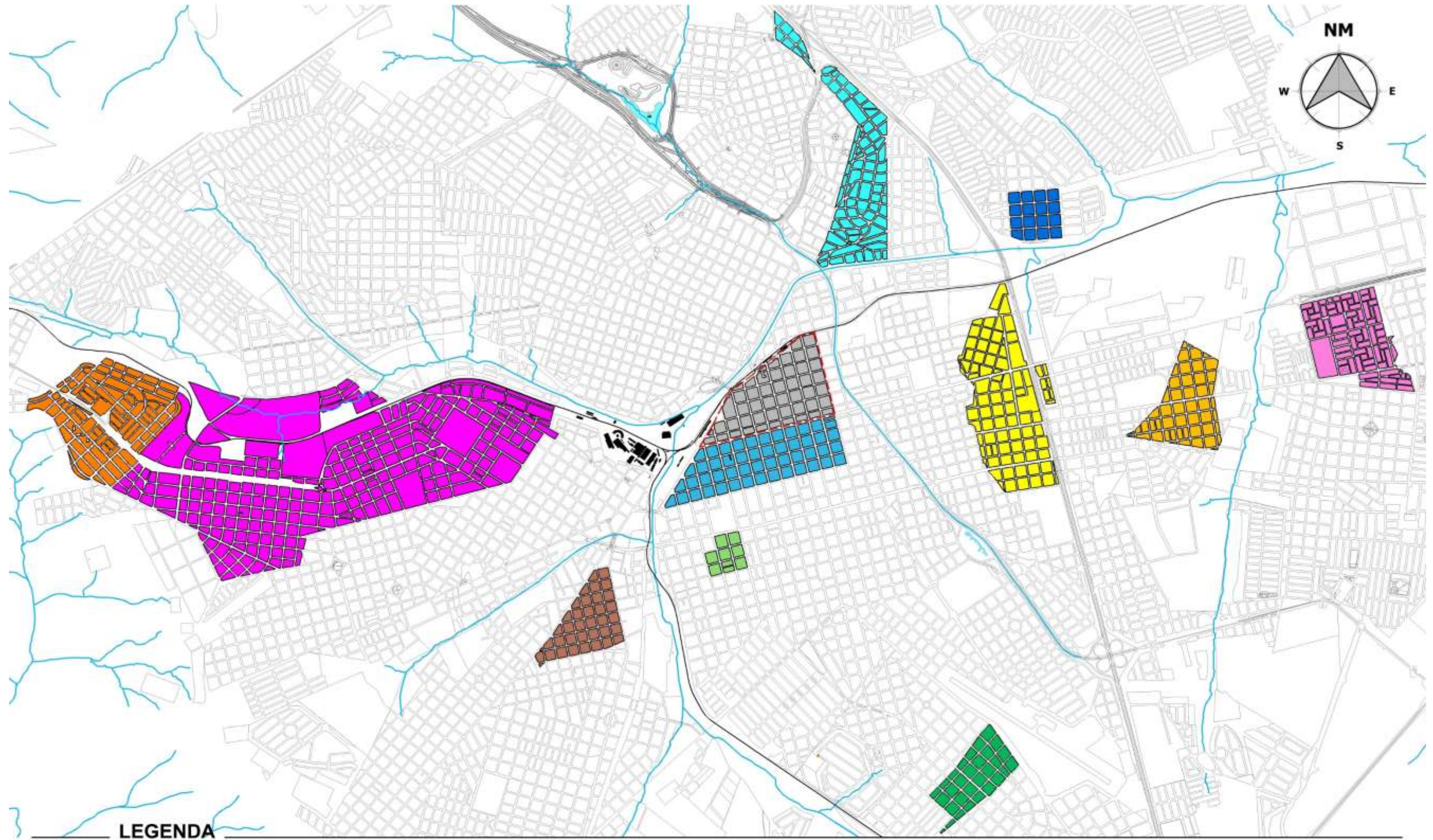
empregadas no sistema, nos dão suportes para o entendimento de como esta infraestrutura se encontra atualmente. Não é de hoje que a falta de água irrompe as manchetes dos jornais. Historicamente, Bauru nunca chegou a criar um “banco de água” suficiente para atender toda a demanda populacional. Devemos aprender com os erros do passado e reescrever a história.

Findamos nossos estudos quando o domínio da infraestrutura de abastecimento de água e coleta de esgotos foi transferido para o município gerenciar os serviços, no início da década de 1940. Assim, estas questões passaram a ser consideradas como de saúde coletiva e instrumento de desenvolvimento econômico e social, sendo de interesse público.













Um ponto importante é a singularidade desta pesquisa: não há trabalhos sobre a história do saneamento da cidade de Bauru. Encontramos relato dos memorialistas, mas nenhum estudo aprofundado sobre o assunto. É bom frisarmos que, no tocante ao material de pesquisa, há um descaso com alguns documentos, Atas de Câmara, fotos, plantas pelas instituições onde são arquivadas. No departamento de Água e Esgoto, inúmeros materiais que retratavam a história do sistema se perderam, ou estavam jogados em arquivos sem nenhuma estrutura de preservação. Os primeiros projetos do abastecimentos e esgotamento não foram encontrados.

Não apenas um registro histórico do saneamento de Bauru, esperamos que este trabalho sirva como uma leitura e reflexão do passado e, que os problemas cometidos antes, sejam repensados e aprendidos para que não incorra nos mesmos erros. E, esperamos que estas informações colaborem com estudos sobre a história urbana e o saneamento do Brasil.

Como produto da pesquisa, produzimos um mapa, com a datação de implantação das redes de água e esgoto de alguns bairros da cidade. O levantamento de dados foi feito em jornais, uma vez que o Departamento de Água e Esgoto de Bauru não possuía estas informações. Desta maneira, este mapa é pioneiro dos estudos da história da infraestrutura implantada na cidade.



**LEGENDA**

- |   |  |  |
|---|--|--|
|  VILA CARDIA, 1929         |  ALTOS DA CIDADE, 1925        |  VILA INDUSTRIAL, 1950  |
|  VILA INDEPENDÊNCIA, 1941  |  JARDIM AMÉRICA, 1955         |  VILA DUTRA, 1930       |
|  PARQUE VISTA ALEGRE, 1948 |  JARDIM REDENTOR, 1969        |  VILA SANTA LUZIA, 1920 |
|  VILA ISABEL, 1940         |  JARDIM CRUZEIRO DO SUL, 1955 |  CENTRO                 |

## Referências

ALVES, S.A. Habitação social na cidade de Bauru-SP. In: FONTES, M.S.G.C; GHIRARDELLO, N. (org.). *Olhares sobre Bauru*. Bauru, SP: Canal 6, 2008. p. 85-97.

ANDRADE, C.R.M. *A peste e o plano: o urbanismo sanitaria do Engenheiro Saturnino de Brito*. 1992. (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.

AZEVEDO NETTO, J.M. *Cronologia do abastecimento e água (até 1970)* – Revista DAE, vol. 44, n 137, p.106-111, São Paulo, junho, 1984.

\_\_\_\_\_. *Manual de Hidráulica*. 8. Ed. São Paulo: Blucher, 1998.

BASTOS, T.A. *A ocupação natural, jurisdicional e religiosa do sertão de Bahuru*. Bauru, 1994. 103p. (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista.

BASTOS, I. A. *A violência na história de Bauru*. Bauru: EDUSC, 1996.

\_\_\_\_\_. *Sertão Noroeste: O poder municipal na República Velha*. Bauru: Edipro, 2000.

BAPTISTA, M.B.; COELHO, M.M.L.P. *Fundamentos da Engenharia Hidráulica*. 3 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BEGUIN, F. *As maquinarias inglesas de conforto*. Espaço e Debates, nº34, 1991. p. 44-45.

BENEVOLO, L. *História da Cidade*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BERNARDINI, S.P. *Construindo infraestruturas, planejando territórios: a Secretaria de Agricultura, comércio e obras públicas do governo Estadual Paulista (1892-1926)*. São Paulo, 2007. Tese doutorado –área de Concentração: história e fundamentos da arquitetura e urbanismo –FAUUSP.

BITTENCOURT, L. C. A dimensão urbanística dos leitos, edifícios e pátios ferroviários da cidade de Bauru. In: FONTES, M.S.G.C; GHIRARDELLO, N. (org.). *Olhares sobre Bauru*. Bauru, SP: Canal 6, 2008. p. 45-53.

BORJA, P. C. *Política de saneamento, instituições financeiras internacionais e megaprogramas: um olhar por meio do Programa Bahia Azul*. 2004. 400f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BOSI, A. P. *As águas das cidades (1850-1920): usos e negócios*. Revista História e Perspectivas. Uberlândia (36-37), p. 109-132, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Congresso Nacional, Brasília, DF, 2000.

BRASIL. *Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico*. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 05 jul. 2015.

BRASIL. *Lei n. 11.445 de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico*. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1, p. 3-7, 2007a. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2015.

BREFE, A. C. F. *A cidade Inventada: A Paulicéia Construída nos Relatos Memorialistas (1871-1920)*. Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 1993.

BRITO, F. S. R. de. *Obras completas. Vol. II: Esgotos – Parte Geral*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

\_\_\_\_\_. *Obras completas. Vol. III: Abastecimento de águas – Tecnologia e Estatística – Parte Geral*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

\_\_\_\_\_. *Obras completas. Vol. XVII: Projetos e Relatórios – Saneamento de Santos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

\_\_\_\_\_. *Obras completas. Vol. XVIII: Memórias Diversas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

\_\_\_\_\_. *Obras completas. Vol. XX: Urbanismo – Estudos Diversos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 90-105.

CAMPOS, C.de. *Ferrovias e saneamento em São Paulo. O engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infraestrutura territorial e urbana paulista, 1870-1893*. São Paulo, 2007, Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, M. I. M. *O preço do progresso: A construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)*. 293f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1993.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHOAY, F. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2006.

Coletânea de informações e dados técnico sobre o sistema de água e esgoto de Bauru – Departamento de Água e Esgoto de Bauru - DAE, Bauru, SP. 2014. Disponível em: <http://www.daebauru.com.br/2014> [Consult. 25 fev. 2015].

CONSTANTINO, N.R.T. *A construção da paisagem de fundo de vale: o caso de Bauru*. Tese doutorado: FAUUSP. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. A construção da paisagem de fundos de vale em Bauru. In: FONTES, M.S.G.C; GHIRARDELLO, N. (org.). *Olhares sobre Bauru*. Bauru, SP: Canal 6, 2008. p. 21-32.

COSTA, A. M. *Análise histórica do saneamento no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação da ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro, 1994.

COSTA, L. A. M. *O ideário urbano na virada do século – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Carlos: RiMA, Fapesp, 2003.

CUNHA, M.C.P. *O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

DANTAS, A. C. de C. L., *Sanitarismo e Planejamento Urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969*. 2003. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

ENGELS, F. *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

FARIA, R. S. de. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina*. 426 f. Dissertação (Mestrado) Departamento de História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FERRAZ, A. R. F. *Marcas do moderno na arquitetura de Bauru*. 2003, 303p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

FONTES, M. S. G. de C. A qualidade de espaços públicos abertos: estudos em praças de Bauru. In: FONTES, M.S.G.C; GHIRARDELLO, N. (org.). *Olhares sobre Bauru*. Bauru, SP: Canal 6, 2008. p. 129-140.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GAMA, Ruy. *A tecnologia e o trabalho na história*. São Paulo: NOBEL, 1987.

GHIRARDELLO, N. *Aspectos do Direcionamento Urbano da Cidade de Bauru*. 1992, 187p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *À beira da linha, formações urbanas da Noroeste paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900)*. São Paulo: UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. Primórdios da formação urbana de Bauru (1885-1920). In: FONTES, M.S.G.C; GHIRARDELLO, N. (org.). *Olhares sobre Bauru*. Bauru, SP: Canal 6, 2008. p. 33-44.

GOFF, Jacques Le. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

GOMES, P.C.C. *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GULINELLI, E.L. *Análise do desenho do parcelamento rural na região de Bauru: compreendendo o período entre o final do Século XIX e início do Século XX*. Bolsa Iniciação Científica FAPESP, 2002. 110f. Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica – Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), São Paulo, 2002.

HOBBSAWM, E. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz&Terra, 2010.

HOCHMAN, G. *A era do saneamento: As bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec Ltda, 1998.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. *Demanda, oferta e necessidades dos serviços de saneamento*. Brasília: IPEA, 1995 (Série Modernização do Setor Saneamento, 1).

JEUDY, H. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KATINSKY, J. R. *Um guia para a história da Técnica no Brasil Colônia*. São Paulo, 1980.

KUHL, B.M. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia (SP): Ateliê/FAPESP, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 1987.

LAMPARELLI, C. *Metodologia de pesquisa aplicada à arquitetura e ao urbanismo*. São Paulo, FAU USP, 1996.

LANNA, A.L.D. *Uma Cidade na transição*. Santos: 1870 – 1930. São Paulo: Hucitec, 1996.

LANDIM, P. da C. *Desenho de paisagem urbana – As cidades do interior paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LEITE, M. *Paulistas e mineiros plantadores de cidades*. São Paulo: Edart, 1961.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, FUPAM, 1999.

LEMOS, C. A. C. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1976.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E.M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARQUES, E.C. *Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, II: 51-67, Jul. – Oct., 1995.

MARTIN, S. S. *Álbum Gráfico do Estado do Mato Grosso*. Janeiro de 1914.

MARX, M. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, Edusp, 1980.

\_\_\_\_\_. *Nosso chão do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989.

\_\_\_\_\_. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Edusp, Nobel, 1991.

\_\_\_\_\_. *Cidade no Brasil, em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Pontes, 1990.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec Polis, 1984.

MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NEVES, C. *No velho Bauru: Crônicas do Bauru antigo*.

NOGUERIA, A. A.S. *A engenharia elétrica e sanitária*. In: VARGAS, M. (Org.). *Contribuições para a história da engenharia do Brasil*. São Paulo; EPUSP, 1994.

ODALIA, N; CALDEIRA, J.R.C. *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. Vol. 1. Colônia e Império. São Paulo: Editora UNESP; 2010.

\_\_\_\_\_. *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. Vol. 2 República. Colônia e Império. São Paulo: Editora UNESP; 2010.

PAIVA, C.F de. *Narrativas sintéticas dos fatos que motivaram a fundação de Bauru*. Bauru, 1975.

\_\_\_\_\_. *Complemento às narrativas sintéticas dos fatos que motivaram a fundação de Bauru*. Bauru, 1975.

PELEGRINA, G. R. *Memórias de um ferroviário*. Bauru-SP: EDUSC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Bauru: notas históricas*. Bauru, SP: Canal 6, 2007.

PELEGRINA, G.R; ZANLOCHI, T. S. *Ferrovia e Urbanização: o caso de Bauru*. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 1991.

PELEGRINA, G. R.; BASTOS, I. A. *Bauru: origens históricas*. Bauru, SP: Canal, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU: Plano diretor de 1967.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU: Plano diretor de 1996.

PUPPI, I.C. *Estruturação Sanitária das cidades*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. São Paulo: Cetesb, 1981.

RANGEL, I. *O papel dos serviços de utilidade pública*. Em anais do Seminário Crise urbana e privatização dos Serviços Públicos. UFRJ. 1987.

REIS FILHO, N. G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Edusp, 1968.

\_\_\_\_\_. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. *Aspectos da história da engenharia civil em São Paulo: 1860-1960*. São Paulo: CBPO, Kosmos, 1989.

REZENDE, S. C.; HELLER, L. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. -2 ed. Ver. E ampl. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2008.

REZENDE, S; HELLER, L; QUEIROZ, A.C.L. *Água, saneamento e saúde no Brasil: interseções e desacordos*. Anuario de Estudios Americanos. Sevilla, 2009.

ROCHA, A.A. *Fatos históricos do saneamento*. São Paulo: Scortecchi, 1997.

SAIDE, K. *Cidade das águas*. São Carlos: RiMa, 2004, 176 p.

SALGADO, I; FERREIRA, V.G.M. *O higienismo na cidade de São Paulo no século XIX: o estudo das águas*. Anais do XV Encontro de Iniciação Científica. PUC-Campinas, 2010.

SANT'ANNA, D. B. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Senac, 2007.

SILVA, A. *Roteiro Histórico: Uma cidade e uma Instituição*. Bauru: Tipografia Comercial, 1957.

SILVA, R. da. *Curso da água na história: simbologia, moralidade e gestão de recursos hídricos*. Tese de Doutorado: Fundação Oswald Cruz. Rio de Janeiro, 1998.

SPIRN, Anne W. *O jardim de granito: A natureza no desenho da cidade*. Tradução por Paulo Mesquita Pelegrino. São Paulo: Edusp, 1995.

TELLES, P. C. S. *História na engenharia no Brasil: séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984.

TSUTIYA, M. T. *Abastecimento de água*. 4 ed. São Paulo – Departamento de Engenharia Hidráulica e sanitária da Escola politécnica da universidade de São Paulo, 2006.

TUON, L. I. *O cotidiano Cultural em Ribeirão Preto (1880 – 1920)*. Dissertação de Mestrado em História apresentado à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Unesp-Franca, 1997.

UEHARA, K. *Saneamento, Águas e Esgotos, a partir da República Velha*. In: MORAES, J.C.T.B. (Org.). *500 Anos de Engenharia no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. P. 85-98.

VARGAS, M. *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

VILLELA, V.M.J; BURGO, M.M.D; DIZARÓ, M.A. Transformações arquitetônicas nas paróquias de Bauru. In: FONTES, M.S.G.C; GHIRARDELLO, N. (org.). *Olhares sobre Bauru*. Bauru, SP: Canal 6, 2008. p. 55-67.

VITRUVIUS, P. *Tratado de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

## **ANEXOS**

## **Anexos**

### **Anexo I – Lista de Fontes Pesquisadas**

#### **1. Documentos Impressos (Material Físico)**

##### **1.1 Relatórios de Prefeitos Municipais**

- Prefeito Manoel Bento da Cruz enviado à Câmara Municipal, em 04 de abril de 1913, referente a situação que se encontrava o município.

##### **1.2 Códigos de Posturas**

- Lei nº 8 – Código de Posturas - 20 de dezembro de 1897
- Lei nº 1 – Código de Posturas – 19 de fevereiro de 1906
- Lei nº 56 – Código de Posturas – 24 de janeiro de 1913
- Lei nº 235 – Código de Posturas – 31 de janeiro de 1925

##### **1.3 Artigos de Jornal**

- O Bauru - 26 de maio de 1907 - Sessão: “Alfinetes”
- O Bauru - 25 de agosto de 1907 - Sessão: “Assunptos Municipaes”
- O Bauru – 20 de outubro de 1907 - “Bauru”
- O Bauru - 27 de março de 1909 - “Água canalizada”
- O Bauru –5 de setembro de 1909 - “Quantos e Quantas”
- O Bauru –31 de outubro de 1909 - “Reparos”
- O Bauru –08 de maio de 1910 - “Água”
- O Bauru - 24 de julho de 1910. - “Concorrência Publica”
- O Bauru - 02 de outubro de 1910 - “Concorrência Publica”
- O Bauru – 04 setembro de 1910 - “Triste Moléstia”
- O Bauru - 05 de fevereiro de 1911 - “Água e Exgottos”
- O Bauru - 16 de março de 1911 - “Luz Electrica: Inauguração”
- O Bauru - 30 de junho de 1911 - “Propostas”
- O Bauru -16 de julho de 1911 - “Concorrência Pública”
- O Bauru - 30 de junho de 1911 - “Água e Exgottos”
- O Bauru - 5 de dezembro de 1911 - “Água e Exgottos”

- O Bauru - 21 de abril de 1912 - “Bauru e a Hygiene”
- O Bauru - 28 de abril de 1912 - “Bauru e a Hygiene”
- O Bauru -29 de junho de 1913 - “Falta de água? Onde está a administração municipal?”
- O Bauru - 23 de novembro de 1913 - “Água”
- O Bauru - 14 de fevereiro de 1915 - “Água”
- O Bauru - 07 de março de 1915 - “Água”
- O Bauru - 18 abril de 1915 - “Falta de água”
- O Bauru - 25 de julho de 1915 - “Água”
- O Bauru - 28 de maio de 1916. - “Falta de água”
- O Bauru - 01 de outubro de 1916 - “Abaixo Assinado”
- O Bauru - 19 de novembro de 1916 - “Falta de água”
- O Bauru - 29 de dezembro de 1918 - “Serviço de Água”
- O Bauru - 25 de julho de 1920 - “Falta de água”
- Bauru-Jornal - 01 de fevereiro de 1921
- Bauru-Jornal de 29 de janeiro de 1921
- O Bauru de 9 de janeiro de 1921 - “Falta de água”
- O Bauru - 27 de fevereiro de 1921 - “Inauguração do Serviço de Águas”
- O Bauru - 26 de março de 1922 - “Actualidades”
- O Bauru - 04 de maio de 1924 - “Falta de água”
- O Correio de Bauru- 9 de setembro de 1925
- Diário da Noroeste - 02 de fevereiro de 1930
- orreio da Noroeste - 22 de dezembro de 1931
- Correio da Noroeste -19 de janeiro de 1934
- Correio da Noroeste - 24 de abril de 1934
- Correio da Noroeste - 09 de maio de 1934
- Correio da Semana de 5 de outubro de 1936
- Correio da Semana de 10 de maio de 1937
- O Bauru - 12 de julho de 1937 - “Caso da Água”
- Jornal Folha do Povo de 1937
- Correio da Noroeste - 19 de abril de 1942
- Folha de Bauru de 03 de fevereiro de 1943

- Bauru Ilustrado – 1974 a 1988 - Números 1 a 145
- Diário de Bauru de 21 de dezembro de 1972
- Jornal da Cidade - 27 de agosto de 1995
- Jornal da Cidade de 01 de agosto de 1986

#### **1.4 Legislação**

- Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico
- Decreto Estadual nº233 – Código Sanitário de 2 de março de 1894

## **2. Documentos Manuscritos**

### **2.1 Atas, Leis, Indicações e Processos da Câmara Municipal e Prefeitura de Bauru**

- Ata de Câmara de 05 de abril de 1896. Sobre limpeza dos terrenos.
- Ata de Câmara de 02 de julho de 1897. Sobre alinhamento de edifícios.
- Ata de Câmara de 03 de abril de 1899. Sobre abertura de farmácias.
- Ata de Câmara de 11 de novembro de 1899. Sobre embelezamentos urbanos.
- Ata de Câmara de 4 de fevereiro de 1901. Sobre Solicitação ao governo para fornecimento de cano para abastecimento de água. Sobre propostas para projeto do abastecimento d'água potável.
- Ata de Câmara de 25 de novembro de 1901. Sobre drenagem urbana.
- Ata de Câmara 03 de março de 1902. Sobre abastecimento de água.
- Ata de Câmara de 21 de novembro de 1904.
- Ata de Câmara de 02 de abril de 1906. Sobre construção de sarjetas.
- Ata de Câmara de 19 de outubro de 1906. Sobre proposta de Charles Pitlet.
- Ata de Câmara de 08 de novembro de 1906. Sobre proposta para fornecimento de água, luz elétrica e rede de telefonia.
- Ata de Câmara de 26 de novembro de 1906. Sobre o contrato da concessão de abastecimento de água.
- Ata de Câmara de 13 de dezembro de 1906. Sobre modificações no contrato para fornecimento de água.
- Ata de Câmara de 21 de janeiro de 1907. Sobre as taxas de água.

- Ata da Câmara de 7 de outubro de 1907. Sobre Empresa Telefônica Bauruense.
- Ata de Câmara de 1 de junho de 1908. Sobre a canalização e fornecimento da água.
- Ata de Câmara de 6 de junho de 1909. Sobre proposta do eng. Saint Martin de estudos preliminares de abastecimento de água.
- Ata de Câmara de 4 de junho de 1910. Sobre diversos melhoramentos.
- Ata de câmara de 16 de julho de 1910. Sobre projetos de abastecimento de água.
- Ata de câmara de 08 de fevereiro de 1911. Sobre comprar parte de terras da Fazenda Campo Redondo.
- Ata de câmara 08 de março de 1911. Sobre empréstimos.
- Ata de câmara de 05 de abril de 1911. Sobre modificações na proposta de abastecimento.
- Ata de câmara de 14 de junho de 1911. Sobre novos estudos para abastecimento.
- Ata de câmara de 20 de setembro de 1911. Sobre as 3 propostas de melhoramentos urbanos de água e esgoto.
- Ata de Câmara de 22 de novembro de 1911. Sobre contrato com o Coronel Rogério César de Andrade.
- Ata de Câmara de 13 de agosto de 1916. Sobre encampação dos serviços.
- Ata da Câmara do dia 19 de maio de 1918. Sobre empréstimos.
- Ata da Câmara do dia 30 de setembro de 1920. Sobre desapropriações.
- Ata de Câmara de 29 de outubro de 1923. Sobre edital de concorrência pública para o calçamento e sargeamento das principais vias urbanas.
- Ata de Câmara de 17 de dezembro de 1927. Sobre desapropriações.
- Ata de Câmara de 20 de outubro de 1935. Sobre lei municipal nº 431.

## **2.2 Leis da Câmara Municipal e Prefeitura de Bauru**

- Lei nº 1 – Regimento da Câmara Municipal da Villa de Bauru - 20 de dezembro de 1897
- Lei nº 45 – Sobre a concessão dos serviços de água e esgoto - 23 de agosto de 1912.

- Lei nº114 de 14 de agosto de 1916
- Lei nº121 de 31 de dezembro de 1916
- Lei nº136 de 22 de setembro de 1917.
- Lei Municipal nº 172 de 3 de setembro de 1920
- Lei Municipal nº 173 de 3 de setembro de 1920.
- Lei Municipal nº 271 de 1 de outubro de 1927
- Lei Municipal nº 6.377 de 04 de abril de 1934
- Lei Municipal nº 45 de 1937
- Lei Municipal nº 49 de 10 de abril de 1937

## Anexo II – Quadro esquemático cronológico dos documentos consultados

### Quadro esquemático

ANO	Assunto	RESPONSÁVEL	OBSERVAÇÕES
1897	Não aparece no Código questões referentes à água e esgoto	Primeiro Código de Posturas	É indicado o Dr. Frederico Augusto Lair Ribeiro para elaborar o código
1899	Água para a população	Atas Câmara 03 de abril de 1899	Retirada do Córrego das Flores
1902	Material para canalização de água potável	Atas Câmara 03 de março de 1902	Solicitação feita ao governo do Estado
1906	Proposta Sr.Pitlet para fornecimento água, luz elétrica e rede telefônica	Atas Câmara 08 de novembro de 1906	Vereadores sugerem concessão por 20 anos, no entanto os serviços não foram efetivados
1906	Não aparece no Código questões referentes à água e esgoto	Código de Posturas 19 de fevereiro de 1906	
1909	Falta água canalizada e sem carroça p/remoção de águas servidas	Jornal O Bauru 5 de setembro de 1909	Matéria: <i>Quantos e quantas...</i>
1907	Empresa Telefônica Bauruense	Atas Câmara 07 de outubro de 1907	Em 17 de novembro de 1907 era instalado o 1º aparelho na casa comercial de Manuel Alves Seabra
1908	Iluminação pública: lampiões de querosene	Prefeitura	Esquinas ruas centrais
1911	Dados sobre a rede de esgoto	Jornal O Bauru 05 de dezembro de 1911	
1911	Inauguração Iluminação elétrica pública	Prefeitura Jornal O Bauru de 16 de março de 1911	200 lâmpadas praças e ruas.
1912	Captação Água no Ribeirão Bauru e Córrego das Flores	Companhia de Água e Esgoto de Bauru	Reservatório localizado entre as ruas Antônio Alves e Cussy Júnior
1913	Primeiras diretrizes normativas sobre água e esgoto	Código de Posturas 24 de janeiro de 1913	Capítulo 5
1915	Distribuição água	Companhia de Água e Esgoto de Bauru Dados jornal O Bauru de 14 de fevereiro de 1915	2 horas/dia 6-8h parte baixa 8-10h parte alta
1916	Qualidade da água	Instituto Bacteriológico de SP Dados jornal O Bauru de 28 de maio de 1916	Péssima qualidade

1916	Encampação pela Prefeitura	Prefeitura Municipal Ata Câmara de 13 de agosto de 1916	Executada pelo prefeito Dr. Luiz Vicente Figueira de Mello
1917	Estudos para captação de água	Eng. Manuel Luiz Martins e eng. Julio Noronha	Córrego Vargem Limpa
1917	Desapropriação de terras para aumentar a captação água	Câmara Municipal Lei nº136 de 22 de setembro de 1917	Ribeirão Bauru e aumento canalização, mais de 2906m de canos
1920	Desapropriação de terras para captação água Vargem Limpa	Câmara Municipal 30 de setembro de 1920	Ribeirão Vargem Limpa
1921	Inauguração sistema Vargem Limpa e estação elevatória	Empresa Barros, Oliva e Cia. (20 anos)	Ribeirão Vargem Limpa
1924	Início calçamento das ruas	Atas Câmara 29 de outubro de 1923	Edital de concorrência pública em 1923. 1924 primeiros serviços de calçamentos com pedras de paralelepípedos
1927	Autorização da Câmara para encampação de serviços água e esgoto	Prefeitura queria encampar os serviços da Empresa Barros, Oliva e Cia. No entanto não ocorreu.	Ribeirão Vargem Limpa
1928	Código de Posturas	31 de janeiro de 1925	
1929	Ampliação rede água e esgoto	Jornal Diário da Noroeste de 02 de fevereiro de 1930	Instalação bomba, 6000m rede água e 10.000m esgoto, estudos p/filtro
1930	Hidrômetros	Diário Noroeste, 1930	350 hidrômetros
1934	Usina Vargem Limpa: nova bomba pressão e distribuição hidrômetros	Correio da Noroeste em 19 de janeiro de 1934	
1935	Empréstimos para financiar a infraestrutura de água e esgoto	Prefeitura Ata Câmara de 20 de outubro de 1935 Lei municipal 431	
1935-6	Busca empréstimos para a captação água Rio Batalha	Prefeitura	
1937	Autorização concorrência pública novos serviços de água a ser construído Rio Batalha	Lei municipal n.45 de 1937 – estudos feitos eng. Paiva Baracho	Redes de esgotos devem ser estendidas a Vila Falcão e "demais vilas"
1939	Contrato com a Cia. Antártica Paulista para a exploração de 5 poços para fornecimento de água	Jornal O Bauru	Caminhões pipa para a distribuição de água para a população
1939	Estudos p/novos locais de captação água	Eng. Lucas Nogueira Garcez, Casemiro Viana e Gavião Monteiro	Estudos apontam para o Rio Batalha

1940	Prefeitura passa a gerir os serviços de água e esgoto de Bauru	Prefeitura – Secretaria	
1942	Implantação do sistema: 2 adutoras, poço sucção, estação de recalque e ETA	Prefeitura – Secretaria	Rio Batalha
1942	Inauguração do prédio da ETA	Prefeitura – Secretaria	Rio Batalha
1942	Esgoto jogado <i>in natura</i> nos córregos	Prefeitura	Córregos da Bacia do Rio Bauru